



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DAYANNE MARCIANE GONÇALVES

**AS RELAÇÕES SOCIAIS PELA GÊNESE DE UMA
COOPERATIVA DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANO DO NORTE PARANAENSE SOB A PERSPECTIVA
DA IMERSÃO SOCIAL DE GRANOVETTER (2007, 1992, 1973)**

DAYANNE MARCIANE GONÇALVES

**AS RELAÇÕES SOCIAIS PELA GÊNESE DE UMA
COOPERATIVA DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANO DO NORTE PARANAENSE SOB A PERSPECTIVA
DA IMERSÃO SOCIAL DE GRANOVETTER (2007, 1992, 1973)**

Pré-projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina – UEL como requisito parcial para obtenção da titulação de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra

Londrina
2012

DAYANNE MARCIANE GONÇALVES

**AS RELAÇÕES SOCIAIS PELA GÊNESE DE UMA COOPERATIVA DE
CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DO NORTE
PARANAENSE SOB A PERSPECTIVA DA IMERSÃO SOCIAL DE
GRANOVETTER (2007, 1992, 1973)**

Pré-projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina – UEL como requisito parcial para obtenção da titulação de mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
UNICENTRO – Guarapuava - PR

Prof. Dr. Maurício Reinert do Nascimento
UEM – Maringá - PR

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
UEL – Londrina - PR

Londrina, 11 de Dezembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é a conclusão de um sonho. Para a realização desse sonho, algumas pessoas foram fundamentais e sem elas dificilmente conseguiria realizá-lo.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças e principalmente ter me colocado no seio de uma família exemplar, onde, se o exemplo é a melhor ferramenta na educação, não poderia ter tido melhores pessoas a me espelhar do que minha mãe Oksana Banhuk Gonçalves, inteligente e estudiosa e sempre preocupada com a qualidade na educação de seus filhos.

Aos meus irmãos Osdimar, Oksandro e Helena (cunhada) que sempre me apoiaram e incentivaram, servindo também de exemplo a todos, com inteligência e bondade ímpar. Aos meus sobrinhos Maria Cecília e Guilherme por compreenderem a minha ausência durante o período em que estive realizando o trabalho. Em especial ao meu irmão Osdimar que sempre se prontificou em revisar os “abstracts” de todos os meus trabalhos, de forma rápida e eficaz, inclusive da dissertação.

Agradeço ao professor Dr. Silvio Roberto Stefano, e amigo, que me acompanhou durante a graduação, como meu orientador, e foi o grande incentivador para o meu ingresso no mestrado, acompanhando o meu crescimento como pesquisadora, desde a publicação do primeiro artigo em 2006.

Agradeço ao meu orientador professor, e amigo, Dr. Ivan de Souza Dutra pelo seu empenho em me tornar uma pesquisadora, em fazer acreditar que seria possível a minha pesquisa, por acompanhar minha evolução, por torcer por mim e ter se mostrado sempre muito solícito e, principalmente, pela confiança em meu potencial.

Ao professor, e amigo, Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos que me apresentou a Economia Solidária no primeiro semestre do mestrado, sendo um grande incentivador em minhas pesquisas, juntamente com meu orientador, mostrando-se sempre presente e solícito em momentos de dúvidas e angústias.

Ao professor Dr. Maurício Reinert do Nascimento que participou da qualificação do presente estudo contribuindo de forma relevante na realização da pesquisa, pela sua disponibilidade em tirar dúvidas e fornecer material e, principalmente, mostrando-se acessível no decorrer do estudo.

Em especial, ao professor, e amigo, Dr. Benilson Borinelli (coordenador do mestrado PPGA-UEL) que desde o início me incentivou na realização de pesquisas, e principalmente, contribuiu para o meu crescimento como profissional e pessoa em meio aos seus conselhos..

A todos os professores do mestrado PPGA- UEL (Programa de Pós-graduação em Administração – Universidade Estadual de Londrina), que acompanharam todo o processo de crescimento e desenvolvimento do presente estudo, e sempre torceram por mim.

Aos meus colegas de turma que durante 24 meses me ajudaram a crescer como pessoa e como acadêmica. Em especial aos amigos Livia Maria dos Santos, Mauro Guilherme Maidana Capelari, Flávio Augusto Cella de Oliveira, Bernardo Carlos Spaulonci Chiachia Matos de Oliveira, e Edna Pelosi que dividiram todo o sofrimento e as angústias do mestrado.

À Vanessa Alves que me acompanhou na coleta de dados, apontando os principais sujeitos que poderiam contribuir para alcançar o objetivo proposto, e pela sua paciência ao me atender em todos os momentos, colocando-se à disposição para sanar minhas dúvidas sobre os dados.

Ao queridíssimo Francisco Carlos Navarro, pela eficiência com que realiza suas atividades no PPGA-UEL e pela paciência e disposição que sempre teve para atender aos meus pedidos.

Ao corpo docente e técnico do Departamento de Administração da UEL, CESA, por contribuírem em momentos de dificuldades na coleta dos dados, possibilitando a realização da pesquisa.

Em especial aos professores Mrs. Marli Verni, Paulo Lacerda e Fernando Kaname Westphal pelas sugestões para a realização da pesquisa, por torcerem por mim, e, principalmente, por serem excelentes amigos.

Àqueles que contribuíram para a realização de meus sonhos, mas que de alguma forma hoje estão ausentes em minha vida. Em especial meu pai Osvaldo Gonçalves que foi embora tão cedo de minha vida, mas me deixou lembranças maravilhosas que permanecerão comigo para sempre.

Agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

As relações sociais nutrem nossas vidas, profissional e pessoal, mantendo-se presente e em torno de nossos sonhos. Podem ser laços fracos ou fortes, mas são elas que nos tornam seres humanos, passíveis de erros e acertos.

[...] Decorre desta percepção o reconhecimento de que somos seres amorosos, seres chamados a edificar conscientemente relações de partilha, solidariedade e comunhão com o outro, a terra e o universo. É, justamente, a consciência reflexiva que nos permite superar a “lei da selva” que domina nossa dimensão animal e instintiva de sobreviver o mais forte e o melhor equipado para a competição – e introduzir a “lei do amor” em todas as relações que constituem nosso “ir sendo” e existência.

[...] As forças da luz começam a fazer-se sentir com maior potência do que antes. Elas não precisam, para prevalecer, perseguir, amordaçar, esmagar, eliminar. Precisam apenas brilhar, como uma vela simples e humilde que transmite sua chama a outras velas, e estas a outras mais, até que, num tempo não tão longo quanto se teme, as sombras ficam contaminadas pela luz e todo o ambiente se ilumina.

ARRUDA, Marcos. O feminino criador: socioeconomia solidária e educação. In: BOFF, Leonardo, ARRUDA, Marcos. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos** – uma visão a partir do sul. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Dayanne Marciane. **As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de granovetter (2007, 1992, 1973)**. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

O objetivo da dissertação foi compreender a influência dos elementos da Imersão Social, sob a perspectiva de Granovetter (2007), na constituição da COOPEROCHA – cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte do Paraná - entre 1996 e 2012. Para alcançar os resultados almejados foram traçados especificamente quatro objetivos: levantar o registro histórico do contexto socioeconômico e político que contribuiu para constituição da COOPEROCHA; identificar episódios de Confiança estabelecidos entre os catadores fundadores da COOPEROCHA; identificar episódios de Oportunismo estabelecidos entre os catadores fundadores da COOPEROCHA; verificar a influência da Ordem nas transações estabelecidas pela COOPEROCHA; compreender a influência dos elementos da Imersão Social (confiança, oportunismo e ordem) entre os catadores na constituição da COOPEROCHA. Para tanto se utilizou como base teórica a Economia Solidária e a Imersão Social proposta por Granovetter (2007). A escolha da perspectiva de Granovetter (2007) sobre Imersão Social para a análise do presente estudo foi determinada pelo pressuposto de que a ação econômica está imersa em relações sociais, não se limitando a puros cálculos da economia, e por apresentar pontos teóricos em comum com a compreensão e definição dos preceitos da Economia Solidária. O trabalho foi exploratório descritivo de perspectiva longitudinal, com método qualitativo e abordagem histórica das relações sociais. Para levantar os dados propostos utilizou-se as técnicas de coleta de dados como: entrevistas, documentos, observação assistemática e história oral. Esta última técnica foi utilizada como suporte para levantar os episódios de confiança e oportunismo, com base em 2 (dois) sujeitos principais, que acompanharam todo o processo de constituição da cooperativa. Com vistas a alcançar a resposta sobre as possíveis influências dos elementos de Imersão Social na constituição da cooperativa, num primeiro momento, foi preciso levantar o histórico social, político e econômico da trajetória da COOPEROCHA, e, concluiu-se que existem três fases, relevantes, na história da coleta seletiva do município de Londrina. A trajetória histórica da coleta seletiva de Londrina permitiu compreender os principais momentos que levaram à constituição dessa cooperativa, e apontou os principais atores envolvidos no seu processo de constituição. Para chegar à Confiança, elemento da Imersão Social, foi preciso retroceder na história das relações sociais entre os catadores buscando compreender suas categorias específicas. Os episódios de Oportunismo, levantados perante os catadores sobre a constituição da cooperativa remetem a decepções ao longo de suas histórias. A ordem ou desordem é a consequência da forma como as relações sociais foram estabelecidas entre os catadores enquanto membros das ONG's e a sua manutenção após a constituição da cooperativa. O antes e o depois da organização da cooperativa aponta para a estrutura administrativa e o rateio dos valores adquiridos com a venda dos materiais, pressupondo ser uma cooperativa que segue os preceitos da Economia Solidária. Há, pois, evidências de que as relações sociais influenciam as estruturas sociais, e por consequência, as organizações. Entre os resultados obtidos destaca-se a manutenção das relações sociais que foram construídas ao longo do tempo, antes mesmo da constituição da cooperativa, com base em uma identidade familiar, a reputação dos catadores e do poder público, sob o clima da desconfiança.

Palavras-chave: Imersão social. Economia solidária. Relações sociais.

GONÇALVES, Dayanne Marciane. **As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de granovetter (2007, 1992, 1973)**. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The aim of the master's dissertation was to understand the influence of the elements of Social Immersion, from the perspective of Granovetter (2007), in the constitution of COOPERROCHA – Pickers Cooperative of Urban Waste Solid of Northern Paraná - between 1996 and 2012. To achieve the desired results were outlined specifically four objectives: survey the historical record of the socioeconomic and political context that contributed to the formation of COOPERROCHA ; identify episodes of Trust established among the founders of COOPERROCHA Pickers; identify episodes of Opportunism established among the founders of COOPERROCHA Pickers and verify the influence of the Order in the transactions established by COOPERROCHA; understand the influence of the mechanisms of Immersion Social (trust, opportunism and order) among the pickers in the constitution of COOPERROCHA. For that it was used, as the theoretical basis, the Solidarity Economy and Immersion Social proposed by Granovetter (2007). The choice of Granovetter's perspective (2007) on Social Immersion for analysis in this study was determined by the assumption that economic action is embedded in social relations, not limited to pure economic calculations, and for presenting theoretical points in common with understanding and definition of the precepts of the Solidarity Economy. The work was exploratory descriptive on longitudinal perspective, with qualitative method and historical approach of social relations. To collect the proposed data, we used data collection techniques such as: interviews, documents, systematic observation and oral history. The latter technique was used as a support to survey the episodes of trust and opportunism, based on two (2) main subjects-participants, which followed the whole process of constitution of the cooperative. In order to reach the answer on the possible influences of the elements of Social Immersion in the constitution of the cooperative, at a first moment, was need to survey the historic of social, political and economic trajectory of COOPERROCHA, and it was concluded that, there are three phases, relevant in the history of selective collection of Londrina. The historical trajectory of selective collection of Londrina allowed to understand the key moments that led to the formation of the cooperative, and pointed out the main actors involved in the process of constitution. To reach the Trust, Social Immersion element, it is need to go back in the history of social relations among waste pickers, seeking to understand their specific categories. The episodes of Opportunism, by surveying from the waste pickers on the formation of the cooperative, refers to the disappointments along their histories. The order or disorder is the result of how social relations were established between the waste pickers as members of NGOs and their maintenance after the formation of the cooperative. The before and after of the cooperative organization, points to the administrative structure and apportionment of assets acquired with the sell of materials, assuming being a cooperative that follows the precepts of the Solidarity Economy. There is, therefore, evidence that social relationships influence social structures, and therefore, organizations. Among the results obtained, it can be highlighted the maintenance of social relationships that have been built over time, even before the establishment of the cooperative, based on a family identity, reputation of the waste pickers and the government, under the mood of distrust.

Keywords: Embeddedness. Solidarity economy. Social relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha Do Tempo - Prefeitos De Londrina.....	88
Figura 2 - Realidade Dos Catadores.....	105
Figura 3 – Vínculos Das Relações	128
Figura 4 - Fluxograma Do Sistema Operacional Da Coleta Seletiva Da Cooperocha.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Princípios Da Aci	26
Quadro 2	Supersocializada X Subsocalizada.....	40
Quadro 3	Natureza Das Ligações - Descrições	59
Quadro 4	Elementos E Propriedades Dos Laços.....	60
Quadro 5	Elementos Da Imersão Social (Categorias Genéricas E Categorias Específicas De Análise).....	60
Quadro 6	Pontos Fortes E Fracos Dos Métodos De Coleta De Dados	74
Quadro 7	Entrevistados Que Constam Na Ata Da Assembleia Geral De Constituição Da Cooperativa	76
Quadro 8	Entrevistados Que Não Constam Na Ata Da Assembleia Geral De Constituição Da Cooperativa.....	76
Quadro 9	Categorias: Genéricas E Específicas	83
Quadro 10	Rateio Do Valor De Venda Por Produção.....	157

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2.	OUTRA ECONOMIA E A CRISE DO CAPITALISMO	18
2.1	COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
2.2	EMPRESA SOLIDÁRIA E EMPRESA CAPITALISTA.....	28
3.	IMERSÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
3.1	ABORDAGENS: ESTUDO DE IMERSÃO SOCIAL.....	31
3.1.1	Origens e Perspectivas da Imersão Social no Mundo Ocidental	32
3.1.3	Concepções Super – E Subsocializadas da Ação Humana na Sociologia e na Economia.....	39
3.1.4	Imersão Social para Granovetter: Confiança e Má-fé na Vida Econômica	44
3.2	IMERSÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	61
4.	METODOLOGIA	69
4.1	ESTRATÉGIA DA PESQUISA.....	69
4.2	SUJEITOS DA PESQUISA	72
4.3	COLETA DOS DADOS	73
4.4	ANÁLISE DOS DADOS	81
4.5	LIMITES DA PESQUISA	85
5	CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO	87
5.1	HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DA COOPEROCHA.....	87
5.2	EPISÓDIOS DE CONFIANÇA	96
5.2.2	História de vida da E2.....	109
5.3	O CATADOR E A CONFIANÇA	118
5.3.1	Família e Identificação.....	119

5.3.2	Reputação, Transparência e Clareza.....	132
5.4	EPISÓDIOS DE OPORTUNISMO.....	136
5.4.1	Episódio 1 - Perda da Autonomia.....	139
5.4.2	Episódio 2 - Nota fiscal e Vale.....	142
5.5	Ordem.....	146
5.6	COOPEROCHA: SUA ORIGEM JURÍDICA E ORGANIZAÇÃO.....	147
5.6.2	Funções dos Centros de Triagem.....	151
5.6.4	Ordem ou Desordem.....	156
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	163
	APÊNDICE.....	169
	APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	170

1. INTRODUÇÃO

O termo Economia Solidária suscita uma série de experiências organizacionais que se baseiam em novas formas de solidariedade como iniciativas cidadãs em oposição às formas abstratas de solidariedade oferecidas pelo Estado, fundadas em relações sociais com princípios e valores solidários (FRANÇA FILHO, 2001; GAIGER, 2008).

A Economia Solidária teve sua origem orientada pela crise do capitalismo que se manifestou de forma pontual em 1970, após a “Era do Ouro” (HOBSBAWM, 1995), e acarretou os seguintes problemas: o desemprego estrutural (POCHMAN, 2004) ou a agravamento das desigualdades (CATTANI, 2003); a especialização flexível e automação intensificada (CATTANI, 2003); e, por fim, o desequilíbrio ambiental. Diante desse contexto a Economia Solidária surgiu como uma alternativa socioeconômica que propõe um novo modelo de desenvolvimento amparado no equilíbrio entre a dimensão social, econômica e ambiental.

Assim, Economia Solidária pode ser definida como um fenômeno, resultado de um conjunto de experiências que questionam o sistema econômico capitalista (SINGER, 2002). Entre as características comuns aos empreendimentos solidários estão: a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, a posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários (LECHAT, 2002b). Então, para efeito deste estudo, o conceito de Economia Solidária é diferente de Economia Social. Partindo da ideia de reciprocidade, a Economia Solidária apoia-se numa economia de sujeitos desiguais, enquanto a Economia Social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) define cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI, 2012). No entanto, o diferencial entre as cooperativas vinculadas às perspectivas da Economia Solidária é o modo de gerir o empreendimento com base na autogestão e na solidariedade.

Questionando o sistema capitalista de autorregulação Polanyi (2002, p. 65) afirma que a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas "é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais". Essa imersão significa que o homem não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual

na posse de bens materiais, mas sim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.

Ao buscar salvaguardar sua situação social que, segundo Granovetter (2007), se refere à reputação social, verifica-se a imersão da Ação Econômica nas relações sociais, pressuposto que dá origem à Nova Economia Sociológica, que surge para analisar o núcleo da ciência econômica sob uma perspectiva sociológica, ou seja, o mercado, considerado como uma “estrutura social” (SWEDBERG, 1994, p. 255). Em particular, Mark Granovetter empenhou-se em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas nos resultados econômicos. Além de ser um dos pioneiros da “Nova Sociologia Econômica”, ele aborda e representa a linha de pensamento relacionado ao enfoque estrutural do mercado, visto como a constituição de redes interpessoais.

A concepção da ação econômica proposta por Granovetter (2007, 1992) é entendida como a busca de bens e serviços escassos para a satisfação de determinada necessidade. No entanto, o autor apresenta duas concepções da ação econômica, subsocializada e supersocializada, que reduzem a análise a atores vistos como átomos controlados por arranjos institucionais ou por valores e princípios normativos (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990).

Apesar da reconhecida natureza complexa dos laços, há uma tendência em focar na forma da rede, ou seja, a localização estrutural dos atores mais do que em seu conteúdo (NOHRIA, ECCLES, 1992; POWELL, SMITH-DOERR, 1994; DACIN, VENTRESCA, BEAL, 1999). Enquanto as teorias organizacionais procuram compreender as organizações em relação ao seu ambiente macro, envolvendo as forças competitivas que as pressionam, a Imersão Social procura compreender a influência das estruturas sociais formadas em torno e dentro das organizações com base no conteúdo transacionado pelas relações sociais.

Nesta perspectiva, o problema apresentado neste estudo diz respeito à Imersão Social da constituição da cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte paranaense “Cooperativa Rocha¹”, nome fictício, bem como os tipos ou padrões básicos dessas relações, caracterizados pelos conteúdos nela transacionados. A importância do presente estudo está fundada na História da “Cooperativa Rocha”, uma vez que foi impulsionada pela prefeitura diante das pressões dos grupos de interesses da sociedade civil

¹ A denominação ROCHA, é uma junção das primeiras sílabas dos nomes do inglês Robert Owen e o francês Charles Fourier, em pequena homenagem a esses reformistas sociais do final do século XVII e século XIX, considerados fundadores do cooperativismo.

em 2008. Assim, a constituição da Cooperativa apresenta uma dinâmica estrutural afetada pelos elementos da Imersão Social: Confiança, Oportunismo e Ordem.

A Confiança, que envolve as relações sociais, enquanto elemento da Imersão Social foi verificada com base na história das relações sociais entre os catadores buscando compreender as categorias específicas: a) Identificação/família; b) Continuidade/permanência das relações; c) Intimidade/mútua confidencialidade e reciprocidade; d) Serviços recíprocos que caracterizam o laço de relação social; e) Reputação, transparência e clareza (GRANOVETTER, 1973, 2007, 1995).

Oportunismo, segundo Granovetter (2007), está diretamente relacionado ao elemento Confiança, pois a linha que os separa é tênue. Para verificar episódios de Oportunismo foi preciso verificar as experiências vividas, para chegar a episódios de desconfiança, entre os catadores, com base na Força/Coerção e fraude.

A Categoria Genérica “Ordem”, apresentada no texto de Granovetter (2007), refere-se à questão do desempenho das funções econômicas, dentro das fronteiras de empresas hierarquizadas ou por processos de mercados que cruzam essas fronteiras. Essa categoria permite ampliar a análise de nível micro para o meso, uma vez que o autor mostra que as relações pessoais sociais também podem formar redes de empresas. Para compreender a Ordem foi preciso analisar a organização dos catadores e suas relações sociais antes da constituição da cooperativa a fim de analisar a influência na atual configuração hierárquica da COOPEROCHA.

A metodologia de pesquisa adotada, para levantar os dados propostos, foi o Estudo de Caso, por meio das técnicas de coleta de dados: entrevistas, documentos, observação assistemática e história oral. Esta última técnica foi utilizada como suporte para levantar os episódios de confiança e oportunismo, com base em 2 (dois) sujeitos principais, que acompanharam todo o processo de constituição da cooperativa.

Diante do exposto, a relevância do estudo das relações sociais que circundam os catadores, está em verificar “o contexto no qual se deu a constituição dessa organização”, e o impacto sobre o desenvolvimento local, tendo em vista a melhora na qualidade de vida dos cooperados que aderiram à cooperativa. Com isso, emerge a questão em torno da qual o presente estudo baseia-se: Qual a influência dos elementos da imersão social (confiança, oportunismo e ordem) na constituição da COOPEROCHA – cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense – entre 1996-2012?

Portanto, a estrutura do estudo passa: pela definição do tema proposto referente ao estudo da Economia Solidária; a Imersão Social sob a perspectiva de Granovetter

(2007, 1992, 1973); pela relação entre Imersão Social e Economia Solidária; e pelos resultados da influência dos elementos da Imersão Social sobre a constituição da COOPEROCHA.

1.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender a influência dos elementos da Imersão Social, sob a perspectiva de Granovetter (2007), na constituição da COOPEROCHA – cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte do Paraná - entre 1996 e 2012.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Levantar o registro histórico do contexto socioeconômico e político que contribuiu para constituição da COOPEROCHA;
- ✓ Identificar episódios de Confiança estabelecidos entre os catadores fundadores da COOEPROCHA;
- ✓ Identificar episódios de Oportunismo estabelecidos entre os catadores fundadores da COOPEROCHA;
- ✓ Verificar a influência da Ordem nas transações estabelecidas pela COOPEROCHA;
- ✓ Compreender a influência dos elementos da Imersão Social (confiança, oportunismo e ordem) entre os catadores na constituição da COOPEROCHA.

1.3 JUSTIFICATIVA

Pesquisa sobre "*embeddedness*" – ou, como vem sendo traduzido, "Imersão Social" – é uma área relevante em Sociologia Econômica, "pois ela avança nossa compreensão de como a estrutura social afeta a vida econômica" (UZZI, 1997). Essa compreensão deve ampliar a visão das pesquisas futuras, buscando focar na formação da rede e suas consequências (POWELL; SMITH-DOERR, 1994).

Seguindo a linha de pensamento sobre “Imersão Social”, Polanyi (2002), conhecido por ser o precursor do termo, utilizou o conceito de imersão para descrever a estrutura social dos mercados modernos, enquanto Granovetter (2007) revelou seu efeito robusto na ação econômica, particularmente, no contexto das redes interfirmas e entre indivíduos, estimulando a pesquisa em distritos industriais; canais de marketing; empresas de imigrantes; empreendedorismo; relações de crédito; localização decisões; aquisições; e adaptação organizacional. A noção de que a ação econômica está imersa na estrutura social reacendeu debates sobre os efeitos positivos e negativos das relações sociais sobre o comportamento econômico.

A importância da coleta seletiva de resíduos sólidos e a conscientização da população em relação à separação do lixo fizeram com que as prefeituras passassem a investir em programas municipais de coleta seletiva, desenvolvendo parcerias com cooperativas e associações de catadores. Essas parcerias (políticas públicas) têm como finalidade: resolver o destino dos resíduos sólidos, propor a inclusão social e gerar renda.

A instituição apresentada como objeto de estudo é uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos do norte paranaense (COOPEROCHA). A escolha da COOPEROCHA fundamenta-se na importância da coleta seletiva para o equacionamento dos impactos que os resíduos sólidos provocam no meio ambiente e na saúde dos cidadãos. Ou seja, entre os problemas ambientais que afetam diretamente os cidadãos, está o desequilíbrio entre a máxima extração de recursos naturais para a produção de bens de consumo e a incapacidade do planeta de suportar esta extração e os resíduos gerados, razão pela qual “a coleta seletiva promove a redução do lixo na fonte geradora, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias-primas, a geração de renda com inclusão social, assim como também minimiza o impacto ambiental causado pelo aterramento dos resíduos” (BESEN, 2005, p. 05).

O município de Londrina registra a experiência de organização de catadores de materiais recicláveis, proporcionando uma fonte alternativa de geração de renda para pessoas de baixa qualificação. A organização dos catadores chama a atenção para as premiações que Londrina vem recebendo com base em boas práticas sustentáveis, ao adequar o sistema de coleta seletiva mantendo a renda dos catadores envolvidos nesse processo de adaptação ao novo sistema. Entre os prêmios destaca-se: “Del Água America Latina y El Caribe” oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Empresa de Fomento Econômico Mexicana (FEMSA), durante o I Congresso de Desenvolvimento Internacional da Água; em 2010: Três cooperativas da cidade recebem equipamentos do programa “Dê as mãos para o futuro” (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012). Destaca-se que o

principal mérito do projeto londrinense é a inserção social através do resgate da dignidade de quem trabalha na atividade.

No entanto, estes programas ainda apresentam algumas dificuldades relacionadas ao aumento de catadores avulsos que competem com as organizações já institucionalizadas, os baixos índices de coleta seletiva e a falta de autonomia dos grupos de catadores.

E é justamente essa ausência de autonomia, principalmente, econômica dos grupos de catadores constituídos por programas municipais de Política Pública de inclusão social, que vem chamando a atenção em pesquisas recentes, tendo em vista que existe um descompasso entre as instituições que compõem as parcerias. As instituições envolvidas, neste processo de integração e inclusão social, não se encontram em condições igualitárias de negociação, gerando com isso um desequilíbrio nas relações interinstitucionais. Assim, a relevância do presente estudo está pautada na discussão em: como elementos presentes na natureza das relações sociais contribuem para o processo de construção dos laços sociais entre os cooperados da COOPEROCHA, e na compreensão da influência de alguns elementos no processo de desigualdade ou assimetria presente nessas relações?

Lopes e Baldi (2005) entendem que a imersão social está relacionada aos efeitos dos laços coesos entre atores sociais em cooperação bem-sucedida, defendendo que há impacto da estrutura de relações dos atores na sua tendência para cooperar, focando no mecanismo estrutural de imersão, e, finalmente, por mecanismo posicional de imersão, os autores focam na análise do impacto das posições que as organizações ocupam na totalidade de uma rede de alianças.

Portanto, estudos realizados por autores como Lopes, Baldi (2005) e Balestrin (2010) demonstram que a estrutura social sofre influência das relações sociais, mais especificamente das relações estabelecidas entre indivíduos e grupos por meios de laços sociais.

2. OUTRA ECONOMIA E A CRISE DO CAPITALISMO

Neste tópico, será abordada a proposta de uma “Outra economia”, apresentada por Cattani (2003), como uma alternativa ao capitalismo. Porém, o mais importante aqui é apresentar as ideologias que oferecem suporte a essa “Outra economia” que emerge em meio à crise capitalista. O autor prefere chamar de “Outra economia” para garantir a neutralidade da sua definição, considerando que há inúmeras nomenclaturas que a designam: Economia Solidária, Economia do Trabalho, Novo Cooperativismo, Empresas Autogestionárias, Economia Popular entre outros (SINGER, 2002; LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A “Outra economia”, segundo Cattani (2003), aponta para uma perspectiva holística ou microssocial que procura avaliar, em termos materiais ou espirituais, os resultados de mais de duzentos anos de domínio do modo de produção capitalista, surgindo a necessidade de se construir uma economia que atenda às demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. Emerge, pois, a necessidade de justiça, de respeito humano e de realizações materiais mais aperfeiçoadas que se fazem sentir por todo o mundo, e é vista pelos autores como uma alternativa frente à crescente crise do desemprego e da exclusão social.

O seu marco e crescimento ocorreu na década de 1980 na Europa, impulsionada pelo desemprego e pela pobreza, fruto da luta contra a exclusão e da busca por respostas à carência parcial do poder público e do recuo do Estado-Providência. Na América Latina, segundo França Filho e Laville (2004), a Economia Solidária foi impulsionada pela propagação de diferentes formas de organizações coletivas constituídas ou lideradas por grupos populares das grandes cidades, inclusive o MST – Movimento dos Sem -Terra.

Os motivos que levaram à propagação dessas formas diferentes de organizações coletivas foram questionados e levantados por autores como Santos e Rodríguez (2002), Cattani (2003), França Filho e Laville (2004). Eles respondem que a necessidade da adoção de práticas alternativas deve-se às características negativas da economia capitalista, e a crise fundada em suas contradições.

Santos e Rodríguez (2002) resumem o sistema capitalista em três contradições fundamentais: o capitalismo produz desigualdades de recursos e poder; as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade

empobrecida com base no benefício pessoal e não na solidariedade; e a exploração crescente dos recursos naturais.

Esse posicionamento é ressaltado por outros autores que enumeram os problemas enfrentados pela crise do capitalismo: 1) o desemprego estrutural (POCHMAN, 2004) ou agravamento das desigualdades (CATTANI, 2003); 2) a especialização flexível e automação intensificada (CATTANI, 2003); 3) e, por fim, o desequilíbrio ambiental (SINGER, 2002; FRANÇA; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2003a).

Cabe então compreender a crise do capitalismo, a partir da década de 1970, para levantar as razões que levam ao crescimento dessas novas alternativas de organizações.

Segundo Mota (2009) as crises econômicas se caracterizam pelo desequilíbrio entre produção e consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias produzidas. Em decorrência do hiato entre produção e consumo, surge a necessidade de reestruturação do processo produtivo, reorganização das estratégias de produção e reprodução social. Assim, o excesso de produção e a redução do consumo geram estoques que não correspondem aos fins capitalistas: o lucro.

As crises, segundo Mota (2009, p.3), não são processos naturais, e sim a revelação das contradições do modo de produção capitalista, “entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza”, tendo como consequência as desigualdades de recursos e poder (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). A desigualdade ainda gera outras contradições do capitalismo, conforme Mota (2009, p. 3) enumera:

- 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo.

Diante dessas contradições, reveladas por um momento de crise, os anos que seguem o segundo pós-guerra até a década de 1970 é marcado pela intervenção estatal, nos países centrais, por uma fase de expansão do capitalismo, caracterizada por altas taxas de crescimento econômico, ampliação de empregos e salários, sendo o período caracterizado como *fordista-keynesiano*. O Estado passa a articular a ação estatal e a gestão da produção, buscando sanar as contradições do capitalismo, por meio do *Welfare State*, integrando a

dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho (HOBSBAWM, 1995).

A articulação e a incorporação das demandas trabalhistas, o consequente aumento da produção e do consumo operário sancionaram o pacto *fordista- Keynesiano* (MOTA, 2009), implantado para responder às reivindicações dos operários e combater a ideologia socialista que vinha do Leste Europeu, permitindo equacionar: capitalismo, bem-estar e democracia.

No Brasil, o *Welfare State* surge com algumas políticas de proteção social conduzidas na década de 1940, mas somente redefinidas com a promulgação da Constituição Federal em 1988, que instituiu o Estado do Bem-estar Social. Essa postura acarretou a integração dos países periféricos ao processo de desenvolvimento econômico, estimulando a obtenção de créditos externos (MOTA, 2009).

Por conseguinte, os países periféricos são acometidos pela crise da dívida externa, obrigando-os, “sistematicamente, a exportar capitais para o pagamento dos empréstimos recebidos” dos países conhecidos como oligopólios. Orquestrada pela ofensiva neoliberal, iniciava-se um processo de privatização dos serviços públicos, e pela reação defensiva das reivindicações operárias, diante do império capitalista que derrubou a ofensiva socialista (MOTA, 2009, p. 8; HOBSBAWM, 1995).

A crise do capitalismo instaurou um novo modo de produção apropriado à necessidade de desenvolvimento, subvertendo as instituições que ainda sustentavam a ordem, e, por consequência, alterando profundamente o modo de apropriação da natureza, o qual é o requisito e vetor de toda nova formação social (GAIGER, 2003a).

A história das crises econômicas e políticas mundiais definem o modo de produção dada pelo conjunto de relações que vinculam indivíduos e grupos ao processo de produção, bem como a circulação e troca de bens materiais. O modo de produção é fruto da forma social de produção específica de uma sociedade. Assim, têm-se as sociedades tribais primitivas marcadas pelas relações de parentesco e com base na apropriação do território; o feudalismo, caracterizado pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra; e o capitalismo, fonte de relações assalariadas, entre os vendedores da força-de-trabalho – o proletariado – e os detentores dos meios de produção – a burguesia (GAIGER, 2003a).

No período que segue à queda do *Welfare State* insurge o imperialismo capitalista que acarreta a fragmentação e a precarização do trabalho, gerando o desemprego estrutural, assim chamado pela extinção de postos de trabalho, diante da reestruturação do capitalismo e mudanças na flexibilização de categorias de trabalho (ANTUNES, 2007).

Algumas características são implantadas nos mais diversos setores da economia brasileira referentes à reestruturação do capitalismo – por meio de matrizes tecnológicas nos setores bancários, automotivos, *call centers*, calçadistas – e da flexibilização – das leis trabalhistas, terceirizações, diminuição do vínculo empregatício, trabalhos temporários, cooperativas que são conhecidas como “*Cooperfraudes*” ou “*pseudocooperativas*” (ANTUNES, 2007; SANTOS; LIMA; FERREIRA, 2011, p. 98; e LIMA, 1998).

O desemprego estrutural, segundo Pochmann (2006), refere-se às baixas taxas de expansão da economia brasileira, diante de sua instabilidade. Essa instabilidade oscila entre momentos de recessão, recuperação e estagnação da economia brasileira, em que a solução está na sua reestruturação. No entanto, o desemprego, no Brasil, afeta em especial as classes de rendimentos mais baixas, de acordo com o gênero, raça e nível de escolaridade, razão pela qual os autores chamam de desemprego estrutural (CATTANI, 2003; POCHMANN, 2006).

A especialização flexível e a automação intensificada estão diretamente relacionadas à busca constante de acumulação, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador, e, finalmente, o impacto na natureza. Essa automação e flexibilização, ligadas aos riscos de sobrevivência física do planeta e da sua população, correspondem ao terceiro problema decorrente da expansão do “capitalismo turbinado”. Depois de explorar as riquezas naturais de maneira predatória, a expansão industrial ameaça hoje o ar, a água, enfim, a vida (CATTANI, 2003; SINGER, 2002; FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Em resposta às contradições e às crises do capitalismo surgem os sentimentos que emergem com força em alguns grupos com base na cooperação e solidariedade. No lugar da devastação da natureza, a relação respeitosa com as múltiplas formas de vida, e, em vez do processo de acumulação e concentração irracional de riquezas, a generosidade da partilha e da doação. O consumo desenfreado e neurótico cede lugar à fruição tranquila de bens. O trabalho alienado é substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena (CATTANI, 2003).

2.1 COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma das formas de manifestação da crise do capitalismo é a precarização do trabalho. A terceirização, como já exposto, e a automação são respostas à reestruturação do capitalismo e acarretam o desemprego. Esta crise também está atrelada à incapacidade do

Estado em garantir o princípio Constitucional do Pleno Emprego – caindo por terra a figura do "Estado provedor", como Barbosa (2007) o chama (*Welfare State*).

Segundo Verardo (2004), a década de 1990 é marcada por um crescente número de cooperativas no Brasil com características populares. Esse crescimento, segundo Singer (2002), está diretamente relacionado à abertura econômica ao mercado internacional, pós-regime militar, durante a gestão presidencial de Collor de Melo. A entrada de produtos importados com alta qualidade e baixo custo no mercado brasileiro levou muitas organizações à “bancarrota” (falência). Com isso, surge uma nova perspectiva em termos de qualidade e redução dos custos de produção, mas, até alcançar a estabilização e adaptação do mercado interno à abertura econômica ao mercado internacional, muitas pessoas enfrentaram o desemprego e a ausência de qualificação profissional. E esse fato apenas elevou os índices de pobreza no país e a desigualdade social, uma vez que, segundo Singer (2002), produziu um efeito cumulativo ao longo do tempo.

Eis que surge a ideia de um “novo cooperativismo”, baseado em cooperativas populares e como alternativa ao modelo tradicional produtivo de geração de trabalho e renda. E qual era a ideia desse “novo cooperativismo”? Primeiro, deve-se entender a origem dessa associação entre Economia Solidária e Cooperativismo.

Economia Solidária pode ser definida como um fenômeno, resultado de um conjunto de experiências que questionam o sistema econômico capitalista (SINGER, 2002). Ou ainda, pode ser caracterizada como alternativa de subsistência e geração de trabalho e renda pautada em uma nova estratégia de ação: a solidariedade. Há, inclusive, outras expressões que se aproximam da definição de Economia Solidária como: socioeconomia, economia social, redes de colaboração solidária, empresas autogestionárias, entre tantas outras (BORINELLI; SANTOS, 2010).

Para Gaiger (2003b, p.135), a Economia Solidária, no Brasil, pode ser denominada também como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), descrevendo-os como

empreendimentos que compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito.

A definição de Economia Solidária não é clara e precisa como seus princípios, que são: 1) ajuda mútua: todos do grupo se envolvem na solução de problemas comuns; 2) esforço próprio: motivação dos integrantes com o fim coletivo; 3) responsabilidade: compromisso moral com os associados no cumprimento das atividades para o alcance das metas; 4) democracia: tomada de decisões coletivas; 5) igualdade: todos os integrantes têm os mesmos direitos e deveres; 6) equidade: distribuição de renda de forma justa e equilibrada; 7) solidariedade: cooperação e ajuda mútua entre os associados, famílias e a comunidade (SINGER, 2002).

Conforme o Atlas (2006), a Economia Solidária, no Brasil, é formada por: 1) entidades de apoio e fomento: Ongs (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional –FASE; Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômicos – IBASE; Projetos Alternativos Comunitários- PACs; Instituto Marista de Solidariedade - IMS); Cáritas e Pastorais, Universidades e incubadoras, Movimentos Sindicais (ADS/CUT); Instâncias governamentais: governo federal, governos municipais e estaduais, Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria Nacional de Economia Solidária (Secretaria Nacional de Economia Solidária -SENAES);

2) empreendimentos econômicos solidários: organizações de finanças solidárias, empresas autogeridas, cooperativismo popular, redes de empreendimentos, associações, clubes de trocas, grupos; ligas ou uniões: COCRAB/MST, ANCOSOL, UNICAFES, UNISOL, ANTEAG;

3) fóruns brasileiros de economia solidária: redes de gestores públicos, FACES do Brasil, FBES Fóruns Estaduais, Rede de Socioeconomia Solidária.

São considerados empreendimentos Econômicos Solidários, como consenso na literatura, organizações como cooperativas, empresas autogestoras, empresas sociais ou associações compostas por trabalhadores pobres e que busquem os princípios como: igualdade e democracia do cooperativismo “original”. Esse cooperativismo “original” baseia-se nos preceitos de seus precursores como Robert Owen e Charles Fourier, socialistas utópicos, que pregaram princípios e valores que vão ao encontro da Economia Solidária. Logo, o diferencial entre as cooperativas vinculadas às perspectivas da Economia Solidária é o modo de gerir o empreendimento com base na autogestão e na solidariedade. Para melhor compreensão dos preceitos e valores pregados pelos precursores do cooperativismo “original”, faz-se necessário retroagir à origem do cooperativismo.

Schneider (1999) apresenta o contexto econômico e social no qual surgiu o cooperativismo, uma vez que as origens históricas contribuirão para a análise e a redefinição dos princípios em torno do cooperativismo atual.

O autor define como fato propulsor do cooperativismo a Revolução Industrial, que a partir do século XVIII, trouxe problemas à classe operária como: substituição progressiva da energia orgânica pela anorgânica (máquinas a vapor, depois eletricidade), dismantelando o sistema de produção artesanal e transferindo as fábricas para as cidades (uma vez que não precisava mais mantê-las próximas às correntes de água), provocando um rápido e caótico crescimento urbano; a força de trabalho, nova e despreparada, enfrenta condições de vida desumanas e cruéis durante um século, com trabalho de grávidas e crianças, com carga horária de 14 a 15 horas por dia; esse fenômeno levou à polarização da sociedade em duas classes antagônicas: a dos capitalistas-proletários dos meios de produção e a dos proletários-vendedores de sua força de trabalho. Isso gerou uma relação de oposição aguda entre a exploração do capital sobre o trabalho, originando a luta de classes, processo analisado e denunciado por Karl Marx (SCHNEIDER, 1999).

Como resposta ao capitalismo industrial, Schneider (1999) pontua que houve reações frontais, por meio de movimentos socialistas do século XIX, e, estratégicas, por meio do movimento cooperativista, em que a classe operária passaria a ser dona dos seus meios de produção e dos excedentes gerados no processo produtivo.

Segundo Schneider (1999, p. 35), “é nesse contexto bastante sombrio do início do capitalismo industrial que se situam as manifestações dos socialistas utópicos – vários deles precursores do cooperativismo – e que explicam também as razões do surgimento de experiências cooperativistas”. Assim, o autor cita como principais precursores, em termos de ideias e experiências no século XVIII, P. C. Plockboy e John Bellers; e, no século XIX, Robert Owen, William King, na Inglaterra; Charles Fourier, Michel Derrion, Philippe Buchez e Louis Blanc, na França.

Assim, o cooperativismo original surgiu na Inglaterra com Robert Owen, ao lado de Fourier e Saint-Simon. Robert Owen (britânico), proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, oferecia condições adequadas de trabalho a seus funcionários e limitou a jornada de trabalho. Como contraprestação, a produtividade de seu complexo têxtil aumentou, elevando os lucros, atraindo a atenção de muitos empresários (SINGER, 2002).

Foi por meio da sindicalização que ocorreu o “cooperativismo revolucionário”, assim chamado por Singer (2002) e entendido como embrião da Economia

Solidária, tendo em vista que os trabalhadores uniram-se em prol de seus interesses coletivos para garantir condições mínimas de trabalho e remuneração.

Inicialmente, Owen conseguiu obter bons resultados ao lado do proletariado, até o momento em que as indústrias adotaram a ideia do *lock-out*, conhecida como greve patronal, a qual demitia os trabalhadores que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores – momento em que o proletariado curvou-se aos mandos dos empregadores, perdendo sua força. Apesar desse fim momentâneo, o “cooperativismo revolucionário” deixou um importante legado para a humanidade, dentre os quais a aprovação do *Factory Act*, legislação protetora do trabalhador de fábrica que limitava a jornada de trabalho a dez horas. Inclusive Owen contribuiu com suas ideias de melhorar as condições de trabalho nas fábricas. E, é claro, deixaram a “semente” de uma ideia viável e humanitária que permite incluir classes que foram excluídas pelo capitalismo (SINGER, 2002).

Depois de algumas experiências cooperativistas defendidas pelos precursores, em especial pelo movimento "Owenista" de Robert Owen e seus seguidores, e dos cartistas de William King, surgiu a pioneira “Cooperativa de Rochdale”, em resposta à crise de fome, desemprego, péssimas condições habitacionais e, após o fracasso de uma greve de tecelões, em que seus companheiros foram despedidos de seus empregos (SCHNEIDER, 1999).

Os princípios originais dessas cooperativas estavam pautados na igualdade e solidariedade que foram estabelecidos no século XIX pela chamada “Aliança Cooperativista Internacional”, mas sofreu alterações ao longo do tempo, adaptando-se aos estudos economicistas que enfatizaram a ideia do lucro e da produtividade (LIMA, 2007). Segundo Lima (2007), as cooperativas apresentam a necessidade de se inserir no mercado capitalista, a fim de obter êxito enquanto proposta coletiva de organização e trabalho.

O fracasso da greve deflagrou-se, em fins de 1843, momento a partir do qual os companheiros de Rochdale realizaram frequentes reuniões em que discutiram e amadureceram o novo modelo de organização cooperativa. A cooperativa foi oficialmente registrada como “*Friendly Society*”, em 15 de agosto de 1844. Em 1845, os pioneiros do cooperativismo estabeleceram suas normas ou princípios, como: “democracia, livre adesão, liberdade para sair da cooperativa, compras e vendas à vista, juro limitado ao capital, retorno das sobras” (SCHNEIDER, 1999, p. 50). Nas Emendas seguintes, reafirmaram a democracia, a livre adesão (mas se fixa provisoriamente um limite de 250 associados), juro limitado ao capital, distribuição dos excedentes, primeiramente, para finalidades sociais e, depois, sob a

forma de retorno aos associados, através de descontos dos excedentes para a educação e devolução desinteressada do ativo líquido.

Em 1934 e 1937, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) reformulou os princípios, com base na mudança econômica e social, instituindo-se 7 (sete) princípios.

Quadro 1 - Princípios da ACI

ESSENCIAIS	FACULTATIVOS
Adesão aberta	Neutralidade política e religiosa
Controle ou gestão democrática	Compras e vendas à vista
Distribuição das sobras (ou excedentes) a pro-rata das transações	Promoção da educação
Juros limitados ao capital	

Fonte: Adaptado de Shneider (1999, p. 62); ACI, 2012.

Em 1966, foram propostos e reformulados os princípios por uma comissão especial da ACI, os quais foram incluídos, no artigo 8 dos estatutos da ACI em 1969. Entre as alterações estão as seguintes: o princípio da neutralidade religiosa e política foram inseridos no primeiro princípio que trata da adesão voluntária e livre; eliminação das compras à vista; e a inclusão do princípio da cooperação e integração intercooperativa (SCHNEIDER, 1999).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), revisada na Assembleia Geral de 1995, define cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI, 2012). A definição de cooperativa foi discutida e produzida pelos cooperativistas do mundo todo, com base em um processo de construção de valores e princípios discutidos ao longo de 100 (cem) anos da formação da ACI.

Assim, é importante ressaltar que o movimento cooperativo mundial, sob a coordenação da ACI, procurou ao longo dos anos adequar os princípios do Cooperativismo à realidade socioeconômica atual, mantendo-se, entretanto, fiel aos valores fundamentais da cooperação em torno dos princípios e valores.

Schneider (1999) ainda enfatiza que os princípios ou normas do cooperativismo expressam uma meta, um programa de ação que se pretende conquistar dia-a-dia, progressivamente. Pontuando que “o acontecer cooperativo” nunca é um fato acabado e definitivo, e sim um processo “que na dinâmica do ‘vir-a-ser’, sofre as imperfeições e

incoerências transitórias de todo o processo que procura transformar a realidade, incoerências devidas tanto a fatores internos como externos à organização ou ao movimento” (p. 50).

No Brasil, o cooperativismo é representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundada em 1969, e estruturada para promover uma governança democrática e transparente e, segundo a qual o cooperativismo é

Uma forma de organização que tem como diferencial promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social simultaneamente. Baseado na união de pessoas, sendo este o seu maior capital, o cooperativismo é um modelo socioeconômico com referenciais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, que busca a prosperidade conjunta e não a individual. Por sua natureza e particularidades, alia o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo (OCB, 2012).

A OCB (2012) pontua 7 (sete) princípios do cooperativismo: 1) adesão voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e dependência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade.

Singer (2002) traz os princípios das chamadas “cooperativas verdadeiras” com base na ausência de contratação de assalariados, participação dos cooperados nos rendimentos, ausência de leis trabalhistas e encargos legais, ou seja, de acordo com o artigo 442 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e da Lei 12.690 promulgada em 20 de julho de 2012.

Os valores do cooperativismo original eram a posse coletiva de meios de produção pelas pessoas que a utilizam para produzir; gestão democrática da empresa e participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados; e a destinação do excedente anual (denominado sobras) (SINGER, p. 13, 2002).

Esses preceitos que determinam o cooperativismo “original” de Robert Owen, Fourier e Saint-Simon são observados entre os valores pregados pela COOPEROCHA, lembrando que há uma aproximação desses valores aos preceitos do cooperativismo original, tendo em vista que algumas características – como a autogestão – são passíveis de discussão em relação à sua implementação efetiva (LISBOA, 2005; FRANÇA FILHO, 2004; GAIGER, 2003b; MOTCHANE, 2003; SINGER, 2002, 2003, 2004) de acordo com a literatura do tema, não sendo, porém, foco do presente estudo.

Apesar de defender o cooperativismo original com seus princípios e valores, conforme os preceitos de Singer (2002), sabe-se, no entanto, que não existe legislação acerca

deste cooperativismo “original”, apenas a legislação 12.690/2012 que regulamenta a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e determina seus pressupostos legais.

2.2 EMPRESA SOLIDÁRIA E EMPRESA CAPITALISTA

Singer (2002) confronta a solidariedade e a competição como dois princípios distintos que disputam hegemonia na construção de projetos políticos e econômicos capazes de organizar a convivência social. Nesse sentido, o autor reforça a prioridade dada ao princípio da competição no modelo capitalista, a qual tem demonstrado ser geradora de desigualdades sociais sem limites. Isso porque “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens” (SINGER, 2002, p. 08), ao longo do tempo, o que acaba se refletindo no desequilíbrio competitivo de oportunidades entre indivíduos. Em outras palavras, os descendentes daqueles que acumularam elevadas somas de capital terão sempre uma nítida vantagem em relação aos descendentes dos perdedores num ciclo vicioso sem fim.

Com base nessa argumentação e preocupado com as consequências do monopólio da competição sobre outras formas de organizações solidárias e colaborativas, o autor alerta para os riscos da dominação sem barreiras do capitalismo e sua aceitação incondicional. Assim, Singer (2002, p. 09) propõe a inserção do princípio da solidariedade e da cooperação na economia, por meio da “associação entre iguais”, e não um “contrato entre desiguais”. Dentro da mesma linha, Santos e Rodríguez (2002) também alertam para o fato da ausência de resistência ao sistema capitalista tornar-se o campo ideal para o seu avanço em moldes cada vez mais selvagens e desumanos, o que impõe, necessariamente, o desenvolvimento de novos projetos econômicos emancipatórios e contra-hegemônicos.

Para Lisboa (2005), a originalidade da Economia Solidária é estar no mercado sem se subordinar à busca do lucro máximo, uma vez que guia seus empreendimentos pela prática do preço justo. O novo campo das finanças solidárias (que está a democratizar o crédito) também permite ver a preocupação com a rentabilidade econômica, mas suas operações pautam-se pelo respeito a valores éticos e humanistas.

Assim, “quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Esta é a novidade da Economia Solidária” (LISBOA, 2005, p. 3). Por isso, o autor, diferentemente da maioria dos pesquisadores da área, defende que a autogestão não é necessária como pré-requisito da

Economia Solidária, basta a percepção de uma perspectiva social, econômica e ecológica para a sua existência.

Singer (2002, p. 11) apresenta as diferenças entre empresas capitalistas e solidárias. Nas primeiras, prevalece a relação capital trabalho, em que os empregados ganham salários desiguais entre si, “conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela oferta e demanda pelo mesmo mercado de trabalho”. Cria-se, com isso, uma cadeia de cargos em que os diretores ganham mais que os gerentes, e estes mais que os técnicos e assim por diante. Em tese, há liberdade tanto dos empregados em procurar as empresas que melhor lhes convir, como dos empregadores em demiti-los quando assim desejarem.

Diferentemente, na empresa solidária, os sócios têm direito a retiradas de acordo com a receita obtida e essas retiradas podem ser iguais para todos ou diferenciadas, conforme o acordo estabelecido democraticamente em assembleia coletiva. Muitas empresas solidárias adotam a desigualdade de retiradas para não perder a colaboração de cooperados mais qualificados para empresas capitalistas. Utilizam a seguinte lógica: “pagar melhores técnicos e administradores permite à cooperativa alcançar ganhos maiores que beneficiam o conjunto dos sócios, inclusive os que têm retiradas menores” (SINGER, 2002, p. 13).

Para entender as diferenças entre o modelo capitalista de empresa e o solidário, deve-se compreender o destino dado ao lucro ou às sobras auferidas pelos empreendimentos. Na empresa capitalista, o lucro destina-se, primeiramente, para remunerar os acionistas, revertendo-se em dividendos; em segundo lugar, para os fundos de investimento; e, em terceiro, a reversão destes fundos será novamente distribuído em ações. Já na empresa solidária, ocorre uma inversão, ou seja, uma parte da sobra é destinada a um fundo para a educação dos cooperados, outra parte é destinada ao fundo de investimento e a última parte é dividida entre os associados em partes iguais ou diferentes, de acordo com os critérios estabelecidos inicialmente em assembleia.

A princípio, pode parecer que não há diferença com relação à empresa capitalista, uma vez que permitiria uma remuneração desigual. Mas Singer (2002) afirma que a empresa capitalista evidencia a busca pelo lucro, e as decisões dos gerentes estarão ameaçadas se a empresa não obtiver o lucro almejado. Em contrapartida, na solidária, as retiradas são determinadas pelos sócios e mesmo quando apresentam diferenças, elas ocorrem dentro de um limite máximo, reduzindo distorções acentuadas e preservando-se o princípio da equidade.

3. IMERSÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nesta seção, será abordada a base que fundamenta a pesquisa teórica e empírica da dissertação. Na primeira seção do referencial teórico, será abordada a perspectiva da Imersão Social, suas origens, conceitos, críticas e a ideologia teórica pautada nos elementos de análise de Granovetter (2007, 1992) que servirão de base para o presente estudo. Na segunda seção, apresentar-se-á a Economia Solidária sob uma perspectiva teórica, bem como a sua conexão com o processo de Imersão Social. A terceira seção apresenta o objeto de estudo, a COOPEROCHA, sua história e, finalmente, a base empírica das relações sociais na dinâmica de interesses que circundam a cooperativa, pautada nos elementos da Imersão Social (Confiança, Oportunismo e Ordem) de Granovetter (2007, 1992).

Utilizou-se o texto traduzido de Granovetter (2007) e apresentado no prefácio da RAE (Revista de Administração Eletrônica), diante da fidedignidade da fonte apresentada - apesar de a autora ter lido o texto original de Granovetter de 1985.

3.1 ABORDAGENS: ESTUDO DE IMERSÃO SOCIAL

Quanto às relações sociais estabelecidas entre os catadores para a constituição da COOPEROCHA, o poder Público e a sociedade civil contribuíram para a sua gênese até a formalização do empreendimento? Como os elementos da Imersão Social influenciaram a sua constituição? Para alcançar a resposta a essas questões, é preciso verificar a origem da Imersão Social, bem como definir a perspectiva de relações sociais para caracterizar este fenômeno, evidenciando as categorias de análise da pesquisa.

Por isso, nesta primeira seção, apresentam-se a abordagem de Imersão Social, sua origem, definições e perspectivas. A seção está estruturada da seguinte forma: primeiramente, são aprofundados os aspectos conceituais de Imersão Social em direção às principais abordagens epistemológicas e metodológicas utilizadas nas pesquisas; na sequência, apresenta-se uma síntese da obra de Mark Granovetter (2007, 1992) sobre “Imersão Social”, visando seguir os procedimentos de análise do autor, no campo de estudos sobre *embeddedness*; em seguida, estuda-se a influência dos elementos da Imersão Social sob a perspectiva de Granovetter (2007, 1992): Confiança, Oportunismo e Ordem; ao final, são feitas algumas considerações sobre as implicações e as limitações do estudo.

3.1.1 Origens e Perspectivas da Imersão Social no Mundo Ocidental

A Nova Sociologia Econômica apresenta os pressupostos da Imersão Social, uma vez que tenta conectar sociologia e economia. Chama-se “Nova” porque a Sociologia Econômica Clássica, da década de 1930, já questionava a divisão do trabalho entre sociologia e economia, com base em seus pioneiros de envergadura teórica Durkheim, Weber, Simmel ou Pareto (GISLAIN; STEINER, 1995). No entanto, esses teóricos não conseguiram dar continuidade aos trabalhos sobre Sociologia Econômica, a qual ressurge com força a partir da década de 1970, como uma “Nova Sociologia Econômica”, com o mérito de analisar o núcleo da ciência econômica sob uma perspectiva sociológica, ou seja, o mercado, considerado como uma “estrutura social” (SWEDBERG, 1994, p. 255).

Segundo estudo realizado por Martes et al. (2006) 14 periódicos das áreas de Administração, Sociologia e Economia tratavam do tema redes e relações sociais em alguma de suas edições. Tanto que os autores listam os seguintes periódicos que abordaram o tema: Academy of Management Journal, Academy of Management Review, Administrative Science Quarterly, American Journal of Sociology, American Sociological Review, Annual Review of Sociology, Economic Geography, Journal of International Business Studies, Journal of Social Structure, Management Science, Organization Science, Organization Studies, Rand Journal of Economics e Strategic Management Journal.

Em particular, Mark Granovetter (2007) empenhou-se em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência delas nos resultados econômicos. Além de ser um dos pioneiros da “Nova Sociologia Econômica”, ele aborda e representa a linha de pensamento relacionado ao enfoque estrutural do mercado, visto como a constituição de redes interpessoais.

Granovetter (1992) segue uma tradição iniciada por Weber, ao tentar desenvolver uma teoria sociológica complementar à Teoria Econômica (STEINER, 2006). Em outras palavras, a Sociologia Econômica teria por objetivo sanar as lacunas deixadas pela Teoria Econômica, razão pela qual não visava substituí-la.

Na origem da definição de *"embeddedness"*, encontra-se Karl Paul Polanyi (2002). Suas considerações sobre a “economia substantiva” em contraposição à “economia formal” apresentam grande sintonia com os conceitos posteriores de Granovetter (2007) sobre abordagens supersocializadas (excesso de preocupação com a dimensão social da ação econômica) e abordagens subsocializadas (excesso de preocupação com as dimensões econômicas, em particular representadas pelas abordagens neoclássicas). A proposta de

Imersão Social de Granovetter foi reformular o conceito de Polanyi, e ampliar a repercussão do termo nas ciências sociais em geral, influenciando a sociologia, a antropologia e a economia.

Polanyi (2002) ficou conhecido pela sua obra *A Grande Transformação*, na qual utilizou pela primeira vez o termo imersão social, com a pretensão de diferenciar o mercado emergente das sociedades antigas. Para isso, ele utiliza quatro princípios do comportamento econômico: reciprocidade, domesticidade (*Householding*), redistribuição e mercado. A reciprocidade reforça os laços sociais com base em trocas de dádivas entre membros da sociedade. A domesticidade é voltada para a produção no grupo familiar. Ambos – reciprocidade e domesticidade – não permitem pagamento, por isso, podem ser considerados uma esfera não monetária da economia, ao passo que a redistribuição permite a alocação da produção apropriada por uma autoridade caracterizada pelo pagamento, sendo, portanto, economia monetária. E, por fim, o mercado caracterizado por atividades que visam à troca, criando a esfera mercantil.

Assim, Polanyi (2002) defendia que existe um padrão de mercado em que as relações sociais estão imersas no sistema econômico, uma vez que este só pode operar em uma sociedade moldada pela lógica do mercado, garantindo o funcionamento do sistema. Por isso, o autor considera como economia imersa aquela caracterizada pelos princípios da domesticidade, reciprocidade e redistribuição, ao passo que o mercado caracteriza a economia não imersa.

Verifica-se que o conceito de imersão está diretamente relacionado ao conceito de mercado, pois os argumentos sobre imersão social emergem como correção ao absolutismo do mercado. Isso porque as concepções absolutistas de mercado pressupõem que os atores agem apenas em prol do seu próprio interesse: maximizar os lucros.

Ao contrário dessa suposição, Polanyi (2002, p. 65) afirma que a descoberta mais importante, nas recentes pesquisas históricas e antropológicas, "é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais". Essa imersão significa que o homem não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, mas sim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. A valorização dos bens materiais ocorre à medida que eles servem a seus propósitos. Isso significa que nem o processo de produção, nem o de distribuição está necessariamente ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens, mas cada passo desse processo está atrelado aos interesses sociais, os quais asseguram a necessidade de seus propósitos. O autor conclui que é "natural que esses interesses sejam

muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas" (p.66).

No entanto, Polanyi (1944) não buscou o conceito de imersão, ele procurou entender a diferença entre o mercado emergente e os antigos sistemas econômicos, traçando uma linha histórica, argumentando durante toda a obra, que nunca o ganho e o lucro assumiram um papel tão importante quanto no sistema econômico capitalista. A partir do século XIX, a economia passou a ser vista como uma esfera institucional separada e dominada pelo padrão de mercado.

A ideia de que o homem primitivo era compelido naturalmente a trocar e a escambar representava para Adam Smith um modo capitalista natural de produção. Esse argumento é combatido por Polanyi (2002), segundo o qual houve uma transformação nessa nova geração, que pode ser acompanhada por um contexto histórico, e não atribuída por leis naturais – como se a natureza humana fosse capitalista.

Granovetter (2007, 1992), apesar de se basear em Polanyi (2002) para criar o conceito de Imersão Social, diverge dele ao afirmar que, na sociedade moderna, o comportamento econômico encontra-se profundamente imerso em relações sociais, tanto quanto nas sociedades pré-mercantis. Ele posiciona-se entre os “substantivistas”, como Polanyi, e entre os economistas formalistas como Adam Smith, quando diz que o comportamento econômico altera-se menos do que acreditava Polanyi (2002), porém, o nível de Imersão Social é mais substancial do que julgam os economistas e formalistas.

Granovetter (1973) ainda aborda a questão dos laços fracos e fortes, especificando que o primeiro é constituído por pessoas conhecidas que circulam em diferentes meios, ao passo que o segundo é constituído pelos vínculos estabelecidos com amigos íntimos. Ressalte-se, ainda, que Prates (2009) estabelece duas dimensões estratégicas da ação coletiva: capital social (laços fortes) e as conexões intergrupais ou interinstitucionais, os laços fracos. Ou seja, o autor baseia-se em Coleman (1994) que considera o capital social uma propriedade inerente dos grupos, independente da sua posição social. O traço mais importante do conceito de Coleman (1994) é o fechamento das relações dentro do grupo, pautado na coesão social.

A coesão social está diretamente relacionada à Imersão Social, quando se verifica que entre as categorias de análise encontra-se a confiança, a qual se estabelece ao longo do tempo, e de acordo com a reputação social que se propaga por entre as relações sociais de um determinado grupo. É com base na Imersão Social ou na coesão social que se

pretende compreender como as relações sociais influenciam/influenciaram na constituição da COOPEROCHA.

Segundo definição de Granovetter (1973), a “força” de um laço interpessoal se baseia numa probabilidade linear da combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (mútua confidencialidade) e os serviços recíprocos que caracterizam o laço. Cada um desses atributos que caracterizam a força de um laço é um pouco independente do outro, embora haja uma alta intercorrelação entre eles.

Como a Imersão Social vem sendo abordada no meio acadêmico científico? Apesar de Granovetter (2007) apontar para os elementos confiança, oportunismo e ordem, a tendência no meio acadêmico é relacionar a Imersão Social sob a forma da rede, buscando a localização estrutural dos atores mais do que o seu conteúdo, de forma quantitativa (NOHRIA E ECCLES, 1992; POWELL E SMITH- DOERR, 1994; DACIN, VENTRESCA E BEAL, 1999; ZANZAN, 2008). As pesquisas tendem a estudar redes de negócios, buscando compreender como os laços são criados, por que preservá-los, que recursos fluem por essas relações e quais suas consequências.

Giglio e Hernandez (2012) levantaram as metodologias de pesquisas sobre redes de negócios mais utilizadas pelos pesquisadores brasileiros no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad), classificando a teoria, de forma geral, em: Imersão Social e Econômica; Racional Econômico; e Social. A mais utilizada é a perspectiva Racional Econômico, sob a abordagem qualitativa descritiva por meio de Estudo de Caso.

No entanto, existem estudos que abordam a Imersão Social referente ao conteúdo dos laços, com base na Imersão Estrutural proposta por Granovetter (1992). Uzzi (1997), por exemplo, buscou o conteúdo dos laços interatores entre firmas de vestuário de alta costura (*better-dress*), na cidade de Nova York, por meio de uma análise etnográfica. Ele escolheu esse setor por considerá-lo competitivo, pois os teóricos econômicos alegam que as relações sociais possuem papel insignificante em mercados competitivos, considerando que existe maior possibilidade de escolha de fornecedores.

Em detrimento de comportamentos oportunistas que visam obter vantagens em curto prazo, os atores procuram estabelecer laços cooperativos de longo prazo. Assim, Uzzi (1997) classifica as possíveis transações em dois tipos de laços: os laços *arm's length* (de mercado), e os laços *embedded* (imersos). Os primeiros não encorajam a interação e a troca de informações entre os atores num longo prazo. Nos laços *embedded*, encontram-se três componentes principais que regulam as expectativas e o comportamento dos atores:

confiança, transferência de informações essenciais e arranjos conjuntos para solução de problemas. Isso permite que as relações entre os atores estreitem-se, buscando, conseqüentemente, promover ações para longo prazo. Pode-se, inclusive, comparar os laços *embedded* (imersos) de Uzzi (1997) aos laços fortes de Granovetter (1973), uma vez que se baseiam na intensidade, intimidade ou confidencialidade e frequência.

A “Confiança”, elemento chave, é definida por Uzzi (1997) como uma qualidade heurística que agiliza a tomada de decisão e conserva os recursos cognitivos, tendo em vista que os laços *embedded* baseiam-se na confiança de que um parceiro de troca não agiria em função de seu próprio interesse. No entanto, o autor destaca o paradoxo da Imersão Social entre o fato de agilizar os processos de negociação, com base na confiança nos laços de longo prazo, e ao mesmo tempo, acabar restringindo a inovação e novas informações que estão fora da rede.

Da mesma forma, Gulati (1995) mostra a importância da confiança às organizações na escolha de estruturas de governança, sugerindo que a seleção das organizações baseia-se nos laços anteriores com o parceiro. O autor também apresenta a figura da “Confiança”, nos parceiros domésticos, como uma forma de evitar o oportunismo, considerando que as conseqüências negativas para a reputação são maiores no contexto doméstico do que no internacional.

No Brasil, destaca-se Baldi e Vieira (2006) que abordou o setor coureiro-calçadista do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, investigando como o mecanismo estrutural de imersão social influencia a ação econômica do setor. Com esse propósito, a autora buscou analisar como os tipos de laços, a posição e a arquitetura da rede afetam a ação econômica.

O método adotado pela autora foi o estudo de caso, cuja abordagem longitudinal permitiu uma análise histórica desde a colonização até os dias atuais. Concluiu que a constituição e os tipos de laços foram relevantes para compreender as decisões sobre a escolha de parceiros para constituir uma sociedade ou fazer negócios, e entender a relação entre os próprios empresários e entre os empresários e os funcionários.

Observa-se que as pesquisas sobre Imersão Social Estrutural são direcionadas para a compreensão da arquitetura e forma de redes entre firmas, buscando com isso apresentar o *design* da rede de relações. Porém, neste estudo pretende-se abordar a Imersão Social Relacional e Estrutural, por meio de uma análise histórica das relações sociais estabelecidas entre catadores para constituir a atual COOPERROCHA – Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos do Norte Paranaense. O foco, no entanto, será no conteúdo

ministrado pelos laços estabelecidos entre os catadores no decorrer de suas histórias de vida até a constituição da cooperativa, abordando as relações interpessoais, com base nas categorias propostas por Granovetter (2007): Confiança, Oportunismo e Ordem.

3.1.2 Imersão Social: A Influência das Relações Sociais na Ação Econômica

A Imersão da ação econômica nas estruturas das relações sociais, de acordo com Granovetter (2007), analisa as relações concretas estabelecidas entre os atores diante da ação econômica, uma vez que esta sofre tanta interferência das relações sociais que não se pode interpretá-la como independente de um contexto social.

A ação econômica, para Granovetter (2007, 1992), é entendida como a busca de bens e serviços escassos para a satisfação de determinada necessidade. O autor utiliza, pois, o núcleo duro da economia que trata da “escassez de bens e serviços”, com base na definição de Max Weber.

Assim, o autor apresenta a questão clássica da teoria social: como a ação econômica e as instituições são afetadas pelas relações sociais? Com base nesta questão, o autor contrapõe dois posicionamentos: a tradição utilitarista, inclusive a economia clássica e a neoclássica, e a “Imersão” (*embeddedness*).

A primeira pressupõe um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, as quais o autor compara a esquemas mentais como o “estado da natureza” de Thomas Hobbes ou a “posição original” de John Rawls, pois criam situações nas quais as relações sociais estão ausentes. O segundo posicionamento defende que os “comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido” (p. 1).

Segundo Granovetter (2007), a perspectiva da imersão social está associada à escola “substantivista” na Antropologia, representada especialmente por Karl Polanyi, e à ideia de “economia moral” em história e ciência política, possuindo clara relação com o pensamento marxista. Em contrapartida, poucos economistas aceitaram essa concepção de que a imersão nas sociedades anteriores era substancialmente superior aos baixos níveis encontrados em mercados modernos. Quem deu o tom a este pensamento foi Adam Smith, quando propôs que a natureza humana tem a propensão de trocar e permutar uma coisa ou outra. Alguns antropólogos, em 1920, adotaram essa visão, que passou a ser chamada de “formalista”, e recentemente recebeu um novo impulso com base na análise econômica das

instituições sociais – “Nova Economia Institucional” –, sustentando que os comportamentos e as instituições podem ser compreendidos como o resultado da busca de interesses próprios por indivíduos racionais mais ou menos atomizados.

O que chama a atenção para o texto de Granovetter (2007) é o seu posicionamento contrário a estas duas correntes, uma vez que considera as duas visões, subsocializadas e supersocializadas, reducionistas a partir do momento que visualizam os atores como simples “átomos” nas transações econômicas. Com base nisso, ele se posiciona entre as duas visões, apresentando a Imersão Social como uma visão “meso”, compreendida entre a Subsocalizada e a Supersocializada.

O objetivo de Granovetter (2007), em seu artigo “*Economic action and social structure: the problem of embeddedness*”, é desenvolver um conceito teórico de imersão. Inicialmente, ele identifica duas visões: subsocializadas e supersocializadas. A subsocializada, advinda das economias clássica e neoclássica, refuta a relevância que a estrutura social e as relações sociais possam ter sobre a produção, a distribuição e o consumo; ao passo que a visão supersocializada concebe as pessoas como sendo sensíveis às opiniões dos outros e, conseqüentemente, obedientes às normas e valores que são interiorizados por meio da socialização. Apesar do possível contraste entre estas duas visões, para Granovetter (2007), ambas pressupõem o homem como um ator atomizado. Dessa forma, o autor critica as duas, pois os atores não se comportam, nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social.

Nesse sentido, Granovetter (2007) também apresenta as razões que fundamentam a influência da Estrutura Social, especialmente na forma de redes de relações sociais, sobre resultados econômicos. Primeiro, o fluxo das redes de relações sociais afetam a qualidade da informação. Muitas informações são sutis e de difícil verificação, por isso, os atores não acreditam em fontes impessoais, mas em pessoas em quem confiam. Em segundo lugar, as redes sociais são uma importante fonte de recompensa e punição, uma vez que elas ampliam o impacto do controle de uns sobre os outros. Em terceiro lugar, a confiança de que os outros vão fazer a coisa "certa".

As redes de relações pessoais promovem informações vitais para que a confiança entre os atores seja estabelecida, com base na reputação que se propaga no contexto de uma rede social (GRANOVETTER, 2007). A repercussão, em relação à reputação, no entanto, não impede o comportamento oportunista e desonesto por parte dos atores em uma rede, podendo proporcionar, inclusive, ocasiões para que a confiança gere possibilidade para

comportamento oportunista de atores desprovidos de boa fé. Mas a preocupação com a reputação pode desencorajar os comportamentos oportunistas.

A "Ordem" que advém da Teoria Neoclássica de Williamson (1996) pressupõe que algumas transações de alto valor devem ser estabelecidas com base em instituições explícitas que garantam a boa fé, afastando as questões em torno do oportunismo. Inclusive determina quais transações podem ser negociadas fora ou dentro de uma estrutura hierárquica, de acordo com a "Ordem", não relegando algumas negociações vultosas às relações de mercado.

Esse argumento é combatido por Granovetter (2007) que dá exemplos de negócios que se perpetuam nas relações de mercado, sem contudo apresentar uma estrutura hierárquica que estabeleça "Ordem" evitando problemas com atitudes oportunistas.

Logo, verifica-se que as categorias como a confiança, oportunismo e ordem determinam a reciprocidade e a intensidade dos laços, interferindo na construção de uma estrutura social, ao longo do tempo, dando-lhe mobilidade e transformando-a continuamente. Essa influência, em termos de confiança e mobilidade social, permitirá responder à pergunta proposta pela pesquisadora: como os elementos da Imersão Social (confiança, oportunismo e ordem) influenciaram a constituição da COOPEROCHA?

3.1.3 Concepções Super – E Subsocalizadas da Ação Humana na Sociologia e na Economia

Num primeiro momento, Granovetter (2007) apresenta as concepções Super e Subsocalizadas dos indivíduos enquanto simples "átomos". Segundo ele, ironicamente, ambas "têm em comum uma concepção de que ações e decisões são conduzidas por atores atomizados" (p. 6).

Quadro 2 – Supersocializada X Subsocializada

	CONCEPÇÕES	CONFLITOS	ATORES ATOMIZADOS	AUTORES
SUPER	Uma concepção das pessoas como decisivamente sensíveis às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente desenvolvidos de normas e valores, interiorizados por meio da socialização, de forma que a obediência não é percebida como um peso (p. 04).	Moralidade Generalizada	Defende que os padrões comportamentais são interiorizados e, segundo Granovetter (2007), as relações sociais existentes exercem apenas efeitos periféricos (externos e no contorno) sobre os comportamentos.	Dennis Wrong (1961); Kenneth Arrow (1974)
SUB	Dá continuidade à tradição utilitarista. Rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo. As relações sociais são vistas como questões circunstanciais, tendo em vista que o mercado competitivo disponibiliza uma variedade de opções. Isso quer dizer que “Se os negociantes se deparam com relacionamentos complexos ou difíceis, caracterizados pela desconfiança ou pela má-fé, eles podem simplesmente recorrer ao conjunto dos outros negociantes dispostos a fazer negócios nos termos do mercado” (p. 06).	Dispositivos Institucionais	Busca estritamente utilitarista dos interesses próprios. Deixa em aberto as origens das funções de utilidade, abrindo espaço para um comportamento orientado inteiramente por normas e valores, consensualmente determinados, como defendido na visão supersocializada.	Adam Smith (1979); Albert Hirschman (1982);

Fonte: adaptado de Granovetter (2007).

A coluna classificada como “Conflito” representa as diferenças entre as visões super e subsocializadas, ou seja, a primeira propõe a “Moralidade Generalizada”, e a segunda “Dispositivos Institucionais” como uma maneira de evitar episódios de má-fé ou oportunismo nas ações econômicas.

O autor conclui que “as soluções sub e supersocializadas para o problema da ordem convergem assim no fato de isolarem os atores do contexto social mais imediato” (p. 07), demonstrando que ambas acabam atomizando os atores, reduzindo o âmbito de compreensão sobre a influência das relações sociais no comportamento econômico.

Segundo Granovetter (2007), quando os economistas modernos tentam descrever as influências sociais, acabam por representá-las de forma supersocializada, a partir do momento em que deixam de ser circunstanciais. No entanto, acabam categorizando as influências sociais sobre os processos de tomada de decisão racional às classes sociais, costumes, cultura e subcultura – da mesma forma que cita como exemplo o estudo de Samuel Bowles e Herbert Gintis (1975), sobre as consequências da educação norte-americana, quando

argumentam que as diferentes classes sociais desenvolvem variados processos cognitivos e funções de diferenças nos modelos cognitivos que têm à sua disposição. Assim, as pessoas destinadas a trabalhos menos qualificados são treinadas para serem seguidores fiéis de regras, ao passo que aqueles que constituirão posições de elite acabam frequentando “faculdades de elite”.

Com base nisso, pode-se afirmar que há um mecanismo em torno do comportamento individual e sua influência social pautado nas classes sociais e seu segmento de mercado de trabalho. Isso permite a Granovetter (2007) concluir que as influências sociais são compreendidas como uma força exterior que coloca as coisas em movimento sem causar, no entanto, qualquer outro efeito posterior. Em relação a isso, o autor esclarece que “a cultura não constitui uma influência completa e definitiva, mas um processo continuado, sendo permanentemente construído e reconstruído durante as interações” (p. 08).

É com base nesse argumento de Granovetter (2007, 1992) que Barber (1995) e Krippner (2004) afirmam que a imersão social proposta por ele trata do conceito de estrutura social para designar tão somente redes de relações interpessoais, e descarta estruturas culturais as quais combinam estruturas de personalidade com estrutura social.

Numa perspectiva supersocializada, Granovetter (2007) cita Kenneth Arrow (1974), que atribui a necessidade de certo grau de confiança ao comportamento econômico. No entanto, a fonte dessa “confiança” permanece sem explicação, apelando para uma “moralidade generalizada”. É supersocializada na medida em que postula uma resposta automática e generalizada, novamente subordinada às regras e comportamentos condicionados a padrões pré-estabelecidos, além de universalizar um comportamento com base em preceitos pré-definidos e determinados, desconectados de qualquer tipo de relações pessoais concretas e das obrigações delas decorrentes.

A “moralidade generalizada” nem sempre está presente em todos os comportamentos econômicos, não se podendo esperar que apenas os valores conduzam os negócios. Como exemplo, Granovetter (2007) cita comportamentos econômicos e de transação estabelecidos no mercado – simples como o fato de deixar uma gorjeta num restaurante de beira de estrada distante de sua casa. Granovetter (2007) pontua três características que tornam essa atitude de alguma forma incomum:

1) Os agentes na transação não se conheciam; 2) é pouco provável que voltem a se encontrar; e, 3) as informações sobre as atividades de qualquer um dos dois têm poucas chances de serem conhecidas por outros, com quem eles possam fazer, no futuro, outras transações. Afirmo que é somente em situações dessa natureza que se pode atribuir a ausência de força e fraude principalmente à moralidade generalizada. Mesmo nesses casos, é possível questionar se essa moralidade ainda seria efetiva se grandes quantias estivessem envolvidas (p. 12).

Assim, numa perspectiva subsocializada, o autor apresenta a Nova Economia Institucional, com base nos arranjos institucionais inteligentes, que atribuem custos vultosos que desestimulam práticas de má-fé e oportunismo. No entanto, esses arranjos institucionais não produzem confiança; ao contrário, representam um substituto funcional para ela. Como exemplo de arranjos, Granovetter (2007) cita: os contratos explícitos e implícitos; planos de compensação diferida e aposentadoria compulsória; estruturas de autoridade que combatem o oportunismo por meio da resolução autoritária de questões potencialmente controversas. E por que são consideradas pelo autor como uma concepção subsocializada? Porque “não permitem que as relações pessoais concretas e as obrigações delas decorrentes possam ser elementos desencorajadores da má-fé, independentemente dos arranjos institucionais” (p. 15).

As abordagens teóricas modernas sobre a teoria organizacional focam seus esforços sobre as contingências ambientais, dentro dos pressupostos de minimização de custos e ameaças, e maximização de oportunidades. Tanto é assim que Williamson (1975) apresenta a teoria dos custos de transação (TCE) com o propósito de reduzir custos, bem como estabelecer institutos (contratos) que possam evitar comportamentos oportunistas do mercado (considerando que o indivíduo é imbuído de interesses particulares), estabelecendo quais ações econômicas poderiam ser instituídas no mercado e quais deveriam ser realizadas dentro de hierarquias organizacionais. Por meio desses institutos, o autor acredita que é possível controlar as transações realizadas sob uma hierarquia, monitorando a conduta dos envolvidos. Assim os contratos, dentro da Nova Economia Institucional (NEI), têm a função de facilitar as trocas entre os agentes econômicos.

Logo, as concepções sub e supersocializadas são semelhantes, na medida em que veem os atores como “átomos”, em mercados competitivos, que propõem a interiorização de padrões normativos de comportamento de uma forma tão profunda que acreditam assegurar a ordem nas transações.

Verifica-se que, apesar de se diferenciar aparentemente a conduta humana como sub ou supersocializada, existe um ponto em comum entre ambas que acaba por analisar

as influências sociais de forma circunstancial, seja através dos interesses próprios do homem e do processo de tomada de decisão racional, seja por um comportamento estilizado, convencional e típico, desprovido de conteúdo, história ou posicionamento estrutural específico.

No entanto, Granovetter peca ao cair numa abordagem supersocializada, a qual ele mesmo critica, quando analisa o comportamento dos indivíduos com base em opiniões negativas dos outros quando detectada uma atitude oportunista no meio social (UZZI, 1997).

Já para Steiner (2006), Granovetter (2007) adota uma postura subsocializada quando aborda a economia sobre racionalidade voltada aos interesses sociais, com base na ênfase da ação racional dos atores da rede, indicando uma possível instrumentalização das relações. Assim, a lógica utilitarista de Granovetter (1992) fica explícita quando ele exemplifica que a indicação de uma vaga de emprego a um conhecido pode ser motivada por várias razões, ou seja, para resolver um problema interno, ou porque prefere trabalhar com quem conhece.

Sua teoria, segundo Uzzi (1997) e Krippner (2004), buscava unir as abordagens econômicas e sociológicas para a teoria da organização. Como atualmente desenvolvido, no entanto, o argumento de Granovetter explicita as diferenças entre os sistemas econômicos e sociológicos do comportamento econômico, mas não tem a sua própria análise concreta de como as relações sociais afetam o intercâmbio econômico.

Há inclusive a citação do autor Duesenberry (1960) que diz: “a economia se resume em como as pessoas fazem escolhas; a sociologia se resume em como elas não têm escolhas a fazer” (apud GRANOVETTER, 2007, p.17). Por isso, os atores não devem ser vistos como átomos que se comportam ou tomam decisões fora de um contexto social, e nem adotam um roteiro escrito com base em categorias sociais que ocupam uma visão restrita sub ou supersocializada, razão pela qual o autor propõe um meio termo entre as posições extremas destas duas concepções – o que ele chama de Imersão Social.

Assim, a proposta de Imersão Social de Granovetter (2007, 1992) ganha força diante das críticas por defender a ideia precípua de que as relações sociais, numa perspectiva de *embeddedness*, são a fonte da cultura e das decisões econômicos. Razão pela qual se manteve o estudo com base no autor.

3.1.4 Imersão Social para Granovetter: Confiança e Má-fé na Vida Econômica

A Imersão Social pressupõe que as ações e as decisões dos atores estão imersas em relações sociais. Mas, quais tipos de ações do homem são analisadas sob o ponto de vista da Imersão Social de Granovetter? O autor utiliza como base de sua análise sobre Imersão Social a ação econômica individual, e fala do "Núcleo duro" da economia quando a define, de acordo com Max Weber (1978), que trata das necessidades de qualquer tipo, desde alimentos a edificações religiosas, mas que apresentam uma escassez de bens e serviços em relação à demanda. E ele ainda justifica a escolha de uma definição da ação econômica com base no "Núcleo duro" da economia, quando afirma que traz uma crítica efetivamente radical, pois os "argumentos neoclássicos têm dificuldades até mesmo em seu terreno mais familiar" (GRANOVETTER, 1992, p.33).

Granovetter não atribui papel importante ao Estado, deixando este ator social fora de suas considerações teóricas. Em sua obra, verifica-se a ausência de contexto político e jurídico na análise de rede, razão pela qual é criticado. Parece que ele aponta, realmente, para uma concepção liberal do Estado, a partir do momento que visualiza a concepção estrutural. Isso remete a um trecho de sua obra quando defende a regulação das organizações, sob a égide das normas do mercado, rechaçando as hierarquias, “[...] estruturas políticas repressivas tornam-se desnecessárias devido aos mercados concorrenciais que impossibilitam a força e a fraude” (2007, p. 484).

Granovetter (2007, 1992) refere-se às relações sociais pessoais que se estabelecem nas transações negociais como uma forma de regular o mercado. Mesmo porque ele considera as relações pessoais, sejam elas diretas ou indiretas, essenciais para regular e assegurar a confiança, evitando o oportunismo no mercado, sem a interferência de uma coerção política externa. Há inclusive um trecho de sua obra que deixa claro que a interferência jurídica seria apontada como um possível caminho para a resolução de conflitos como última hipótese, afirmando que “[...] a resolução de conflitos é facilitada por esta imersão dos negócios em relações sociais”, o que permite evitar recorrer à Justiça, comportamento considerado “indecente” (2007, p. 497).

Em sua análise sobre os grupos econômicos, Granovetter (1994) já apresenta sinais de que o Estado é fundamental para estabelecer regras administrativas e jurídicas, as quais exercem influência sobre a estrutura dos grupos econômicos,

principalmente no que tange à propriedade, às formas de autoridade e às relações com as instituições financeiras.

Ele fundamenta suas ideias em três premissas maiores: a ação econômica é uma forma de ação social, a ação econômica é contextualizada socialmente, e as instituições econômicas são construções sociais, razões pelas quais Granovetter (1992) procura explicar os padrões que vão além das ações individuais por ele denominadas de "Resultados econômicos" e "Instituições econômicas". Ele exemplifica cada uma delas, afirmando que a primeira seria a formação de preços estáveis para uma mercadoria ou diferenças salariais entre certas classes de trabalhadores. A segunda seria mais complexa, à medida que envolve um conjunto de ações que assume o sentido de como as coisas devem ser feitas, dando a impressão de solidez, produto de construções sociais. Exemplo de instituições econômicas são sistemas completos de organização econômica, como o capitalismo, e, em um nível menor (micro-análise), as organizações particulares.

Assim, o autor explica que a Imersão Social refere-se ao fato de que a ação econômica e os resultados são afetados pelas relações diádicas (*Pairwise*) e pela estrutura da rede global de relações. Ele se refere a "Resultados Econômicos" e "Instituições Econômicas" como aspectos da inserção Estrutural das relações sociais. Isso porque o aspecto estrutural demonstra a facilidade de cair em uma atomização reducionista. Como exemplo dessa atomização, Granovetter (1992) traz uma pesquisa sobre as normas e interesses inerentes aos papéis do marido e da mulher no tratamento das relações sociais. Segundo o autor, mesmo envolvendo uma relação diádica, o par de indivíduos foi abstraído do seu contexto social, representando seus papéis prescritos sob uma atomização Supersocializada.

A Imersão Social deve ser compreendida como a capacidade de arquivar detalhes e especialmente o tom emocional de relações passadas por longos períodos de tempo, de tal maneira que, quando ativados, nesses contatos, exista uma reativação da relação, a qual não se inicia do "zero", mas com base em relações de entendimentos comuns e sentimentos (GRANOVETTER, 1992, p. 34).

A Imersão apresentada por Granovetter (1992) baseia-se na estrutura social. Ele também fala da Imersão Relacional, que possui estreita relação com as construções de estruturas sociais.

Assim, "*embeddedness*" relacional traz uma história de interações com base nas quais os indivíduos determinam suas relações pessoais. A isso Granovetter (1992, p. 34) chama de efeitos da imersão social no indivíduo. Por isso, diz que a economia clássica e neoclássica não consegue capturar "o fato de que o nosso comportamento para com os outros

depende de uma estrutura de expectativas mútuas que constituem as relações". Enfatiza, ainda, que não só as relações particulares afetam o comportamento do indivíduo, mas também todas as relações existentes. Como exemplo, ele apresenta os motivos que determinam a escolha por um novo emprego ou não, afirmando: "você pode querer ficar em uma determinada firma apesar das vantagens econômicas disponíveis em outro lugar, simplesmente, porque você se apegou aos colegas de trabalho". A isso o autor chama de "valor não econômico" ou "acessório", e Polanyi (2002) classificou como valor não monetário.

"*Embeddedness*" estrutural apresenta efeitos mais sutis na ação econômica e está diretamente relacionado a instituições de comportamentos, o que Granovetter (1992, p.36) define da seguinte forma: "o modo como as coisas devem ser feitas". Para explicar a Imersão Estrutural, adotada em sua obra, ele exemplifica com a relação estabelecida entre o trabalhador e seu supervisor, se este apresentar boas relações com a maioria dos outros trabalhadores, será fácil manter uma boa relação de proximidade com este supervisor. Em contrapartida, se o supervisor for malquisto pelos outros trabalhadores, existirá pressão para que o trabalhador afaste-se do supervisor. Mas é preciso existir coesão entre os trabalhadores para que se "institua" esse comportamento.

A coesão fundamenta-se em uma rede de alta densidade, onde todos estão conectados entre si, ou próximo disso. Em outras palavras, a densidade pode ser definida como os laços de determinado ator conectados a todos os outros atores, caracterizando alta densidade. Em contrapartida, quando se identifica baixo número de conexões entre os membros, considera-se a rede como sendo de baixa densidade (COLEMAN, 1994, GRANOVETTER, 1992, BURT, 1992; KILDUFF; TSAI, 2008).

Um grande número de relacionamentos com baixo grau de imersão relacional facilita a disseminação de novo conhecimento na empresa, ao passo que um alto grau de integração entre a empresa e seus homólogos absorve melhor o novo conhecimento. Essa "bipolaridade", de acordo com Andersson, Johanson e Holm (2006), pode ser vista quando a estrutura da rede é analisada, permitindo afirmar que alguns estudiosos favorecem estruturas abertas enquanto outros favorecem as fechadas. "O fato de que cada empresa tem restrições em termos de recursos destaca a questão de como configurações de redes e relacionamentos influenciam as possibilidades das empresas para encontrar e explorar oportunidades" (p.1).

Diante deste contexto, percebe-se que os atores envolvidos em um grupo não são unidades isoladas de atuação e sim uma estrutura de relações e conexões que se

tornam canais de transferência por meio das ligações estabelecidas entre os atores. Assim, quanto maiores as ligações, maior será a possibilidade de gerar ideias, oportunidades e recursos (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Segundo Granovetter (1992), a coesão permite a intensificação dos contatos mútuos entre díades, conectados com outras díades, o que facilita a disseminação de informações de uma maneira mais eficiente para os membros do grupo, ampliando com isso a sua capacidade de moldar comportamentos. Por isso, ele afirma que os grupos coesos apresentam facilidade para disseminar informações entre as redes de relações, gerando normas, estruturas simbólicas e culturais que afetam o comportamento dos indivíduos.

Aqui, destaca-se, portanto, o estudo da forma (estrutura) e do conteúdo das redes sociais que, segundo Castilla et al. (2000), é afetada pelo nível de confiança na rede em dois aspectos: relacional e estrutural. Corroborando a ideia de Granovetter (1992), ao afirmar que o aspecto relacional tem a ver com a história do laço, que produz concepções sobre como cada ator se relaciona com outro; e, no aspecto estrutural, algumas estruturas de redes facilitam a formação de relações de confiança e evitam condutas ilegais.

Assim, Granovetter (2007) propõe a Imersão com base nas relações pessoais concretas e nas estruturas ou redes dessas relações como a origem da confiança e o desencorajamento da má-fé. Isso quer dizer que “a preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas” (p. 12). No entanto, ele ressalta que a reputação pessoal não pode se transformar em *commodity* a partir de incentivos para não enganar o outro, como o fizeram os economistas, pois essa postura levaria à concepção subsocializada. Ao contrário, a proposta dele pauta-se na afirmação da honestidade com base em informações confiáveis daqueles que efetuaram transações no passado com o indivíduo e que o consideram honesto.

A informação baseada em transações passadas é melhor por quatro razões: 1) é barata; 2) a pessoa confia mais na informação que obteve pessoalmente, considerando-a mais rica, mais detalhada e, por consequência, mais precisa; 3) as relações duradouras entre os indivíduos têm motivação econômica para serem dignos de confiança, não desencorajando transações futuras; 4) as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo, diferente de motivos puramente econômicos (GRANOVETTER, 2007, p. 12).

A confiança é tratada pelo autor como circunstância em torno de uma transação, levando a acreditar que os seus parceiros irão se comportar corretamente por razões

que transcendem o autointeresse, indo além da atomização do indivíduo sob uma perspectiva sub ou supersocializada – considerando que a primeira baseia a confiança no grau de concorrência do mercado. Assim, se a concorrência é elevada, os comerciantes, em caso de má-fe ou oportunismo, simplesmente podem mudar de negociantes dispostos a agir honestamente. Essa visão subsocializada baseia-se no autointeresse. A visão supersocializada basear-se-ia em uma "moral generalizada", pressupondo que os indivíduos agem moralmente, quaisquer que sejam os incentivos (GRANOVETTER, 1992).

Ao pesquisar a elevada concorrência, no setor de alta costura, e seu estímulo à troca indiscriminada de fornecedores no mercado, Uzzi (1997) concluiu que os Gerentes (CEO's), quando questionados sobre confiança, afirmavam que ela é imprescindível para estabelecer relações de troca no mercado, trazendo inclusive rentabilidade.

Apesar de Uzzi (1997) não abordar a questão de rentabilidade, em sua pesquisa realizada em 23 (vinte e três) empresas de Alta costura de Nova York, ele retrata que a imersão promove economia de tempo (a capacidade de capitalizar rapidamente as oportunidades de mercado), pois os detalhes transacionais normalmente trabalhados para proteger contra o oportunismo (contratos, negociações de preços, programação), em relacionamentos estreitos ou *arm's embeddedness* são negociados no decorrer ou depois que a produção é concluída.

A confiança, inclusive, é um tema central na Sociologia Econômica, necessária para o funcionamento normal da ação econômica e as instituições. No entanto, a economia em sua essência não permite explicação razoável de como a confiança pode ser desenvolvida e incentivada; ao contrário disso, criam dispositivos intelectuais para contornar o problema de oportunismo. Assim, a filosofia clássica da economia afirma que o oportunismo deve ser evitado por meio do incentivo de estruturas institucionais que aumentam o seu custo, induzindo a sua proibição. Granovetter (1992) utiliza-se de metáforas ao afirmar que "tanto a autoridade quanto o chicote da concorrência visam afastar a má-fe das transações econômicas, baseando-se em um mesmo argumento: o autointeresse" (p. 38). Ou seja, ambas defendem que os atores são reduzidos a átomos por meio de padrões normativos de comportamento que são internalizados por eles diante de transações econômicas, fazendo com que o oportunismo seja eliminado perante o mercado competitivo.

Granovetter (1992, p. 42) aborda a Imersão Social referente aos problemas de confiança e oportunismo ou má-fe na vida econômica com base no indivíduo, quando cada patamar dos atores envolvidos começa a confiar um no outro. Ele estabelece três razões que levam os indivíduos a atuar nas transações econômicas:

- 1) interesse (social ou econômico) para estabelecer a transação;
- 2) os indivíduos acreditam que é moralmente correto;
- 3) os atores veem isso como uma parte das expectativas regularizadas que caracterizam a sua relação pessoal com o seu parceiro de transação.

A Imersão Social, segundo o autor, trata justamente desta terceira razão, uma vez que as duas primeiras são, respectivamente, subsocializada e supersocializada. A terceira razão demonstra que as visões sub e supersocializada são importantes, mas estão embutidas na estrutura social de modo sistemático e previsível, ou seja, tais arranjos institucionais e princípios morais são socialmente construídos.

As relações sociais econômicas contínuas e revestidas de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo tornam os comportamentos mais previsíveis, gerando uma tendência a neutralizar os temores que criam dificuldades entre estranhos. Para explicar essa relação de confiança, construída ao longo do tempo, Granovetter (2007) cita o exemplo de um incêndio em um teatro. Isso geraria pânico entre as pessoas, as quais correriam para as portas, levando a resultados desastrosos, ao que os analistas de comportamento coletivo chamariam de comportamento irracional. No entanto, o pânico é uma resposta racional, considerando que não existe a garantia de que todas as pessoas sairão calmamente do teatro, ainda que tal atitude beneficiasse a todos. Mas, e se o incêndio fosse numa residência? O autor defende que não há notícias de alguém ter fugido em pânico e de membros da família pisoteando-se uns aos outros, pois cada membro tem confiança em poder contar com os outros.

Assim, Granovetter (2007) compara o comportamento das pessoas em um incêndio às relações de negócios, conforme o grau de confiança. A força das relações pessoais elimina esse dilema e é entendida não como uma propriedade dos participantes da transação, mas de suas relações concretas. Assim, as relações prévias de negociantes individuais podem ser negligenciadas pelas análises econômicas convencionais, uma vez que os indivíduos racionais tomam decisões com base no conhecimento que acumulam ao longo de seus relacionamentos. A reputação geral não é o item mais importante na análise das relações pessoais concretas, e sim a honestidade na forma como negocia – “principalmente em função de eles ou de seus informantes terem feito negócios satisfatórios com o outro” (p. 13). Esse padrão pode ser observado mesmo em situações de barganhas clássicas de um mercado competitivo.

Granovetter (1992) ainda compara a família ao "Dilema do prisioneiro", uma vez que cada membro, pressupondo alto grau de confiança, tem o compromisso de agir

em prol do bem estar dos outros membros, agindo desinteressadamente. Se os assaltantes de banco, na história do "Dilema dos prisioneiros" fossem Bonnie e Clyde, não se poderia esperar que o famoso paradoxo fosse superado? O "Dilema dos prisioneiros" pode ser evitado pela força das relações pessoais, sendo que essa propriedade não é atribuída aos negociantes, e sim em suas relações concretas. O padrão de análise econômica negligencia essas relações e a identidade de negociantes individuais no passado. Mas os indivíduos racionais sabem muito bem estabelecer a confiança com base no conhecimento dessas relações.

Uzzi (1997) combate a comparação da teoria dos jogos com a Imersão Social, uma vez que os atores utilizam a cooperação instantânea para alcançar seus interesses "egoístas" num determinado momento, e quando finalizada a situação podem ou não manter a relação.

Apesar de ser citado como um dos precursores e o responsável pela disseminação da ideia de *embeddedness*, Granovetter (2007) não explicita as formas pelas quais as relações sociais afetam a ação econômica. Concentra-se claramente nas diferenças das estruturas conceituais que concorrem na explicação do comportamento econômico (UZZI, 1997). O que Uzzi (1997, p. 35) chama de indeterminação teórica quando afirma que "O estabelecimento central que a ação econômica é imersa em, mais ou menos permanentes, laços sociais que às vezes facilitam e às vezes prejudicam as trocas sofre de uma indeterminação teórica". Ocorre, pois, um desequilíbrio entre proposições específicas de teorias econômicas e a forma pela qual os laços sociais afetam a ação econômica, caracterizando a sua indeterminação.

Apesar de Granovetter (2007) sustentar que as relações sociais são as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica, ele procura esclarecer que há o risco de estar trocando um tipo de funcionalismo otimista por outro, "no qual as redes de relações, e não a moralidade ou as instituições constituem as estruturas que asseguram a função de manutenção da ordem" (p. 13). Visando ao afastamento desse funcionalismo otimista, ele apresenta duas formas que reduzem esse risco: 1) as redes de relações sociais penetram irregularmente e em diferentes graus nos vários setores da vida econômica, o que permite fenômenos como a desconfiança, o oportunismo e a desordem; 2) as redes de relações sociais podem contribuir para a construção da confiança e o comportamento honesto, da mesma forma que podem oferecer ocasião propícia para a má-fé e o conflito em uma escala mais ampla do que em sua ausência (GRANOVETTER, 2007).

Entre os motivos que Granovetter (2007, p. 14) apresenta para fundamentar esse argumento, estão: a) a confiança originada pelas relações pessoais gera maior

oportunidade para a má-fé. Ele afirma que “sempre se magoa a quem se ama”, diante da confiança que as pessoas depositam em outra, resultando numa posição muito mais vulnerável do que a de um desconhecido. Em casos de desvio de fundos, no mundo dos negócios, as pessoas envolvidas construíram relacionamentos de confiança que proporcionaram oportunidade de manipular as contas, caso em que sem relação de confiança não existiria possibilidade de acessá-las; b) o autor ainda fala sobre a “honra entre ladrões” que requer um nível de confiança interna do grupo, obedecendo a lógicas preexistentes de relacionamento. Esquemas como suborno e conluio raramente são executados por indivíduos que trabalham sozinhos. Para que haja punição, em casos como estes, é preciso encontrar uma brecha na rede de má-fé. Um indivíduo “cuja confissão implica outros que irão, em um efeito dominó, trair ainda outros, até o grupo todo ser desmantelado” (p. 14). O autor ressalta que a má-fé pode ser vista quando os grupos buscam seus interesses privados à custa de algum interesse maior e geral (GRANOVETTER, 1992); c) a forma como a rede de relações sociais está estruturada acaba afetando a dimensão da desordem resultante da força e da fraude. Isso quer dizer que, no mundo dos negócios, os conflitos são relativamente controlados até que os dois lados possam ganhar força chamando números substanciais de aliados em outras empresas, como, por exemplo, a tentativa de implementar ou evitar aquisições indesejadas (*takeovers*).

Portanto, Granovetter (2007) conclui que a abordagem da imersão está definida entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem subsocializada dos dispositivos institucionais impessoais, ao identificar e analisar padrões concretos de relações sociais referentes ao problema da confiança e da ordem na vida econômica. A imersão não produz previsões generalizáveis de ordem ou desordem universal, “mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social” (p. 15).

3.1.5 A Questão dos Mercados e das Hierarquias

Granovetter (2007) critica a obra de Williamson, com o título *Markets and Hierarchies* (1975), o qual questiona o desempenho das funções econômicas dentro das fronteiras das organizações hierarquizadas e por processos de mercados que cruzam as fronteiras. A resposta de Williamson encontra respaldo na nova economia institucional, em que a forma organizacional observada em qualquer situação é sempre aquela que lida mais eficientemente com os custos das transações econômicas.

Assim, existem negócios que podem ser transacionados entre empresas, por meio de uma interface de mercado, como casos diretos, não repetitivos e que não requerem

investimentos específicos à transação (ex.: compra única de um equipamento padrão) e circunstâncias em que os resultados são incertos, que ocorrem com frequência e que requerem investimentos específicos à transação como dinheiro, tempo ou energia, os quais não podem ser transferidos facilmente – razão pela qual é provável que a transação ocorra em empresas hierarquicamente organizadas (WILLIAMSON, 1975).

Existem duas razões para que as transações que envolvem mais energia, dinheiro e tempo sejam realizadas dentro dos limites hierárquicos organizacionais: “racionalidade limitada” e “oportunismo”. A primeira retrata a incapacidade dos atores econômicos de antecipar as contingências relevantes aos contratos de longo prazo. E o segundo trata da busca racional do benefício próprio por parte dos atores econômicos, usando de todos os meios disponíveis como a trapaça e a fraude. Logo, Williamson (1975) pressupõe que as relações de autoridade e de identificação com parceiros de transação possuem mais força perante aqueles que estão contidos em entidades corporativas do que aqueles que se encontram face a face, separados pelo espaço de uma fronteira de mercado.

A relação de autoridade é o principal argumento de Williamson (1975); Williamson e Ouchi (1981) para defender que certas transações sejam confinadas às fronteiras de uma hierarquia organizacional, ao passo que Granovetter (2007) apresenta exemplos práticos, com base em pesquisas como: Dalton (*Men Who Manage*, 1959); Macaulay (1963); e Lohr (1982). Nesses exemplos, ele deixa claro que as relações de autoridade nada mais são do que a atomização dos indivíduos por meio da supersocialização, em que o indivíduo é levado pelas suas relações sociais a adotar um comportamento padrão, já anteriormente levantado no presente trabalho.

Entre os argumentos de Williamson (1975), as relações entre empresas tornam-se tensas quando surgem conflitos que levam a litígios dispendiosos, sendo que a organização interna consegue resolver esses conflitos recorrendo à relação de autoridade. Granovetter (2007) compara o posicionamento de Williamson (1975) à obra *Leviatã*, em que a eficácia do poder hierárquico de uma empresa compara-se ao Estado soberano supersocializado, e o mercado seria o estado de natureza de Hobbes.

Para Granovetter (2007), existe abertura para a análise das influências da estrutura social sobre o comportamento do mercado, mas Williamson trata essas circunstâncias como exceção, deixando de avaliar as relações entre pares descritas como imersas em sistemas mais abrangentes de relações sociais que acabam por determinar, inclusive, os destinos das organizações. Isso faz Granovetter (2007) duvidar da afirmação de que complexas transações de mercado aproximam-se de um Estado de natureza hobbesiano,

que só pode ser resolvido pela interiorização de uma estrutura hierárquica, e sim a sobreposição social suficiente nas transações econômicas entre as empresas. Isso permite a ele evidenciar que as relações de negócios misturam-se com as sociais.

As associações comerciais demonstram que muitas empresas estão vinculadas por diretorias integradas, enfatizando a afirmação de que as relações de negócios invadem o âmbito social, e vice-versa, principalmente entre as elites empresariais – mas não só elas, como os próprios funcionários das organizações, tendo em vista que há formações estruturais dentro e fora das organizações que determinam as relações sociais e apontam o apoio e companheirismo existentes no ambiente interno. Assim, a ideia de que as ordens hierárquicas provocam obediência passiva e que os funcionários interiorizam os interesses da empresa, suprimindo todo conflito com seus próprios interesses é ingênua e não resiste às pesquisas empíricas. A baixa rotatividade de pessoal em grandes empresas hierarquizadas propicia um ambiente adequado para uma densa e estável rede de relações, entendimentos compartilhados e a construção de coalizões políticas (GRANOVETTER, 2007, p. 25).

Essa densa e estável rede de relações estabelecidas dentro das organizações contribui para a configuração da sociologia organizacional e industrial que procura distinguir organização formal da informal. Isso leva Granovetter (2007) a crer que “os observadores que presumem que as empresas são de fato estruturadas pelo organograma oficial não passam de bebês perdidos na floresta da sociologia” (p. 27). A interiorização não pode ser explicada pela organização hierárquica, mas a rede de interações é o principal elemento que explica o nível de eficiência da nova forma organizacional, gerando, por consequência, alta ou baixa eficiência.

Esse posicionamento apenas ressalta o argumento do autor de que as relações sociais entre as empresas são mais importantes que a autoridade dentro das empresas, como uma forma de manter a ordem da vida econômica, uma vez que se deve ater ao poder nas relações de mercado e conexões sociais dentro das empresas. Principalmente em situações de conflito, as relações sociais podem potencializar o poder, tendo em vista “que o exercício efetivo do poder entre empresas procura evitar batalhas públicas sangrentas, podemos pressupor que essas batalhas representam apenas uma pequena proporção dos conflitos de interesses reais” (GRANOVETTER, 2007, p. 26). O autor lembra que as relações de conflitos de interesse tornam-se públicas quando as duas partes estão em posições relativamente iguais, caso contrário, há rendição da parte mais fraca.

Esse argumento de Granovetter (2007) é evidenciado pelo número de pequenas empresas que permanecem, de forma periférica, em torno das grandes corporações,

as quais dissipam os riscos relativos às flutuações cíclicas da demanda ou a previsibilidade das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ou seja, o fracasso dessas pequenas unidades não afetará negativamente os lucros das grandes empresas. Assim, as pequenas empresas persistem nos mercados por meio de uma densa rede de relações sociais sobrepostas às relações comerciais que conectam as empresas e reduzem as pressões para a integração. A complexidade das relações sociais que gravitam em torno das empresas é resolvida por relações de poder implícitas ou explícitas entre as empresas.

Granovetter (2007, p. 19) afirma que negócios estão imersos em relações sociais por meio de outros estudos. O primeiro é de Webster e Wind (1972), os quais demonstram que, para uma empresa trocar ou ampliar sua lista de fornecedores, ela precisa de um “choque” – pois há custos associados à busca de novos fornecedores e de novos relacionamentos, e o fato do baixo risco em lidar com vendedores conhecidos. Macaulay (1963) também verificou que os conflitos gerados em torno de contratos eram solucionados pessoalmente, evitando-se acionar as cláusulas contratuais, como se não houvesse um contrato original. E Lohr (1982), jornalista, afirmou que as peculiaridades culturais interferem nos padrões de relações sociais, de tal sorte que o Japão estabelece e aprofunda lentamente contratos pessoais em sessões de *happy hour* em bares e casas noturnas.

Mas foi Eccles (1981), segundo Granovetter (2007), que descreveu a situação de “quase empresa” para demonstrar o relacionamento abrangente e duradouro entre empreiteiros e prestadores de serviço como uma forma organizacional, logicamente intermediária entre o mercado puro e a empresa verticalmente integrada. Granovetter (2007) chama este fato de integração vertical, considerando a relação entre empreiteiros e os prestadores de serviço que se encontram no mesmo local de trabalho. Ele defende que as relações de longo prazo entre empreiteiros e prestadores de serviços geram padrões de comportamento esperados que afastam a necessidade da autoridade pura e desencoraja a má-fé. Essa situação pode ser explicada, em parte, pelos investimentos por meio de uma associação contínua, e pelo desejo dos indivíduos em usufruir das interações sociais que acompanham seu trabalho diário.

Saxenian (1996) comparou duas empresas de tecnologia de ponta nas regiões: Vale do Silício (Califórnia) e da Rota (Estrada) 128 de Massachusetts. Ao rejeitar a distinção nítida entre o que ocorre dentro e fora da empresa, a abordagem de rede ilumina a complexa evolução histórica de relações entre as empresas, e as estruturas sociais e institucionais de uma localidade em particular. A comparação trata dos limites da noção de economias externas e propõe uma abordagem alternativa à análise de rede de economias

regionais. A noção comum dos economistas baseia-se na suposição de que a empresa é uma unidade atomista de produção, com limites claramente definidos. Mas, por meio, de uma distinção nítida entre o que ocorre dentro e fora da empresa, os estudiosos têm olhado para a evolução histórica das relações sociais estabelecidas entre organizações como uma maneira de angariar recursos competitivos, diante da necessidade de mudanças rápidas em relação a novas tecnologias.

Tanto que Saxenian (1996) apresenta as diferentes estratégias adotadas pelas distintas regiões, enfatizando que o Vale do Silício vem apresentando faturamento econômico superior à Rota 128, tendo em vista que promoveu a aprendizagem, por meio da cooperação, e o mútuo ajuste entre produtores especializados e fornecedores de tecnologias relacionadas. Foi preciso afrouxar as estruturas das equipes entre empresas, permitindo a comunicação horizontal com fornecedores e clientes, incentivando o empreendedorismo experimentação, por meio da comunicação informal e práticas colaborativas. Ao passo que a Rota 128 manteve suas estruturas hierárquicas centralizadoras, baseando suas decisões no segredo industrial.

Essa nova organização, de rede interorganizacional, representa a união de atributos e benefícios que podem proporcionar a cooperação em rede dentro de uma estrutura paradigmaticamente distinta da organização tradicional, permitindo o acesso a informações que contribuem para o processo de tomada de decisão e acompanhando as mudanças do mercado.

Assim, para uma estrutura organizacional baseada em rede como o do Vale do Silício, a região

[...] é organizada para se adaptar continuamente às rápidas mudanças tecnológicas e de mercado. A descentralização do sistema encoraja a busca por múltiplas oportunidades técnicas através do espontâneo agrupamento de habilidades, tecnologias e capitais. Suas redes produtivas promovem um processo de aprendizagem tecnológica coletiva que reduz as diferenças entre as grandes e pequenas firmas e entre indústrias ou setores (SAXENIAN, 1996, p. 9).

Outro argumento de Williamson (1975) é de que as empresas, hierarquicamente, estruturadas possuem a habilidade de transmitir informações precisas sobre os funcionários, o que seria um impedimento para uma boa avaliação de experiências entre as empresas. Diante desse argumento, Granovetter (2007) responde que Williamson (1975) ignora amplamente a rede social que liga as empresas, tendo em vista que as informações sobre os funcionários circulam entre empresas não somente pelas relações pessoais existentes

entre as pessoas, mas pelos altos níveis de mobilidade de funcionários entre empresas. Acreditar que as informações internas são precisas e neutras só demonstra essa visão ingênua.

Williamson (1975), na visão de Granovetter (2007), superestimou o poder hierárquico das organizações quando defendeu a auditoria interna. Dalton (1959) em *Men Who Manage* fornece um registro exaustivo, falando sobre auditorias internas. O autor conclui que as auditorias internas eram anunciadas para os departamentos da empresa estudada e que havia um sistema de colaboração entre estes que permitia sabotar as auditorias. Dalton ainda demonstra que a contabilidade de custos de todos os gêneros é um processo altamente arbitrário e facilmente politizado.

Enfim, Granovetter (2007) resume as diferenças das explicações e previsões entre a abordagem de mercados e hierarquias de Williamson e a visão da imersão. A primeira defende que a quase inexistência de oportunismo ou de má-fé na vida econômica, bem como a existência de cooperação e ordem está aliada à assimilação de atividades econômicas complexas em empresas hierarquicamente integradas; ao passo que a segunda sustenta que a ordem e a desordem, a honestidade e a má-fé estão aliadas à estrutura das relações, e não à forma organizacional, tendo em vista que, mesmo em transações complexas, pode-se encontrar um alto nível de ordem no “mercado”, cruzando as fronteiras entre as empresas, ao mesmo tempo em que se pode encontrar um alto nível de desordem dentro da empresa. O que determina a ordem, a desordem, a má-fé ou o oportunismo não é o grau de ordem de um sistema hierárquico de autoridade, e sim a estrutura das relações sociais.

Granovetter (2007) a todo tempo critica a visão funcionalista de Williamson e Ouchi (1981), os quais atribuem ao processo da “seleção natural” de Darwin as chances de sobrevivência de determinadas formas organizacionais, sem explicar ao menos como implementar aquelas que se mostraram eficientes na vida econômica, uma vez que atribuir a sobrevivência à evolução biológica significa fugir da questão suscitada: por que algumas formas organizacionais sobrevivem no mercado e mostram-se mais eficientes? Para implementar a integração vertical são necessários recursos como: incluir um grau significativo de poder de mercado, acesso ao capital por meio de receitas retidas ou mercado de capitais, e vínculos apropriados com autoridades normativas ou legais – ou seja, a economia está imersa em relações sociais.

Por fim, Granovetter (2007) argumenta que as futuras investigações sobre mercado e hierarquias devem dedicar-se aos reais padrões de relações pessoais pelas quais as transações econômicas são conduzidas. Essa perspectiva abriria os horizontes para compreender as várias e complexas formas intermediárias entre mercados atomizados e

idealizados, e empresas completamente integradas como “quase empresa”, conforme exemplo da construção civil. Portanto, deixar as redes de relações pessoais como algo periférico implica em falhar na clara distinção da forma organizacional afetada.

As investigações não se voltam para esse universo das relações sociais, porque os dados relevantes em torno dela são difíceis de detectar se comparados à tecnologia e à estrutura de mercado, e também porque o quadro dominante na economia permanece o de atores atomizados, desprezando-se a importância das relações pessoais.

3.1.6 Elementos da Imersão Social

Quando se fala em laços e relações sociais é inevitável remetê-los à obra de Granovetter (1973) “*The strength of weak ties*”, o qual questiona a falta de atenção dos pesquisadores em relação ao nível micro dos laços diádicos. Assim, sugere que a análise de relações sociais é uma ferramenta que visa ligar os níveis micro e macro da teoria sociológica. O procedimento ilustrado pelo autor aborda as interações de pequena escala (nível micro), segundo o qual trazem implicações ao aspecto macro de interações. A ênfase da obra são os laços fracos, pois a maioria dos modelos de redes foca nas ligações estabelecidas por laços fortes, limitando-se a aplicação aos pequenos grupos. Logo, o estudo dos laços fracos discute as relações entre grupos e analisa segmentos da estrutura social dificilmente definida em termos de grupos primários (laços fortes).

Segundo Granovetter (1973) a fraqueza ou dificuldade fundamental da teoria sociológica é que ela não procura relacionar os níveis macro e micro de padrões de interação. Estudos qualitativos e quantitativos (análises estatísticas) oferecem uma grande gama de conhecimento dos fenômenos macro como: mobilidade social da comunidade, organização e estrutura política. Mas e as questões relacionadas ao nível micro? O autor se questiona: “*what transpires within the confines of the small group?*” (p. 1360). Outra pergunta pertinente é: como as interações entre pequenos grupos de agregados que estabelecem padrões de grande escala, passa invisível à lente dos pesquisadores? Buscando demonstrar a importância do estudo dos laços diádicos, Granovetter (1973) argumenta que as análises dos processos de relações interpessoais proporcionam uma ponte entre os níveis macro e micro de análises de relações sociais. É através das interações sociais de pequena escala que se traduzem os padrões de grande escala, existindo uma reciprocidade entre os níveis macro e micro de retroalimentação.

Ressalte-se, ainda que Prates (2009) estabelece duas dimensões estratégicas da ação coletiva: capital social (laços fortes) e as conexões intergrupais ou interinstitucionais, os laços fracos. O autor se baseia em Coleman (1994) segundo o qual o capital social é uma propriedade inerente dos grupos, independente da sua posição social. O traço mais importante do conceito de Coleman (1994) é o fechamento das relações dentro do grupo, pautado na coesão social.

As propriedades das relações sociais apresentadas por Granovetter (1973) serviram como base para levantar categorias específicas de análise, que auxiliaram a coleta de dados no decorrer da presente pesquisa. A pergunta que emergiu em meio à pesquisa foi: Como medir ou detectar a confiança estabelecida entre as pessoas? Buscando responder a esse questionamento se chegou à compreensão dos laços sociais e suas possíveis medidas de análise. Para construir o conceito de confiança entre os catadores fundadores da COOPEROCHA foi necessário adotar algumas características que representam a força do laço social entre indivíduos.

Segundo definição de Granovetter (1973) a “força” de um laço interpessoal se baseia numa probabilidade linear da combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (mútua confidencialidade) e os serviços recíprocos que caracterizam o laço. Cada um desses atributos que caracterizam a força de um laço é um pouco independente do outro, embora haja uma alta intercorrelação entre eles. Assim, o autor limita seu estudo ao propósito de verificar, numa base intuitiva se as pessoas concordam que existem laços fortes, fracos ou ausentes. Por ausente o autor entende a falta de qualquer relação, como um exemplo de duas pessoas que sabem o nome um do outro, mas mantêm a sua relação a essa categoria.

Granovetter (1973) ressalta esta hipótese por meio de evidências empíricas de que o mais forte laço que conecta dois indivíduos pressupõe que estes possuem similaridades ou semelhanças entre si, e isso se reflete de várias maneiras às demais relações destes indivíduos, diante das similaridades.

Além disso, Tichy, Tuschman e Fombrum (1979) introduzem a abordagem de rede social, apresentando os seus conceitos, origens e métodos. Os autores partem do pressuposto, inicialmente, de que as organizações podem ser vistas como agrupamentos sociais com padrões relativamente estáveis de interação ao longo do tempo. Baseado neste conceito de organizações os autores afirmam que há necessidade de um quadro coerente de métodos de análise que sejam capazes de acompanhar e captar os processos prescritos que emergem. Assim, afirmam que a perspectiva de rede social é um exemplo de quadro teórico

que se desenvolveu ao ponto de orientar a coleta e a análise de dados. Os métodos atuais, inclusive, podem organizar e analisar os dados sobre redes capturando significativos processos organizacionais em diferentes níveis de análise. Logo, a perspectiva de rede social é capaz de ligar as abordagens micro e macro de comportamento organizacional.

Para contribuir com a verificação dos elementos da Imersão Social na constituição da COOPEROCHA, é preciso considerar que existem três conjuntos de propriedades das redes: a) conteúdo transacional - o que é trocado pelos objetos sociais. Por exemplo, dois funcionários podem trocar informações; b) Natureza das ligações - esta propriedade refere-se à força e natureza qualitativa da relação entre dois objetos sociais; c) Características estruturais - esta propriedade refere-se ao padrão geral de relações entre os atores do sistema. Por exemplo, *clustering*, a densidade da rede, e a existência de nós especiais na rede são as principais características estruturais (TICHY;TUSCHMAN; FOMBRUM, 1979, p. 509).

O objetivo geral da pesquisa, no entanto, é compreender a natureza das ligações estabelecidas entre os catadores fundadores e outras pessoas envolvidas no processo de constituição da cooperativa. A natureza das ligações podem ser, ainda, classificadas e divididas pela intensidade, reciprocidade, clareza das expectativas e Multiplexidade.

Quadro 3 – Natureza das ligações - descrições

Natureza das Ligações entre indivíduos	Descrição
Intensidade	A força da relação entre indivíduos.
Reciprocidade	O grau em que a relação é comumente percebida e acordada por todas as partes da relação (isto é, o grau de simetria).
Clareza das expectativas	O grau no qual todos os pares de indivíduos têm expectativas claramente definidas sobre o comportamento do outro na relação.
Multiplexidade	O grau no qual os pares de indivíduos estão ligados por múltiplas relações.

Fonte: adaptado de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979, p. 508).

Para tanto, verificou-se ainda a necessidade de compreender os conteúdos desses laços sociais para chegar às relações sociais estabelecidas em torno do objetivo de constituir a COOPEROCHA. Assim, têm-se os seguintes elementos e propriedades dos laços sociais, conforme aponta o quadro 5.

Quadro 4 – Elementos e Propriedades dos Laços

Elementos Das Redes (Categorias)	Propriedades dos Laços	Definição
Laços (relações entre nós)	Conteúdo	Tipo de recursos que circulam entre X e Y
	Diversidade	Variedade de conteúdos da relação entre X e Y
	Frequência	Número de contatos e de trocas entre X e Y
	Duração	Quantidade de tempo despendido na interação entre X e Y
	Força	Influência de X em Y
	Interferência	Relação entre os comportamentos de X e Y.

Fonte: adaptado de Portugal (2007).

Unindo as definições de laços fortes, natureza das ligações e seu conteúdo aos elementos da Imersão Social é possível chegar às seguintes categorias genéricas e específicas da pesquisa, com base no objetivo geral do estudo:

Quadro 5 – Elementos da Imersão Social (Categorias genéricas e categorias específicas de análise)

ELEMENTOS DA IMERSÃO SOCIAL (CATEGORIAS GENÉRICAS)	CATEGORIAS ESPECÍFICAS	AUTORES
Confiança	a) Identificação/família; b) Continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); c) Intimidade (mútua confidencialidade); d) Serviços recíprocos que caracterizam o laço; e) Reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); f) Transparência/clareza.	GRANOVETTER (1973) GRANOVETTER (2007, 1992)
Oportunismo	a) Experiências vividas; b) Episódios de desconfiança; c) Força/Coerção e fraude	GRANOVETTER (2007, 1992)
Ordem	a) Mercado (Associações autônomas) b) Hierarquia (Cooperativa) - relação de autoridade	GRANOVETTER (2007, 1992)

Fonte: Granovetter (2007).

Logo, observa-se que os elementos da Imersão Social propostos por Granovetter (2007) podem ser desmembrados em categorias específicas com base em outras obras, buscando aperfeiçoar a compreensão da influência das relações sociais na ação econômica, possibilitando visualizá-las na constituição da cooperativa.

3.2 IMERSÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A origem, na teoria da “dádiva” de Marcel Mauss, ao que Lechat (2002a) chama de definição original do conceito de Economia Social, baseia-se nas ideias teóricas de Polanyi, que também abordou a “dádiva”.

Para França e Dzimira (1999), Mauss ao pesquisar a forma e a razão das trocas nas chamadas sociedades arcaicas, pretendia encontrar o fundamento humano pelo qual as sociedades são construídas. O resultado encontrado foi que Mauss enxergou este fundamento na dádiva.

A dádiva, segundo Mauss, refere-se a três elementos complexos: dar, receber e devolver. Tudo começa no dar, que pode levar ao receber e ao devolver. Se um dos três elementos se rompe nesse ciclo de dar, receber e devolver, o laço ou relação Social se rompe. Mauss se questiona: o que leva o receptor a devolver? Nas entrevistas realizadas com membros de uma tribo indígena, Mauss constatou que existia o espírito do doador no objeto concedido a outrem, de tal sorte que o espírito embutido no objeto anseia em voltar às suas origens. Assim, dar qualquer coisa à alguém significa dar alguma coisa de sua alma (FRANÇA; DZIMIRA, 1999).

Com base nesses preceitos sobre a Dádiva, Mauss criou uma corrente “anti-utilitarista”, a partir da qual supõe o interesse e o opõe (nega o interesse), posicionando-se contra o reducionismo economicista mercantil, especialmente a redução das relações sociais às relações mercantis. As relações sociais fundadas na dádiva não exigem a obrigação de devolver imediatamente, mas ao longo do tempo, existindo, inclusive, a possibilidade de não devolver; ao passo que a relação mercantil pressupõe a troca estabelecida entre indivíduos, sendo bilateral. Assim, Mauss conclui que a gênese da economia não está na escassez, mas na dádiva (FRANÇA; DZIMIRA, 1999, p.156).

Essa noção da dádiva que fundamenta as relações sociais possui afinidades pronunciadas na utilização da noção de rede. Entre as semelhanças de ideias, ressalta-se com a Sociologia Econômica tal como entendida e defendida por Granovetter e Swedberg (1994), entre outros, que mostram, de modo sugestivo, como sua análise escapa das interpretações correntes.

Para Caillé (1998, p.15), “O que produz a descoberta científica não é a razão universal e impessoal em ação, mas a capacidade dos especialistas de constituir alianças, tecer redes e obter apoio de colegas, administradores, financiadores e jornalistas, e aparelhos,

micróbios ou moluscos.” A universal e abstrata lei econômica da oferta e da procura não é o que faz funcionar as empresas e dá vida aos mercados econômicos, mas sim a cadeia de (inter)dependências e relações de confiança de que são feitas as redes, baseados na reciprocidade. “Sem saber — já que os sociólogos americanos ignoram completamente Mauss —, Granovetter centra sua reflexão a respeito das redes exatamente naquilo que Mauss descobrira em sua busca da dádiva através da infinita variedade de culturas: fidelidade e confiança” (CAILLÉ, 1998, p.15).

Nesse mesmo sentido, Polanyi (2002) entende que a resposta ao foco essencial dos formalistas sobre a independência da distribuição e da produção de uma análise histórica, fundada no encapsulamento nas leis naturais, pode ser rebatida por meio de dois princípios: reciprocidade e redistribuição. A reciprocidade está ligada às obrigações recíprocas que as pessoas têm umas com as outras, através de seus relacionamentos referentes às organizações e à sociedade, diretamente relacionados com a família e a amizade. E a redistribuição está atrelada à centralidade marcada pelo patrocínio de um poder, cabendo a este alocar a produção e redistribuí-la. Eis que surge a primeira ideia em torno da imersão, refutando a ideia do capitalismo natural como resposta histórica ao sistema mercantil.

No entanto, Polanyi (2002) traz a imersão referente ao comportamento econômico, dando, portanto, uma visão substantiva da economia e apresentando uma visão supersocializada, conforme pontua Granovetter (2007). Além disso, para Polanyi (2002), a imersão ficou restrita às civilizações antigas, não alcançando a modernidade, caracterizada pela "Grande transformação"; ao passo que Granovetter (2007), França Filho e Laville (2004) afirmam e pressupõem que a imersão social da economia foi potencializada pelas sociedades altamente reguladas por esse processo de transformação pontuado por Polanyi (2002).

É relevante observar que França Filho e Laville (2004) abordam a Economia Solidária de um ponto de vista diferente, antropológico e sociológico. Os autores inspiram-se na obra de Karl Polanyi (2002), focando e fazendo uma releitura dos quatro princípios de comportamento econômico: Domesticidade (produção domiciliar); Reciprocidade (troca de dádivas entre membros da sociedade, criando ou reforçando laços sociais); Redistribuição (autoridade encarregada de armazenar e distribuir a produção); e Mercado (troca de bens e serviços).

Sendo assim, a domesticidade e a reciprocidade, segundo Polanyi (2002), são princípios não monetários, uma vez que não se paga por eles; ao passo que os princípios da redistribuição e do mercado são monetários, tratando-se o último em especial de uma economia mercantil.

Assim, a ligação que França Filho e Laville (2004) estabelecem entre a Economia Solidária e a Imersão Social é fundada no princípio da reciprocidade, que também encontra fundamento nas obras de Granovetter (1973, 2007), quando relata a força dos laços sociais por meio da confiança. E, ainda, França Filho e Laville (2004) lançam um olhar sobre a realidade de "uma outra economia", que se gesta, sobretudo, como cooperativas, assumindo diferentes configurações: aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas; até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos.

Mas o traço comum que parece caracterizar essas iniciativas é a incorporação da solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, considerando essas atividades apenas como meio para a realização de outros objetivos – uma vez que a lógica mercantil e os valores que a acompanham ocupam espaços cada vez maiores na vida das pessoas, extrapolando a esfera econômica e invadindo dimensões mais substantivas da vida humana associada (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Em sua tese principal, Gaiger (2008, p.12) argumenta que as experiências de economia solidária “tendem a desenvolver e acionar relações geradoras de vínculos sociais, na mão oposta dos intercâmbios de natureza utilitária e pragmática que interdita tais desdobramentos e seccionam o universo das relações, entre pessoas e grupos, da esfera das trocas materiais”. A Economia Solidária surge na contramão desta natureza utilitarista, ao apresentar experiências particulares de eliminação do mecanismo estrutural que separa e contrapõe os processos de produção, gestão, e apropriação. Não existe a separação entre aqueles que detêm a propriedade e aqueles que oferecem seu trabalho, podendo-se afirmar que capital e trabalho encontram-se vinculados às mesmas pessoas: os trabalhadores associados, razão pela qual os vínculos sociais caminham para uma Solidariedade democrática, concebida por valores e princípios que se sobressaem ao modelo capitalista (GAIGER, 2008).

Assim, o autor relaciona a economia solidária com a possibilidade de configurar vínculos que não aqueles ditados pelo cálculo utilitário e para materializar um regime singular entre distintos princípios econômicos. Gaiger (2008) considera a Solidariedade como uma construção social, fundada em características que conduzem ao reconhecimento do estreito entrelaçamento entre vida econômica e vida social: sociedade democrática, marcada pelos direitos individuais e democráticos, garantidos por uma estrutura institucional; associação livre e voluntária para alcançar direitos individuais e democráticos,

para os próprios protagonistas do empreendimento, ou em benefício de uma coletividade; busca da “reciprocidade social”, primando pela justiça e igualdade entre os cidadãos.

Com base nessa acepção da palavra solidariedade, França Filho e Laville (2004) a definem como um espaço público, uma vez que abordam problemas coletivos, mas de iniciativa voluntária das pessoas envolvidas. Assim, a solidariedade para os autores deve ser abordada como algo nem tanto abstrato (Estatal) e nem tanto tradicional (característica dos chamados grupos primários). Não seria, portanto, uma solidariedade assistencial do Estado (abstrata), pois é composta por indivíduos que se engajam voluntariamente em projetos coletivos e concretos, emanados do seio da sociedade civil, bem como não se pretende fechar a ação organizacional em pequenos grupos de beneficiários (tradicional). A vocação de tais iniciativas combina a dimensão pública do Estado com a força dos laços comunitários dos indivíduos.

Esse entendimento coincide com a definição atual da Economia Social, segundo Guélin (1988, p. 13),

[...] ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

Segundo Santos e Rodríguez (2002), o desenvolvimento alternativo buscou integrar a economia e estabelecer uma relação de interdependência com a sociedade. A partir deste enfoque, a economia deixaria de ser uma área estanque e apartada das demais dimensões e passaria a defender e a se condicionar aos bens e valores sociais. Defendem a ideia de que um dos pressupostos para o sucesso das comunidades ou cooperativas solidárias é a educação e, muitas vezes, até a mudança das relações sociais que envolvem o processo de produção. Os autores citam, como exemplo de sucesso, o Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha, maior experiência de Economia Solidária, que soube desenvolver-se dentro do mercado convencional, sem se submeter à lógica tradicional capitalista, num embrião de “socialismo de mercado”.

Lechat (2002a) estabelece nítida diferença entre economia social e economia solidária. Inicialmente, a solidariedade é problematizada, uma das concepções, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência, como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral). O dever moral de assistência, mas não a solidariedade como fato, supõe uma

situação de desigualdade. Partindo da ideia de reciprocidade, a Economia Solidária apoia-se numa economia de sujeitos desiguais, enquanto a Economia Social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais. Se a economia solidária é econômica e socialmente necessária, não é suficiente para definir a sociedade igualitária à qual aspira.

Por outro lado, a Economia Social não parece estar em condições de trazer um remédio para o crescimento das desigualdades, mas define experiências de sociedades igualitárias e, sob este ângulo, aparece como o horizonte possível ou provável da Economia Solidária, uma forma que permite aos “beneficiários” da solidariedade de assumirem sua economia de maneira voluntária e não dependente (LECHAT, 2002a).

O cerne da definição original enfatiza as relações (ou elos) horizontais existentes entre cooperativas e empresas sociais. Tanto que Laville (2004, p. 167), ao apresentar o conceito de empresa social, refere-se àqueles empreendimentos iniciados por grupos de cidadãos que procuram prover um grande leque de serviços. Caillé (2004), França Filho e Laville (2004) abordam o fenômeno de Economia Social como práticas de relações de reciprocidade entre as diferentes esferas da sociedade com base no conceito de “dádiva” ou “dom” e das noções de Mauss sobre a ideia de vínculos sociais, laços e elos constituídos entre os seus atores, lembrando que a “dádiva” tem como um de seus preceitos a reciprocidade voluntária, com base em 3 (três) possibilidades de reação do indivíduo: dar, receber e retribuir a ação.

Mas o que marca a emergência da Economia Solidária na modernidade? Quais são os fatores que determinaram a sua emergência? Segundo França Filho, Laville (2004) e Polanyi (2002), a economia passou por um processo de transformação, desde a sociedade primitiva até a modernidade, trazendo, em sua evolução, uma série de problemas atrelados ao mercado autorregulável proposto por economistas que apresentam um sistema de interesses individuais. E é em torno dos problemas gerados pelo mercado autorregulável que surge uma "outra economia", como uma solidariedade formada pela ação voluntária das pessoas e projetada num espaço público.

Gaiger (2008), por sua vez, atribui as veias principais da solidariedade democrática ao contexto histórico. Por isso relaciona seu revigoramento atual ao declínio: das formas de mobilização classista; à crise do movimento sindical e de outras organizações similares; ao contexto atual de mutações do capitalismo; às novas possibilidades de informação e comunicação acessíveis sem intermediações a milhões de indivíduos anônimos, ligados por inúmeros circuitos às questões da comunidade global. Outro fator preponderante para a emergência da Economia Solidária são as velhas barbáries “como a fome, a

intolerância e a violência, ora de novas lutas por direitos, como aqueles dos desocupados, das minorias de todo gênero, do combate ao imperialismo globalizado e do ecopacifismo” (p.16).

Verifica-se, pois, que autores como Caillé (2004), Laville (2004) e Gaiger (2008) veem a Economia Social como um processo de construção de vínculos sociais àqueles que se encontravam fora da esfera formal e tradicional de trabalho. Assim, os indivíduos podem reconstruir os vínculos sociais com o restante da sociedade – restaurando a sua identidade social.

É plausível que a Economia Solidária represente um caso em que a predisposição dos indivíduos a realizarem interesses não utilitários coincida com um campo de práticas que recompensa tal orientação. No entanto, deve-se ater que os vínculos sociais que os indivíduos nutrem todos os dias entre si para gerirem suas vidas, na interação com os seus círculos sociais, não deixam de lado seus interesses próprios, mas se tornam laços, inexoravelmente híbridos, feitos de dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio (BAJOIT, 1992).

Cabe, pois, ressaltar que a Economia Solidária, diferente dos empreendimentos capitalistas, reconhece e espelha outros princípios de vida, muitas vezes encobertos pelo espírito individualista do interesse próprio, o que Caillé (2004) chama de um modo diferente do paradigma unilateral do utilitarismo, mais sensível à pluralidade dos princípios motivadores da ação humana.

Entre os princípios que motivam a ação humana, encontra-se a Confiança, apontada por Granovetter (2007) como um vetor que rege a ação econômica, mesmo na modernidade, permitindo superar com maior facilidade o oportunismo, reduzindo, por consequência, a ação dos aproveitadores e as perdas infligidas aos demais. Logo, a relação de Confiança mantém uma relação estreita com a boa-fé e às intenções alheias a partir do momento que se torna razoável esperar que a maioria, em contrapartida, pelas vantagens que lhe proporciona pelo seu gesto, respeite as regras estabelecidas. Os acordos mútuos tornam-se pactos sociais que se prolongam no tempo, correspondendo à lógica do interesse próprio, uma vez que permitem a consecução congruente e racional dos objetivos particulares (GAIGER, 2008).

Entretanto, o próprio Granovetter (2007) aponta para a dificuldade dos conflitos oriundos dessas relações e vínculos sociais, e, também, admite que a Confiança facilite episódios de oportunismo e má-fé. Assim, “a presença de cidadãos virtuosos, prestativos e confiantes uns nos outros – provável efeito da situação hipotética – elevaria a

solidariedade social ao seu mais alto grau, sem obstar suas bases utilitárias” (GAIGER, 2008, p. 18). Desde que os interesses sejam geridos por meio de acordos.

Quando Gaiger (2008) aponta a necessidade de acordos não está se referindo a vínculos contratuais que, segundo o autor “não envolvem expectativas quanto à moral e ao comportamento alheio, a não ser quanto ao precisamente estatuído na permuta em questão, sendo então estritas e ademais passageiras, liberam os indivíduos de assumirem compromissos duráveis todo o tempo” (p. 16). Esse posicionamento leva à concepção de Imersão Social de Granovetter (2007), segundo o qual se refere às relações sociais concretas estabelecidas pelos indivíduos, que se configuram por situação de Confiança, Oportunismo e Ordem.

Os contratos estabelecidos entre indivíduos e Organizações permite a liberdade na intimidade moral, uma condição típica da individualidade moderna. Gaiger (2008) retrata que os “vínculos fracos, baseados em conhecimentos, afiliações e associações secundárias, podem ser mais importantes que os vínculos interpessoais fortes, ligados a parentesco e amizade íntima, para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva” (p.16). Gaiger (2008) apresenta ideias semelhantes a de Granovetter (1973) sobre os laços fracos e fortes, quando conclui que “os vínculos fracos têm maior chance de unir membros de pequenos grupos diferentes”(GAIGER, 2008, p. 16).

Ora, o dilema está em conciliar o interesse próprio aos interesses coletivos, buscando cidadãos com bom senso e com discernimento razoável para compreender que a cooperação entre todos pode auxiliar a consecução de seus objetivos particulares com maior eficiência e eficácia.

A vantagem da colaboração entre os indivíduos, nas experiências de economia solidária, “não reside na substituição do interesse próprio e das condutas utilitárias pelo desinteresse e por condutas altruístas, mas no modo como aqueles interesses podem realizar-se de forma duradoura, enquanto se alcançam objetivos comuns e se estabelecem dispositivos de partilha dos resultados” (GAIGER, 2008, p. 17).

Segundo Caillé (2004), a dádiva está relacionada com a reciprocidade, à medida que um indivíduo ou ator social que oferece algo espera receber alguma reciprocidade, independente da natureza. No que tange à dádiva, Gaiger (2008) sustenta que se trata da regra de “doar em abundância, sem garantia ou expectativa ‘calculada’ de receber na mesma moeda, sendo a abundância o que assegura proporcionalmente o reconhecimento e o prestígio social” (p. 17). Assim, estabelecido o “laço” ou o “vínculo” social horizontal, este

pode ser fortalecido, quebrado ou enfraquecido conforme a manutenção ou não das trocas de dádivas entre os indivíduos.

A dádiva dentro de uma organização pode se caracterizar por “atitudes de lealdade, cooperação e confiança, além do zelo no trabalho na ausência de vigilância e reprimendas, numa espécie quase de colaboração clandestina para a eficiência da empresa” (COUTROT, 1999, apud GAIGER, 2008, p. 17), mas sempre com as pessoas no pano de fundo.

Para Gaiger (2008, p. 18), a dádiva transforma-se no ciclo da reciprocidade, através da qual “o reconhecimento e o vínculo social são motivos da atividade humana e não requerem a presença desmesurada de altruísmo ou a eliminação das motivações utilitárias ou do dinheiro”, pelo contrário, o autor chama de relações híbridas, ao que Granovetter (2007) denomina de Imersão Social.

O presente estudo prioriza a mudança de valores diante da dominação do econômico sobre o social, conforme demonstra Granovetter (2007) quando pontua sobre a atomização do ser humano à subsocialização. E a conexão entre a Imersão Social de Granovetter (2007) e Economia Solidária é justamente inverter essa dinâmica do mercado, propondo um olhar minucioso sobre as relações sociais e verificando a sua influência na construção de estruturas sociais e organizacionais.

4. METODOLOGIA

A metodologia está estruturada de acordo com sua classificação: estratégia da pesquisa; sujeitos da pesquisa; técnicas de coleta de dados; técnica de análise de dados; e limites de pesquisa. Seu desenvolvimento buscou alinhar, de maneira coerente, os conceitos e os objetivos iniciais em ferramentas e técnicas que foram capazes de alcançar elementos empíricos que respondessem ao objetivo proposto.

4.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Segundo Minayo (2008, p.22), a metodologia de pesquisa envolve a criatividade do pesquisador ao incluir “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”.

O estudo proposto visa compreender as influências das relações sociais em torno da constituição da COOPEROCHA, com o objetivo de levantar os elementos de Imersão Social, de acordo com Granovetter (2007), apontando episódios de confiança, oportunismo e ordem que envolvem a história das interações dos indivíduos que contribuíram para a sua formação.

Considerando que o estudo busca levantar as interações estabelecidas entre os indivíduos que fundaram a COOPEROCHA, compreendendo a influência das relações sociais, na estrutura organizacional e na ação econômica, verificou-se que a abordagem qualitativa permite o aprofundamento do histórico dessas relações, bem como permite verificar as relações informais da organização; tanto que Granovetter (1992) atribui ao conceito de Imersão Social a necessidade de se compreender a fundo o histórico das relações sociais concretas, apontando o seu contexto econômico, político e social.

A abordagem do presente estudo dá-se por meio de uma pesquisa qualitativa. Isso se justifica, pois, segundo Sale, Lohfeld e Brazil (2002), a ênfase da pesquisa qualitativa está nos processos e nos significados. Consequentemente, dados qualitativos são representações dos atos e das expressões humanas, sendo assim, a pesquisa qualitativa tem como objetivo interpretar os significados e as intenções dos atores. Segundo Merriam (2002), entre as características de uma pesquisa qualitativa, destaca-se o foco em processos, significados e compreensões.

O presente trabalho caracteriza-se como um Estudo de Caso, tendo em vista que Stake (1994), o define como a escolha de um determinado objeto a ser estudado, que pode ser uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência. Ainda segundo Merriam (2002), o interesse do pesquisador deve estar voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado contexto do que as relações estabelecidas entre variáveis.

De modo complementar, o Estudo de Caso é a estratégia de pesquisa que delineou os procedimentos de coleta e análise dos dados empíricos do trabalho. A sua utilização também foi motivada pela natureza do objeto apresentado na introdução (GODOI *et al.*; 2010). A resposta desse problema de pesquisa percorre o entendimento, a análise, a descrição e a interpretação de “o quê?” e de “como?” aconteceu determinada interação.

Num primeiro momento, Strauss, Corbin (2008) e Selltiz *et. al.*, (1967) ressaltam a qualidade descritiva entre as características da investigação qualitativa, pois a descrição deve ser entendida como a busca por uma precisa apresentação das características de uma situação, assim como a verificação de como algo ocorre ou como está ligado a alguma outra coisa. Com relação à investigação do presente estudo, tal abordagem justifica-se pela investigação descritiva e exploratória de fatos, com base na necessidade de aprofundar a compreensão do objeto em análise, buscando a sua familiarização. Assim, a classificação investigatória desta pesquisa parece apropriada à classificação exploratório-descritiva, de acordo com o seu fim: Imersão relacional e estrutural.

Outra justificativa para adotar a abordagem qualitativa está na afirmação de Nelson e Woodworth (1984) sobre a pesquisa administrativa em relação à Estrutura Organizacional, uma vez que concentram os seus recursos para medir com precisão dimensões abstratas da estrutura, ignorando as configurações das relações sociais que conformam a organização real. Segundo o autor, a estrutura é descrita em termos de atributos, tais como centralização, complexidade, formalização, número de níveis hierárquicos e outras propriedades dimensionais. No entanto, estas dimensões usualmente são expressas em termos de intervalos para que possam servir de variáveis dependentes ou independentes em análise de regressão múltipla.

Da mesma forma que Nelson e Woodworth (1984) abordam os problemas de pesquisas de relações sociais administrativas, Kilduff e Tsai (2008) retratam que as análises organizacionais dizem pouco sobre como a estrutura dos mundos dos atores sociais emerge, e como a estrutura de interações afeta os resultados.

Diante disso, Nelson e Woodworth (1984, p.150) pontuam a importância de contatos informais que eram desconsiderados nestes estudos dos relacionamentos formais, enquanto estrutura organizacional. Assim, afirmam que “usando a metodologia tradicional, não há meios de se avaliar a interação entre estruturas formais e informais a não ser através de proposições gerais sobre cultura e organização”. No entanto, essas generalizações já foram estudadas por antropólogos e outros estudiosos da cultura com mais sensibilidade do que os estudiosos da organização.

Segundo Nelson (1984), desde a descoberta do grupo informal de trabalho na década de 1930, pesquisadores geralmente têm admitido que as "estruturas informais" são tão importantes para o estudo das organizações quanto as estruturas formais, mesmo não tendo metodologias adequadas para descrevê-las. As relações sociais e a forma como os indivíduos interagem para desenvolver uma ação econômica envolve o aspecto informal das interações em torno e dentro das organizações, com a finalidade de compreender a influência dos elementos da Imersão Social em sua constituição.

A definição da estratégia de Estudo de Caso refere-se ao fenômeno e sua relação com o contexto organizacional. Assim, perpassa a seguinte ideia:

O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto, já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e o contexto (HARTLEY, 2004, p. 323).

Partindo da definição de “Estudo de Caso”, Portugal (2007), ao citar Degenne e Forsé (1994), verifica que a análise das redes permite passar das “categorias” às “relações”, ou seja, a maior parte dos sociólogos percebe que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas nas quais estão inseridos. Entretanto, os dados empíricos, coletados por meio de técnicas quantitativas, não são concebidos em termos de relações, e sim com base em categorias construídas *a priori* através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes. Assim, as técnicas quantitativas de coleta e tratamento estatístico dos dados permitem interpretações cada vez mais sofisticadas destas relações ou a ausência delas. No entanto, estudam as relações entre variáveis e não relações entre indivíduos.

Logo, a análise das relações sociais fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais, ao invés de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais, constatando-se

que a análise relacional permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolvem, e o modo com que eles o utilizam e o modificam consoante os seus interesses.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

A constituição da Cooperativa de Catadores do Norte do Paraná - COOPEROCHA – foi impulsionada pela prefeitura, diante das pressões dos grupos de interesses da sociedade civil em 2008. Assim, a constituição da COOPEROCHA apresenta uma dinâmica de interesses que circundam as três esferas da Sociedade: em âmbito público, em âmbito privado e Organizações Não-Governamentais (Terceiro Setor).

O estudo das relações sociais que circundam/circundavam os catadores está em verificar “o contexto no qual se deu a formação dessa estrutura” - a COOPEROCHA - e o impacto sobre o desenvolvimento local, tendo em vista a melhora na qualidade de vida dos cooperados que aderiram ao cooperativismo.

A proposta da pesquisa é compreender a influência da Imersão Social (Relacional e Estrutural) na constituição da Cooperativa. Nesta pesquisa, Imersão Social é um construto em nível de indivíduo, e significa a participação dele e como as relações diádicas interferiram na formação da Cooperativa, bem como o contexto econômico, social e política da época.

Assim, o universo da pesquisa é a Cooperativa de catadores de materiais recicláveis e de resíduos sólidos localizada no norte do Paraná– COOPEROCHA, sociedade sem fins lucrativos, a qual se rege pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelo estatuto social, e pelas diretrizes da autogestão (COOPEROCHA, 2011).

A dificuldade em analisar as relações sociais está em estabelecer os seus limites, uma vez que se propagam por diversos âmbitos sociais, criando uma “teia” sem fim. Assim, para abordar a gênese da Cooperativa, foi preciso limitar o raio das relações sociais aos indivíduos que a fundaram, identificando os laços sociais estabelecidos entre eles, e levantando com isso as relações sociais que a constituíram. O limite do estudo das relações sociais, portanto, foi determinado pelo âmbito da COOPEROCHA e o interesse de seus cooperados como forma de reduzir as possíveis relações sociais em torno dela.

A seleção dos entrevistados foi intencional, procurando-se por aqueles que melhor auxiliassem no entendimento do contexto social, político e econômico da constituição

da Cooperativa (STAKE, 1994), que melhor respondessem às perguntas de pesquisa (CRESWELL, 1994), e que relatassem episódios de confiança e oportunismo de acordo com os elementos de Imersão Social de Granovetter (2007). Para isso, optou-se por indivíduos que participaram ativamente no processo de gênese e constituição da cooperativa e que se dispuseram a conceder entrevista.

Assim, foi preciso identificar os indivíduos que estavam presentes na Ata de Assembleia Geral de Constituição da cooperativa, a fim de levantar as relações sociais que se desenvolveram ao longo do período de 1996 à 2012, bem como o contexto político e econômico vivenciado no momento da formação da Cooperativa, e caracterizando os elementos da Imersão Social apontados por Granovetter (2007), quais sejam: Oportunismo, Confiança e Ordem.

4.3 COLETA DOS DADOS

Em particular, os dados a serem coletados referem-se às relações sociais em torno e antes da formação da COOPERROCHA e como influenciaram a sua constituição, para as técnicas de coleta de dados adotadas considerou-se a necessidade de estudá-las de acordo com o que Granovetter (2007) propõe em sua obra.

Assim, existem peculiaridades que circundam a forma da coleta de dados quando se trata de relações sociais. Por isso, serão trabalhadas neste tópico algumas características específicas da metodologia das Redes Sociais – ressaltando que servirão apenas como suporte à estratégia de Estudo de Caso e à compreensão das relações sociais.

Com base nesta introdução, os autores Tichy, Tuschman e Fombrum (1979) apresentam quatro métodos básicos de coleta de dados quando se trata de redes, com os seus principais pontos fortes e fracos. Estas trocas devem ser ponderadas no contexto das necessidades de pesquisa.

Quadro 6 - Pontos fortes e fracos dos métodos de coleta de dados

Método	Pontos fortes	Pontos fracos
1. Análise posicional (comunicação forma/influência)	-Acesso Fácil	-Menos precisas -Deve ser utilizado com outros métodos
2. Reputação/atribuição	-Simplicidade de <i>design</i> e coleta de dados -Pode lidar com múltiplas redes -Dimensão limitada da amostra	-Fontes só percebidas em redes -Viés de status -Especificação do corte da amostragem tipo "bola de neve" -Questões de confiabilidade dos dados
3. Análise do processo de decisão	-Reconstrói redes -Pode lidar com múltiplas redes -Questão específica	-Ignora a influência indireta, sutil - Definição de questões-chave importantes -Escolha das questões importantes -Problemas com o gerenciamento da amostra do tipo "bola de neve"
4. Análise Interacional	-Benefícios de todas as abordagens acima -Fácil reunir -Confiabilidade dos dados	-Definição de fronteiras -Necessidade de alta taxa de retorno (universo total necessário) -Caro para gerenciar e administrar -Requer um alto compromisso por parte do respondente, também alta confiança

Fonte: Tichy e colaboradores (1979, p. 510)

Diante dos quatro métodos de coleta de dados, o presente estudo pautou-se na análise ou método interacional. Nesta abordagem, o fluxo de interações (ou influências) e os seus comentários são o foco central, e o poder é considerado uma restrição para orientar esses fluxos. As redes de comunicação ou de influência são derivadas de séries temporais ou de um único ponto de questionamento administrativo de todo o sistema. Indivíduos são solicitados a relatar suas interações ou tentativas de influência sobre o período estudado e para as áreas de conteúdo particular. Com esses dados, redes de interação e as relações de poder podem ser determinadas (TICHY; TUSCHMAN; FOMBRUM, 1979).

Há muitas maneiras de coletar esse tipo de dados. O formato mais comum é entrevistar ou resumir suas interações, por exemplo: "em uma semana normal, quais são as pessoas que interagem ao começar seu trabalho?" Para reduzir o viés causado por pedir aos entrevistados para resumir, pode-se perguntar aos entrevistados para manter um registro de suas atividades para os dias selecionados. Estes dados em tempo real produzem informações mais precisas. No entanto, esta abordagem exige consideravelmente mais tempo de gerenciamento de dados (TICHY; TUSCHMAN; FOMBRUM, 1979). Métodos discretos também podem ser usados para coletar dados da rede de interação, outro método que pode ser utilizado é o método de observação.

Embora os métodos interacionais refiram-se à influência / interação de processos, eles têm dificuldades e limitações. Isso porque, segundo Tichy, Tuschman e

Fombrum (1979, p. 512), supõe-se que seja um sistema fechado (ou pelo menos de um sistema limitado), mas sabe-se que há interações externas ao grupo estudado, e isso gera a necessidade de uma alta taxa de respostas, e – se desejar informações mais detalhadas (por exemplo, intensidade, conteúdo) – isso aumenta o custo de entrevistas ou de observação.

Diante da adoção da perspectiva interacional da análise de relações sociais, optou-se pela técnica da entrevista, bem como a observação para coleta de dados como o meio mais adequado, uma vez que se buscou analisar a natureza das relações que vinculam os indivíduos.

Godoi (2010, p.133) reuniu, em três grupos principais, as possíveis fontes de evidência do Estudo de Caso que são: observação, entrevista e documentos. Assim, os dados foram coletados por meio de entrevistas, documentos, e observações, e utilizou-se a História Oral apenas como técnica visto que, para pesquisas sobre o contexto político, econômico e social referente à época de constituição da Cooperativa, foi necessária a combinação dessas diferentes fontes de evidências – que serão detalhadas nos próximos subtópicos.

4.3.1 Entrevistas

A princípio, a pretensão era de que as entrevistas seriam realizadas apenas com os fundadores da cooperativa, ou seja, o seu universo seria composto pelas pessoas que constam na Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa, somando o total de 20 (vinte) membros fundadores. No entanto, com base nas primeiras entrevistas alguns nomes foram citados, os quais não se encontravam entre os fundadores, razão pela qual se observou a necessidade de entrevistar as pessoas mencionadas, puxando um fio condutor até chegar às principais fontes do contexto em torno do qual foi constituída a cooperativa.

Assim, foram entrevistadas 13 (treze) pessoas das 20 (vinte) que constam na Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa, tendo em vista que alguns se encontravam afastados de suas atividades em decorrência de acidente de trabalho ou simplesmente se desligaram da cooperativa sem deixar contato.

Dessas 13 (onze) pessoas contatadas, 3 (três) foram desligadas ou se afastaram das atividades da cooperativa por escolha própria, apontando diversos motivos de seu desligamento ou afastamento, entre os quais se destacam os problemas com a Administração e com outros cooperados. Uma dessas pessoas foi a Gestora do Órgão Público Municipal que, na época da formação da cooperativa, era Assistente Social da prefeitura.

Os entrevistados foram considerados “atores” da constituição da cooperativa, e foram classificados em 4 (quatro) tipos na pesquisa: a) **cooperados**: não dirigentes; b) **dirigentes**: cooperados dirigentes; c) **ex- cooperados**: desligados; d) **agentes**: pessoas do poder público, ou de outras instituições que tiveram relação direta ou indireta na constituição da cooperativa.

Quadro 7 – Entrevistados que constam na Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa

ENTREVISTADOS	NATUREZA DA ATIVIDADE	DATA DA ENTREVISTA
E0	Cooperado	19/07/2011
E1	Cooperado	19/07/2011
E2	Dirigente	14/12/2011
E3	Dirigente	20/03/2012
E4	Agente	29/03/2012
E5	Cooperado	12/05/2012
E6	Agente	12/05/2012 27/07/2011
E7	Cooperado	14/05/2012
E8	Cooperado	17/05/2012
E9	Cooperado	21/05/2012
E10	Ex- cooperado	19/05/2012
E11	Ex- cooperado	15/05/2012
E12	Cooperado	25/05/2012

Fonte: Elaborado pela autora.

Existem, ainda, pessoas que não constam na Ata de Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa de Catadores, e, no entanto foram mencionadas durante a realização das entrevistas, como: a Gestora da Coleta Seletiva da prefeitura de Londrina (CMTU- Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina), na época da formação da cooperativa; a Gestora atual; e, 4 (quatro) membros que foram desligados da cooperativa.

Quadro 8 - Entrevistados que não constam na Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa

E13	Ex- cooperado	28/03/2012
E14	Ex- cooperado	28/03/2012
E15	Agente	15/04/2012
E16	Ex- cooperado	19/05/2012
E17	Ex- cooperado	19/05/2012

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao todo foram realizadas 18 (dezoito) entrevistas, durante os meses que compreendem o período de julho de 2011 a maio de 2012. Dessas 18 (dezoito) entrevistas, 5 (cinco) foram realizadas nos centros de triagem dentro da própria cooperativa; 3 (três) no escritório situado nas dependências da ACIL - Associação Comercial e Industrial de

Londrina; 4 (quatro) foram coletadas nas casas de cooperados e membros desligados; 1 (uma) foi realizada na residência da cooperada; 2 (duas) entrevistas foram realizadas em uma cooperativa do mesmo setor de atividade; 1(uma) no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; e, 1 (uma) na Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU).

Em um primeiro momento foi realizado o contato com os entrevistados por telefone, explicando o objetivo da pesquisa, a sua vinculação à instituição de ensino superior, marcando data e horário de acordo com a disponibilidade dos participantes. Algumas pessoas mencionadas nas entrevistas não foram encontradas, apesar da procura de seus contatos. Outras se negaram a participar não atendendo ao telefone na data prevista para a coleta das informações, tendo em vista que os jornalistas procuram essas pessoas para obter relatos referentes aos possíveis problemas de licitações, em averiguação, na prefeitura de Londrina. Algumas pessoas não atenderam aos telefonemas por causa de problemas de relacionamento vivenciados dentro da cooperativa, mostrando-se constrangidas a dar depoimentos sobre essas relações. Esses são exemplos de limitações investigatórias que caracterizaram os desafios desse tipo de pesquisa.

A entrevista é definida por Haguette (1990, p.86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A modalidade prevista de entrevista foi baseada em roteiro (GODOI *et al.*; 2010) ou ainda conhecida como semiestruturada (TRIVIÑOS, 1994), uma vez que esse tratamento da entrevista valoriza a liberdade do entrevistador e a espontaneidade ao informante, possibilitando, dessa forma, o enriquecimento da investigação; além de partir de questionamentos básicos apoiados em teorias (TRIVIÑOS, 1994), como será o caso dessa dissertação.

No entanto, ao longo das entrevistas, observou-se que os questionamentos sobre as interações entre os indivíduos causavam certo constrangimento. Em razão disso e considerando a internalização do objetivo geral, o roteiro (apêndice) foi adaptado seguindo o modelo de entrevista aberta, o que permitiu alcançar um prévio desenho das interações entre os fundadores da cooperativa, bem como da articulação dessas interações em relação à coleta seletiva de Londrina.

Para quebrar momentos de constrangimento, a pesquisadora adotou uma postura subordinada aos entrevistados, não exercendo qualquer tipo de pressão para que estes falassem. Ao contrário, em muito momento os deixava à vontade para não responder os questionamentos caso se sentissem constrangidos. Diante dessa postura, os entrevistados

estabeleciam uma relação de confiança e acabavam relatando os fatos, ainda que constrangedores, diante da não identificação dos “atores”.

Outra técnica de coleta de dados utilizada foi a observação que também contribuiu para alcançar informações sob determinados aspectos da realidade. Outro fator preponderante em torno da observação é permitir ao pesquisador um contato mais direto com a realidade. Esta técnica é denominada observação assistemática, por meio da qual o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem planejamento ou controle (SAMPIERI *et. al.*, 2006).

Entre julho de 2011 e maio de 2012, foram realizadas visitas a algumas unidades de triagem da cooperativa, e em algumas oportunidades observou-se o comportamento dos membros do grupo. É essencial ressaltar que a visita não foi planejada, razão pela qual os membros não perceberam a observação, o que permite constatar que a presença da pesquisadora não alterou ou afetou, de qualquer forma, o comportamento do grupo que manteve seus rituais com naturalidade.

Uma das visitas ocorreu ao chegar, no período da manhã, ao centro de triagem, durante a espera de um “ator” que seria entrevistado. Durante o período de espera, observou-se um momento de concentração dos cooperados que se posicionaram de mãos dadas em torno de um círculo, fazendo suas orações antes de ingressar em suas atividades de coleta seletiva. É interessante ressaltar que o círculo era composto apenas por mulheres, e em pesquisas anteriores foi constatado que elas não são adeptas de uma mesma religião. E, ainda assim, faziam orações coletivas no momento de concentração com todas as cooperadas daquele determinado centro de triagem.

4.3.2 Pesquisa Documental

Parte da pesquisa foi fundamentada por uma busca documental, procurando levantar dados históricos, políticos, sociais e econômicos relacionados à constituição da Cooperativa. Os documentos podem ser considerados fontes de leituras particulares de eventos sociais, bem como informar e estruturar decisões tomadas pelas pessoas.

Silva e Grigolo (2002) e Godoy (1995) defendem que a pesquisa documental trata da análise de documentos que ainda não foram tratados e nem analisados profundamente, encontrando-se em estado bruto. Segundo Godoy (1995), a análise documental pode ser utilizada também como uma técnica complementar, validando e aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação.

Neste estudo, adotou-se a análise documental como suporte, ou técnica complementar, aos dados coletados perante os entrevistados, com a finalidade de levantar informações históricas referente aos aspectos políticos, econômicos e sociais, em torno da constituição da cooperativa. Os relatos apresentados, no decorrer do estudo, justificam a utilização de dados documentais com o fim de reforçá-los, confrontando episódios políticos, sociais e econômicos que corroboraram com a formação da cooperativa.

Godoy (1995) entende por documentos os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Figueiredo (2007) levanta ainda os documentos que não são escritos, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Godoy(1995) e Oliveira (2007) classificam os documentos em “primários” e “secundários”, àqueles são produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, e estes por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência.

Foram utilizados documentos “Primários” e “Secundários”, que contextualizaram a problemática estudada, visando compreender da melhor forma o fenômeno de Constituição da Cooperativa.

Entre os documentos “primários” utilizados estão: Ata de Assembleia Geral de Constituição, para detectar quais catadores fundaram a cooperativa; Atas de Assembleia Ordinária e Extraordinária, para verificar a movimentação dos grupos de cooperados envolvidos nos processos de decisão referentes à cooperativa; Estatuto Social da cooperativa, para levantar as normas instituídas pelos cooperados no ato de constituição da cooperativa; Informativos do Centro de Vendas e Compras de Material Reciclável (CEPEVE).

Os documentos “Secundários” foram: site da prefeitura de Londrina, com dados da sua história política; o Programa de Coleta Seletiva de Londrina “Reciclando Vidas” (BESEN, 2005); “Resíduos Sólidos Domiciliares: um programa de coleta seletiva com inclusão” (SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007); Jornal de Londrina.

Portanto, a pesquisa documental é apropriada para estudar longos períodos de tempo, como o período que antecede a constituição da COOPEROCHA, marcado pelo contexto político, econômico e social.

4.3.3 Entrevista de História Oral

Para compreender o desenvolvimento das interações estabelecidas pelos cooperados e a mentora da criação da cooperativa, foi necessária a utilização de entrevistas com base na técnica investigativa de dados da História Oral. Em outras palavras, a História Oral permitiu levantar a perspectiva histórica do processo de formação da cooperativa dentro de um contexto de vida, e contribuiu para detectar as relações sociais estabelecidas entre as pessoas envolvidas nesse processo de constituição da cooperativa.

A definição de História Oral como pesquisa encontra respaldo em Alberti (2008, p. 18), “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Segundo essa mesma autora, a História Oral pode ser caracterizada como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda, como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Nessa mesma linha de pensamento, Ferreira e Amado (2001), embora defendam a História Oral como método, apontam que existem defensores da História Oral como técnica, sempre como fontes de informação complementar.

A História Oral permite ampliar o conhecimento em relação ao passado através do estudo aprofundado de experiências vividas pelos entrevistados, os quais retomam sua vivência de forma retrospectiva, bem como contribui para a relação entre o geral (fatos compilados e escritos) e o particular por meio de diferentes testemunhos. Inclusive, durante a entrevista, ocorrem momentos em que há liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Contribui, ainda, para a compreensão das ações dos indivíduos em um determinado contexto político, social e econômico de um dado momento. Esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise, neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Diante disso, observou-se que os relatos apresentados pelos cooperados e pessoas envolvidas, no processo de formação da cooperativa, apresentam fatos históricos em torno da regularização do sistema de reciclagem de Londrina, com base em seu contexto político, econômico e social à época dos fatos. Assim, foi possível reconstruir os eventos em

torno da reciclagem no referido período, permitindo com isso recompor a experiência vivida pelos envolvidos no processo de formação da cooperativa.

Quando se fala em História Oral, deve-se questionar quantas entrevistas serão necessárias para que se chegue a uma amostra representativa. Em resposta a esta pergunta, Alberti (2008) afirma que o número de entrevistados pode se restringir a uma única pessoa, desde que seu depoimento seja uma das fontes de informações, complementando outras utilizadas na pesquisa.

Segundo Alberti (2008), existem dois tipos de entrevistas: entrevistas temáticas (participação do entrevistado no tema escolhido) e História de Vida (tendo como centro de interesse o próprio indivíduo na História). Para Meihy (1996), pode-se classificar a História Oral em três modalidades: História Oral de vida, centrada no sujeito e suas experiências pessoais; História Oral Temática, a qual permite maior objetividade, sendo voltada para um assunto específico, utilizando os detalhes da vida pessoal do narrador apenas quando forem relevantes à temática central; e Tradição Oral, na qual o foco está nos mitos, na visão de mundo de comunidades que se manifestam no folclore e na transmissão geracional.

Para responder ao objetivo proposto pelo presente estudo, adotou-se a entrevista temática, considerando o interesse específico em recuperar informações em torno da formação da cooperativa, com base na vivência e experiências, de oportunismo e confiança nas relações sociais estabelecidas na participação deste fato.

A história oral, utilizada como técnica de apoio, foi conduzida pela pesquisadora de forma passiva e subordinada aos entrevistados. Foram realizadas poucas perguntas aos entrevistados na esperança de que relatassem os fatos de sua vida, em relação à constituição da cooperativa, livremente, com raras interrupções da pesquisadora. Após cada entrevista foi realizada a sua transcrição, imediatamente, para auxiliar em novos questionamentos para as próximas entrevistas, e abordar novos “atores” citados ao longo da entrevista anteriormente transcrita. Assim, foi possível estabelecer as conexões entre os “atores” e apresentar a teia tecida em torno da constituição da COOPEROCHA.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados coletados da pesquisa, utilizou-se a “análise de conteúdo” de Bardin (2002). A obra é clara, concreta e operacional do método de investigação, que pode ser utilizado por psicólogos e sociólogos, qualquer que seja a sua especialidade ou finalidade, e por psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas.

Bardin (2002) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores quantitativos ou não. Com este fundamento, utilizou-se na presente pesquisa a análise de conteúdo, tendo em vista a elaboração, com base na revisão teórica, de categorias de análise que permitem a sistematização da coleta de dados, e direciona a sua análise.

Assim, a autora afirma que a análise categorial permite analisar a frequência da presença de itens percebidos no decorrer das entrevistas e observações. Segundo Bardin (2002) “é o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (p. 36-37).

Portanto, para identificar as relações sociais existentes entre os cooperados, utilizar-se-á de “unidades de codificação” que permitirão analisar a frequência com que se repetem de acordo com a fragmentação da teoria.

No que se refere às entrevistas, considera-se que ainda a relação de entrevistados exatos e dispostos estão arranjados sob o preceito da repetição das afirmações (GODOI et al.; 2010). Em outras palavras, verificou-se que o limite de entrevistas foi determinado pela redundância de informações que começaram a se repetir nos depoimentos.

4.4.1 Categorias de Análise

Numa primeira fase de definição das categorias de conteúdo para a análise de dados, a fim de contemplar o método de estudo de caso, foi considerada a limitação da pesquisa à natureza das ligações estabelecidas entre os cooperados fundadores da COOPEROCHA.

Para tanto, foram adotadas as propriedades das redes de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979), referentes à natureza das ligações estabelecidas entre os indivíduos que serviu de subsídio para a elaboração do roteiro de entrevista, norteando as perguntas de base: Intensidade (a força da relação entre indivíduos); Reciprocidade (o grau em que a relação é comumente percebida e acordada por todas as partes da relação, isto é, o grau de simetria); Clareza das expectativas (o grau no qual todos os pares de indivíduos têm expectativas claramente definidas sobre o comportamento do outro na relação); Multiplexidade (o grau no qual os pares de indivíduos estão ligados por múltiplas relações) (TICHY; TUSCHMAN; FOMBRUM, 1979, p. 508).

Quadro 9 – Categorias: Genéricas e Específicas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS GENÉRICAS	CATEGORIAS ESPECÍFICAS	AUTORES
Levantar o registro histórico do contexto sócio- econômico e político que contribuiu para constituição da COOPEROCHA	Histórico	a) Político; b) Econômico; c) Social.	(BESEN, 2005); (SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007); Jornal de Londrina.
Identificar episódios de Confiança estabelecidos entre os catadores fundadores da COOEPROCHA	Confiança	a) Identificação/família; b) Continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); c) Intimidade (mútua confidencialidade); d) Serviços recíprocos que caracterizam o laço; e) Reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); f) Transparência/clareza.	GRANOVETTER (1973) GRANOVETTER (2007, 1992); TICHY, TUSCHMAN e FOMBRUM (1979); CAILLÉ (2004), FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004); GAIGER (2008)
Identificar episódios de Oportunismo estabelecidos entre os catadores fundadores da COOPEROCHA	Oportunismo	a) Experiências vividas; b) Episódios de desconfiança; c) Força/Coerção e fraude.	GRANOVETTER (2007, 1992)
Verificar a influência da Ordem nas transações estabelecidas pela COOPEROCHA	Ordem	a) Mercado (Associações autônomas) b) Hierarquia (Cooperativa) - relação de autoridade	GRANOVETTER (2007, 1992)
Compreender a influência dos Elementos da Imersão Social (confiança, oportunismo e ordem) entre os catadores na constituição da COOPEROCHA	Influência	a) Estrutura Social; b) Ação Econômica; c) Coleta Seletiva de Londrina/PR.	GRANOVETTER (1973) GRANOVETTER (2007, 1992)

Fonte: Elaborado pela autora.

No entanto, verificou-se a possibilidade de se classificar a operacionalização do conceito de imersão social por meio de episódios que determinam os elementos genéricos da Imersão Social: Oportunismo, Confiança e Ordem. É esse o foco do presente estudo alinhado aos argumentos de Grannovetter (2007) – a principal base teórica. Assim, uma rede social pode ser definida como “um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou

indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” (MERCCKLÉ, p. 04, 2004).

Para se chegar à operacionalização das categorias de análise específicas, questionou-se: qual seria a unidade de análise? Seria o indivíduo ou o grupo? Lofland e Lofland (1995 apud SAMPIERI et al. 2006) apresenta as possíveis unidades de análise que o objeto de pesquisa pode determinar. Para o estudo das Relações Sociais, esses autores determinaram, a princípio, como unidade de análise o grupo, considerando as relações sociais estabelecidas entre os membros do grupo e a influência em sua estrutura social.

Para Kilduff e Tsai (2008), no entanto, as pesquisas que investigam redes de processos relacionais e estruturas apresentam muitos níveis diferentes de análise. Portanto, os autores organizam a revisão de aplicações em potencial por níveis de observação: nível individual (conhecimento, relações entre indivíduos, díades, tríades e cliques); nível referente às unidades de negócios; e nível organizacional.

O nível de observação aplicado neste estudo é o individual, de acordo com Kilduff e Tsai (2008), em que se pretende analisar as relações entre indivíduos, pois busca compreender a influência das relações sociais, do contexto político e econômico na época da constituição da COOPERROCHA.

A universalização do comportamento com base em preceitos pré-definidos e determinados desconecta-os de qualquer tipo de relações pessoais concretas e das obrigações delas decorrentes. A confiança estabelecida entre os atores emerge, conforme já visto em Granovetter (2007), como um elemento da Imersão Social com base na reputação das pessoas que já estabeleceram relações sociais e tiveram a impressão registrada em torno de sua conduta, além do tempo despendido com essas pessoas que podem caracterizar a confiança ou a desconfiança – esta última proveniente do oportunismo.

O autor apresenta episódios de transações econômicas que exemplificam situações de confiança e oportunismo, em que a Imersão Social como relações sociais concretas, emerge entre as visões super e subsocializada. As questões principais seriam: a) os indivíduos agem compelidos por um comportamento geral (moralidade generalizada – supersocialização)? b) Por interesses próprios com base em dispositivos institucionais que tentam, por meio da coerção, evitar constrangimentos? c) Ou por obrigações estabelecidas por relações sociais concretas que são tecidas ao longo da vida com base em: reputação (antiguidade da relação); Identificação/Similaridade; Continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); intimidade (mútua confidencialidade); serviços recíprocos que caracterizam o laço;?

Granovetter (2007), conforme verificado anteriormente no item 3.1.4, defende que as informações pautadas em transações passadas são melhores por quatro razões: 1) é barata; 2) a pessoa confia mais na informação que obteve pessoalmente, considerando-a mais rica, mais detalhada e, por consequência, mais precisa; 3) as relações duradouras entre os indivíduos têm motivação econômica para serem dignos de confiança, não desencorajando transações futuras; 4) as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo, diferente de motivos puramente econômicos (GRANOVETTER, 2007, p. 12).

São os episódios de confiança e oportunismo, na Constituição da COOPEROCHA, que foram levantados e analisados no presente estudo com base nesses laços que configuram as relações sociais, sob uma perspectiva da Imersão Social, levando em consideração o contexto histórico, político e econômico que influenciaram na sua formação como Cooperativa.

Logo, verifica-se que as categorias como a confiança, oportunismo e ordem interferem na construção de uma estrutura social ao longo do tempo, dando mobilidade a ela e transformando-a continuamente. Essa influência, em termos de confiança e mobilidade social, permitirá responder a pergunta proposta pela pesquisadora: como os elementos da imersão social influenciaram na constituição da COOPEROCHA?

Portanto, verifica-se que as Propriedades de Surra (1988, apud PORTUGAL, 2007) contribuem para compreender a intensidade dos laços estabelecidos entre os catadores que constituíram a COOPEROCHA, bem como a sua relação com o poder público, dentro de um contexto político e econômico. Esses elementos facilitam a compreensão de episódios de oportunismo e confiança vivenciados pelos catadores antes e durante o período de sua constituição entre 1996 e 2009 com base nas relações sociais identificadas.

4.5 LIMITES DA PESQUISA

Ao longo do estudo, observou-se que os principais limites da pesquisa são das seguintes ordens: empírica e temporal. Os limites com relação à pesquisa empírica referem-se à sua ausência ou escassez de trabalhos empíricos que utilizam a Imersão Social, no campo da administração. Isso traz enorme dificuldade na verdadeira compreensão do potencial empírico da proposta, podendo, assim, implicar em subutilização ou então aplicabilidade de maneira incoerente na mesma, ou seja, dificulta a operacionalização das

categorias de análise e pode acarretar questionamentos de sua consistência e de sua real contribuição para a análise do objeto proposto no campo da administração.

Assim, embora "*embeddedness*" (imersão Social) pretenda explicar algumas formas de ação econômica melhor do que fazer contas econômicas puras, suas implicações são indeterminadas por causa do desequilíbrio entre as proposições relativas a teorias econômicas específicas e as declarações gerais sobre como relações sociais moldam a ação coletiva econômica.

Um dos fatores limitadores da pesquisa foi a dificuldade em observar e detectar as peculiaridades das relações sociais ou laços sociais de forma fidedigna, tendo em vista que muitos cooperados fundadores se desligaram da cooperativa, ou passaram por algum problema de saúde e por isso não puderam ser contatados. Assim, não foi possível levantar e entrevistar todos os 20 (vinte) fundadores da Cooperativa, obtendo-se a versão da história de sua constituição de 12 (doze) cooperados.

Analisou-se não só a formação das relações sociais e seus contatos, mas também o conteúdo ministrado entre os contatos, quais sejam: parentesco, amizade, afinidade, confidencialidade, reciprocidade e tempo despedido. O fato das entrevistas terem sido realizadas apenas com 12 (doze) cooperados fundadores pode caracterizar um viés da pesquisa, pela ausência do conteúdo referente aos outros 8 (oito) cooperados fundadores, que não forneceram seus depoimentos.

Das relações sociais estabelecidas entre os 12 (doze) fundadores, observou-se que há um desdobramento destas relações que interferem, inclusive, na forma como se deu a estrutura da Coleta Seletiva de Londrina, isso porque as relações detectadas apontam para rupturas entre líderes informais, as quais se separam durante o processo de regularização da Coleta Seletiva, desmembrando os catadores.

Por sua vez, a proposta do presente estudo é compreender a influência dos elementos da Imersão Social na constituição da Cooperativa, delimitando as fronteiras da pesquisa aos indivíduos deste grupo em especial, e desconsiderando as relações em torno dela. O foco da pesquisa, portanto, não é a Coleta Seletiva de Londrina, e sim a formação de uma cooperativa em específico, constituindo em um Estudo de Caso.

5. CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

5.1 HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DA COOPEROCHA

A importância do presente estudo está fundada na história da cooperativa de catadores de resíduos sólidos de Londrina – COOPEROCHA. Isso porque a constituição da Cooperativa apresenta uma dinâmica de interesses que circundam as três esferas da sociedade: em âmbito público, em âmbito privado e organizações não-governamentais (Terceiro Setor).

Inclusive uma das parcerias que contribuiu para a constituição da COOPEROCHA foi a estabelecida entre os catadores e o Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina/PR. Logo, observa-se que a história da origem da COOPEROCHA é o foco da presente pesquisa, pois pretende elucidar as relações sociais construídas em torno da Cooperativa, tendo em vista que “[...] não se pode estabelecer uma ligação adequada entre os níveis micro e macro sem uma compreensão muito mais completa dessas relações” (GRANOVETTER, 2007, p. 10). Lembrando que “também deve-se analisar as instituições, a cultura e a política e todos os elementos micros e macros em torno das relações[...]”, considerando que a rede social se encontra em um “nível meso” (KRIPPNER et al., 2004, p. 114).

Por isso, é importante apresentar a história da COOPEROCHA com base em informações coletadas em materiais sobre o Programa de Coleta Seletiva de Londrina “Reciclando Vidas” (BESEN, 2005); “Resíduos Sólidos Domiciliares: um programa de coleta seletiva com inclusão” (SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007); Jornal de Londrina; Informativos do Centro de Vendas e Compras de Material Reciclável (CEPEVE). Outra fonte histórica utilizada para o levantamento de informações referentes à constituição da COOPEROCHA foi por meio de conversas com seus representantes.

Segundo João Batista Moreira Souza (2009), popularmente conhecido como “João das águas”, a coleta seletiva de Londrina começou na administração de Luis Eduardo Cheida, mas paralelamente existia a garimpagem de recicláveis no lixão, em condições ilegais, insalubres e desumanas. Assim, a trajetória da coleta seletiva em Londrina existe desde 1996, porém, a inclusão social dos catadores teve início apenas em 2001, com o acompanhamento do poder público que retirou cerca de 60 catadores do aterro municipal e ampliou a cobertura da coleta seletiva no município.

A retirada dos catadores do “Lixão” ocorreu porque, em 2000, um catador morreu esmagado pelo trator que fazia a compactação do lixo. Este fato foi o estopim para o

Ministério Público exigir a expansão da reciclagem e o fim imediato da garimpagem no lixão. Pressionada pelo MP, pelos trabalhadores, imprensa e sociedade organizada, a CMTU, criou a primeira ONG para absorver os cerca de 50 trabalhadores do lixão (SOUZA, 2009).

Os catadores foram, então, estimulados a se organizarem em ONGs – Organizações Não-Governamentais, desencadeando o processo de descentralização e formalização institucional da atividade de coleta seletiva (SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007). "A primeira proposta foi o projeto chamado mil ONG's. Que teve uma importância, porque dali saiu a proposta da cooperativa" (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

Para melhor compreensão do contexto político que precedeu e influenciou a mobilização pública e privada para a constituição da Cooperativa, fez-se necessário traçar uma linha temporal dos prefeitos do município de Londrina que governaram, durante o período que vai de 1996 a 2009.

Figura 1 - Linha do tempo - Prefeitos de Londrina

Luiz Eduardo Cheida 1993 - 1996	Antonio Casemiro Belinati 1997 - 2000	Jorge Scaff 2000 - 2000	Nedson Luiz Micheleti 2001 - 2008	José Roque 2009 - 2009	Barbosa Neto 2009
------------------------------------	--	----------------------------	--------------------------------------	---------------------------	----------------------

Fonte: Adaptado prefeitura de Londrina (2012).

De 1996 até 2000, ainda nas gestões de Luiz Eduardo Cheida e de Antonio Casemiro Belinati, não havia preocupação em constituir uma cooperativa, tanto que a Agente (E4), secretária municipal à época, afirmou em suas declarações que sempre foi adepta do PT (Partido dos Trabalhadores), na época representado pelo prefeito Cheida, porém esse grupo nunca "[...] quis saber de organizar uma cooperativa sendo totalmente contra". A gestão do Cheida "[...] proibiu que se fosse constituída a cooperativa. A visão deles é que tinha que ser ONG", para iniciar o processo de incentivo, por isso, a formação das Ong's. "Entre 1997,1998, 1999 e 2000, né, com o Belinati foi uma tragédia. Foi tudo abandonado. Foi nessa época que a gente estava na ação comunitária. Que não tinha nada da prefeitura" (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

A Agente (E4), que acompanhou todo o processo de transformação da coleta seletiva em Londrina, afirma que, em 1996, não havia políticas voltadas ao desenvolvimento humano

[...] nós não tínhamos nada disso, só se falava de pobreza, desgraça, necessidade, tragédia...um horror. Então você chegava num bairro como nós chegávamos, como profissionais da Ação Comunitária, você só via gente no fundo do poço. Por que, assim: abuso sexual, violência doméstica, pobreza. O país tava numa crise, a gente não tinha perspectiva. E a gente fica lá dentro porque como nós não tínhamos uma sala para ficar, não tinha uma estrutura. [...] Mas a gente andava no bairro, e assim, parecia uma procissão atrás da gente pedindo cesta básica, passe....porque eu não tinha onde ficar. E eu pensava: - Nossa, que falta de respeito, um tem que contar para o outro na frente de todos. (AGENTE, E4, 29 de mar.,2012).

Quando Antonio Casemiro Belinati (1997 - 2000) assumiu a prefeitura de Londrina estabeleceu a troca do lixo por cesta básica, ou seja, "Não tinha uma estrutura ou proposta. Mas as pessoas já começaram a ver a catação como uma responsabilidade, como uma forma digna de ganho de vida". A grande dificuldade foi organizar a vida deles estabelecendo certa rotina, uma vez que "O catador não tem. Pelo contrário eu aprendi a conhecer a essência do catador, a alma do catador, né. Eles não têm rotina" (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

Os catadores começaram a se organizar em associações por meio de Ong's (Organizações Não- Governamentais), mas continuavam fazendo a "catação no lixão", a qual foi proibida pela promotoria do meio ambiente, em 2001, por meio de TAC – Termo de Ajuste e Conduta – estabelecido entre a Prefeitura e o Ministério Público, na gestão do Nedson Luiz Micheleti (2001 - 2008). Segundo declarações dos catadores que coletavam nessa época, o fechamento do “lixão” foi um divisor de águas para a coleta seletiva de Londrina, conforme depoimento de uma ex-catadora que acompanhou todo o processo de transformação da coleta seletiva de Londrina, "[...] a gente veio de uma história de lá da Fazenda Refúgio. Quando confrontou com a saída do pessoal do lixão. Então foi um período muito marcante. Foi um divisor de águas" (DIRIGENTE, E2, 14 de dez. 2011).

Em decorrência do fechamento do “Lixão”, de acordo com Gina Rizpah Besen (2005), houve a implantação do Programa Reciclando Vidas, em 2001, que possibilitou a parceria entre vinte e seis Organizações Não-Governamentais e a prefeitura, envolvendo no seu processo um contingente de 474 (quatrocentos e setenta e quatro) catadores de rua. Porém, a continuidade desta parceria entre a prefeitura e as ONGs ficou comprometida diante das irregularidades institucionais, legais, estruturais e ambientais que a maioria das entidades apresentavam. As condições dos locais em que os catadores trabalhavam eram extremamente precárias, muitas vezes sem cobertura nenhuma, com lonas amarradas em postes de madeiras, sem equipamentos de proteção individual, exposição de materiais ao tempo, provocando dificuldades que colocavam em risco a saúde pública e o meio ambiente. Além disso, a forma

de rateio da renda dos materiais vendidos pelos grupos era variada e, muitas vezes, injusta (conforme será verificado no item 5.4).

Apesar de os catadores serem incentivados a formarem Ong's na época das gestões do Cheida e depois do Nedson, isso não os ajudou a organizar a coleta seletiva de Londrina, pois eles não tinham experiência com o trabalho coletivo. Assim, eles acabavam formando Ong's compostas por membros da família que, segundo a Agente (E4), era a herança da essência dos catadores: confiança. Segundo ela, as Ong's eram constituídas de famílias por vários motivos

Um deles é que quando alguém da família já tem esse talento, é claro que facilita isso para os outros. Por que é difícil alguém começar na catação. Mas se você já sai catando com o seu pai, com seu vô, com sua mãe, com sua tia, com seus primos. Já é meio familiar mesmo. Depois que é um negócio de relação de confiança. Então é melhor você comprar e vender material com o teu pai e com a tua mãe a vender com outra pessoa. Por isso toda essa resistência e essa desconfiança (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

Essa relação de confiança, estabelecida entre os catadores e a família, revela a subcategoria de afinidades ou identidade (GRANOVETTER, 1973) entre as pessoas, reforçando a força dessas relações, e sua constituição em torno da Cooperativa.

Além da dificuldade em organizar o trabalho coletivo, o Programa Reciclando Vidas apresentava problemas com o depósito dos resíduos. As Ong's eram constituídas por famílias, que em sua maioria depositavam os resíduos sólidos no quintal de suas casas, ou em fundo de vale. A Agente (E4) aponta, em suas declarações, num tom crítico chamando de "Melhor coleta seletiva do Brasil" e logo em seguida afirma "[...] uma '**pinoia**', porque das 33 Ong's 19 eram dentro de fundo de vale. O que você acha de jogar o resíduo da sua casa na minha? Um absurdo. E era institucionalizado, recebia o saco verde" (GRIFO DA AUTORA). Afirmou, ainda, que o caminhão da prefeitura buscava o rejeito nesses quintais e fundos de vale, ou seja, a prefeitura não poderia alegar que desconhecia a situação. "Das 14 [Ong's] que sobraram quando eu cheguei, 9 (nove) estavam em barracão e 5 (cinco) em fundo de quintal. Na casa da pessoa!! Aí dava certo a coleta mesmo" (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

Ela (E4) defende que o problema não estava na coleta, e sim na segregação dos resíduos sólidos e na forma como eram depositados. Isso envolve os quintais e o fundo de vale, uma imensidão, podendo suportar grande quantidade de resíduos, sem atrair o olhar da imprensa.

[...] coletar o resíduo e colocar num barracão, é uma coisa. Você jogar num fundo de vale que é aquela imensidão....você pode coletar o resíduo que for, então a crise em Londrina nunca foi da coleta. Porque a CMTU incentivava a coleta, porque queria tirar o resíduo que era a propaganda. A crise era na segregação, no armazenamento e no retorno financeiro. Que retorno financeiro tinha um material cheio de barro?! Sem qualidade nenhuma, sem orientação correta na segregação. Sem prensa. Sem nota fiscal. Um mundo totalmente obscuro (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012).

O descaso do poder público com o depósito inadequado do material reciclável demonstra a forma como o governo se exime das mazelas da sociedade. Barbosa (2007) critica as políticas públicas de inclusão social, em especial da Economia Solidária, por criarem uma forma de o governo se eximir das mazelas da sociedade a partir do momento que este fomenta empreendimentos solidários e, depois, relega-os à regulação do mercado. Tanto é assim que muitos catadores, antes da constituição da Cooperativa, realizavam a coleta porta a porta, em carrinhos manuais e/ou Kombi, em situação irregular e perigosa. Assim, os catadores estavam envolvidos em um sistema considerado de baixo custo para o poder público, o qual transferia não só o seu dever em efetuar a coleta seletiva, mas também as mazelas da sociedade para os catadores, incentivando a formação de Associações Cívicas, sob os preceitos do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina.

Esta situação mobilizou diversos segmentos da cidade que cobravam das autoridades providências, no sentido de assegurar condições mais dignas e humanas para aqueles trabalhadores que cotidianamente estavam realizando um serviço em prol da comunidade e do desenvolvimento sustentável (AGENTE, E6, 12 de maio, 2012).

Mas, só a partir da crise de 2008, esta realidade tornou-se insustentável, a queda do preço do material reciclável levou os catadores a reivindicarem junto ao poder público municipal um contrato de prestação de serviços. Por meio do acompanhamento do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina (PMES), houve uma aproximação entre as diversas associações que, até então, possuíam uma história de individualismo provocada pela disputa de setores, de recursos e de poder. A partir desse momento, os catadores iniciaram um processo de reconhecimento de sua identidade coletiva, de valorização de suas afinidades e identificação de suas necessidades, que durou aproximadamente um ano e levou à junção de várias associações de reciclagem.

De acordo com a Agente (E4), os catadores têm condições de antecipar a crise, "[...] Quando a indústria começa a desaquecer qual é a primeira coisa que ela deixa de comprar? A matéria prima reciclável. Então finalzinho de 2007 e início de 2008 eles já cantavam a bola" (AGENTE, E4, 29 mar.,2012). A própria Ata de Assembleia Geral de

Constituição da Cooperativa retrata o momento de crise e destaca o compromisso que os entes públicos têm em qualificar e humanizar a situação dos catadores em Londrina. A Agente (E4) da Prefeitura e coordenadora da Assembleia de constituição da COOPEROCHA afirma, em suas declarações transcritas na Ata: “O momento é de reconhecimento por parte do poder público, **não só em decorrência da crise**, mas pelo compromisso que os entes públicos têm de qualificar e humanizar a situação dos catadores de Londrina” (ATA DE ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA - Grifo da autora).

A crise econômica, de agosto de 2007, afetou o mercado imobiliário norte-americano e atingiu, fortemente, os mercados financeiros e de capitais dos EUA e dos países europeus que tinham bancos expostos diretamente à securitização e titularização das hipotecas de alto risco. Mas as economias mundiais sofreram as consequências, em setembro de 2008, quando ocorreu a quebra do banco Lehman Bros, tornando-se global a crise e afetando grande parte das economias mundiais (BARBA, 2011).

Muitos produtos sofreram queda, durante o período compreendido entre 2007 e 2008, entre os quais destaca-se o papelão que sofreu redução no preço de R\$ 0,28 (vinte e oito) centavos, na primeira quinzena de janeiro, para a R\$ 0,17 (dezessete) centavos em dezembro/2008. Essas variações afetaram consideravelmente o ganho do catador (BORDIGNON, et. al. 2011).

Segundo a Dirigente da cooperativa (E2, 14 dez., 2011), a crise impulsionou o apoio da prefeitura aos catadores naquele momento, “[...] porque como éramos associações, nós não éramos prestadores de serviço da prefeitura. Nós não recebíamos nada, só o saco verde e o transporte do material até o barracão. Assim, os catadores buscaram auxílio da prefeitura”. Foi esse momento de redução do preço dos materiais recicláveis que impulsionou a constituição da COOPEROCHA, uma vez que, para contratar os serviços dos catadores, era necessária sua organização coletiva. “[...] Aí a gente foi atrás da prefeitura, começamos a discussão dentro do movimento nacional, em cima da Lei de 2007, da 11.445, que dá direito à dispensa de licitação. E foi com isso, com essa discussão que seria a forma legal do município poder remunerar os catadores pelo serviço prestado” (DIRIGENTE, E2, 14 de dez., 2011).

A Dirigente da cooperativa (E2) conclui que “foi a crise que impulsionou esse contrato que hoje a COOPEROCHA tem com a CMTU” (DIRIGENTE, E2, 14 de dez., 2011). Esse argumento também é fortalecido pela declaração do atual Dirigente da cooperativa, o qual esteve desde o início das atividades: “Como houve uma crise lá, afeta bastante nós aqui. Porque o mercado fecha, o mercado mundial de compra, de exportação

fecha. Aí a crise cai em nós. Atinge nós aqui que é a fonte de trabalho" (DIRIGENTE, E3 20 de mar.,2012).

Em 2009, o "João das águas" convocou a imprensa, a promotoria do meio ambiente, a Ong Mar, todas as outras Ong's, o conselho municipal do meio ambiente e escreveu um documentário com o seguinte título: "A verdadeira face da reciclagem em Londrina". Segundo a Agente (E4), ele tirou um conjunto de fotos das 33 (trinta e três) Ong's da época, e chamou todo mundo lá na Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL): "[...] Menina, é assim, é um diagnóstico triste realmente da reciclagem. A situação dos barracões, das pessoas sem uniforme, sem equipamentos, sem prensa, os carrinhos tudo quebrado, sem Kombi, as Kombi tudo irregular, todo mundo sem uma carteira de motorista" (E4, 29 de mar., 2012).

Em setembro de 2009, a Promotora do meio ambiente "[...] pediu para que eu, como assistente social, fizesse um levantamento da situação de todas as Ong's. A Promotora do Meio Ambiente foi uma das grandes incentivadoras da COOPEROCHA, também teve um papel fundamental" (E4, 29 de mar., 2012). Segundo as declarações dos catadores fundadores, a Agente (E4) conseguiu congregiar todas essas forças em torno de uma ideia: constituir uma cooperativa. Na época, José Roque (2009 - 2009), conhecido como "Padre Roque", era o prefeito entre janeiro, fevereiro, março e abril de 2009, "porque o prefeito Belinati foi caçado" (E4, 29 de mar., 2012).

Por orientação jurídica do Conselho Municipal do Meio Ambiente e da Promotoria do Meio Ambiente, e pela perspectiva do fortalecimento dos catadores, foi constituída a COOPEROCHA – cooperativa dos catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos de londrina (AGENTE, E6, 12 de maio, 2012). Enquanto a prefeitura não auxiliasse na constituição da cooperativa, "as pessoas se manteriam lá no fundo de vale" (DIRIGENTE, E2, 14 de dez., 2011), e conforme "[...] o material reciclável aumentava fomos alugando outros barracões pra que fosse tirando o povo de fundo de vale, né!? Pra tá recolhendo em barracão pra que nós pudesse receber o contrato com a prefeitura senão ela não contratava nós, se nós tivesse em fundo de vale" (DIRIGENTE, E3, 20 de mar., 2012).

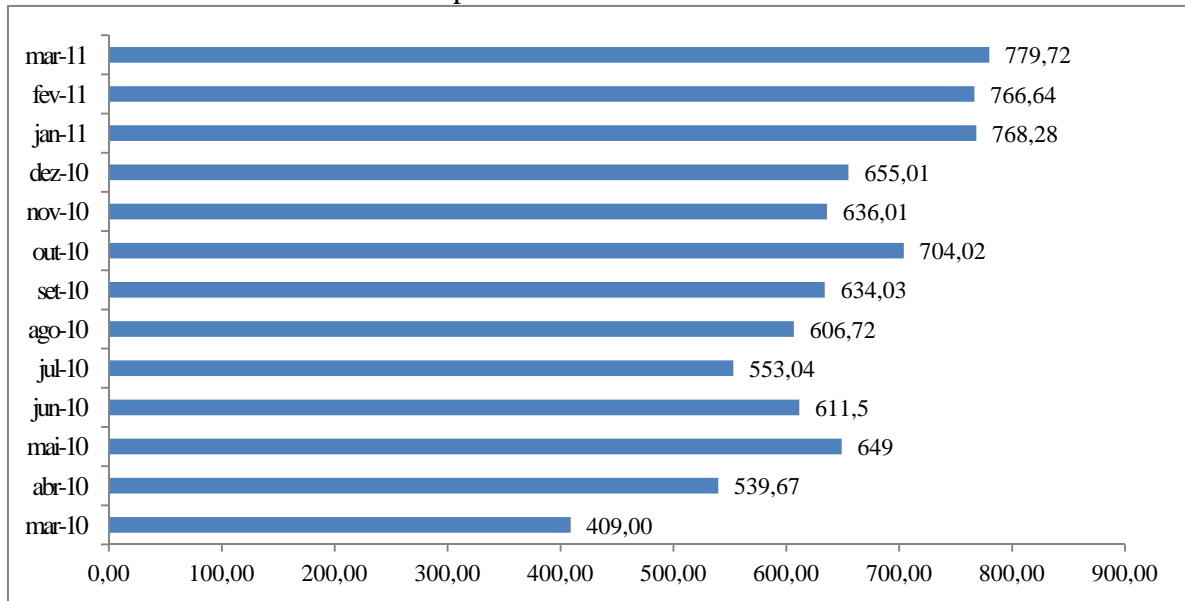
Segundo o Dirigente da cooperativa, era preciso se adequar às normas da CMTU para constituir a cooperativa e estabelecer a parceria com a prefeitura. Assim, "[...] Juntemo toda a documentação, o pessoal tirando fora os associados do fundo de vale já em barracão. Então a gente foi alugando os barracões e fazendo reunião e nomeando coordenadores pra cada [centro de triagem], cada associação dessa junto fazia reunião e ali reunia quem ia coordenar" (DIRIGENTE, E3, 20 de mar., 2012).

A primeira atividade comercial da COOPEROCHA reuniu, no seu quadro de cooperados, 102 (cento e duas) pessoas vindas de 14 (quatorze) ONG's. Com pouco mais de um ano de constituição, teve um aumento de mais de 100% de admissão de cooperados e de 108,5% no volume de material comercializado. Hoje, são 236 (duzentos e trinta e seis) cooperados, agrupados em 9 (nove) barracões de triage autogestionáveis, orientados e supervisionados por um escritório central. Cada um destes centros de triagem possui um setor da cidade específico de coleta seletiva, e os seus integrantes dividem-se nas tarefas de coleta domiciliar porta-a-porta, de empresas privadas e de órgãos públicos, segregação do material reciclável, prensagem e comercialização do material (AGENTE, E6, 27 de jul., de 2011).

Portanto, a COOPEROCHA é fruto de um processo iniciado em 2006 entre os catadores organizados nas ONG's de Reciclagem, Promotora do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Associação Comercial e Industrial de Londrina, SEBRAE, membros de movimentos ambientalistas da cidade e representantes do órgão gestor responsável pela limpeza urbana do Município - Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU).

O seu fim precípua é proporcionar melhores condições de trabalho para os catadores, mais dignidade, inclusão social, a luta pelos seus direitos, contribuir para um desenvolvimento sustentável e preservar o meio ambiente. Além disso, um grande incentivo para a constituição da cooperativa foi a busca pela equidade de oportunidades de ganho e desenvolvimento pessoal.

Cerca de um ano e meio após a sua constituição, já se registrava um aumento na renda média de seus cooperados, sendo que todos possuem recolhimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – conforme apresenta o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Renda Média dos Cooperados – 2010/2011

Fonte: COOPEROCHA (2011)

De acordo com a demonstração do Gráfico 1, verifica-se um acréscimo significativo na renda média dos cooperados, considerando o intervalo de apenas 1 (um) ano de sua constituição. E o fator de crescimento da renda média dos cooperados motivou o presente estudo, uma vez que trouxe o questionamento sobre as relações sociais desenvolvidas ao longo de sua constituição histórica.

O aumento na renda dos catadores, após a formação da cooperativa ocorreu, em linhas gerais, pelo aumento da produtividade deles e por causa do contrato estabelecido com a prefeitura que passou a pagar pelo serviço de coleta seletiva prestado pela COOPEROCHA.

Esses dados demonstram que, apesar de as pessoas que trabalham com “lixo” terem sua imagem diretamente a ele associada, no que se refere ao estigma de impureza e sujeira, ele virou foco de negócio, ganhando importância política e social, sendo valorizado pelas empresas que geram resíduos. De um lado, os catadores de materiais recicláveis encontram-se imersos em um contexto de pobreza, estigma e exclusão social; por outro lado, existe um cenário de potencialidades econômicas, organizacionais e interinstitucionais a serem exploradas (MAURO, 2009).

Logo, um dos objetivos específicos do estudo foi levantar a história detalhada da COOPEROCHA e a constituição das relações sociais que a cercam e determinam o seu posicionamento, no setor de coleta seletiva, buscando compreender o contexto social, econômico e político.

5.2 EPISÓDIOS DE CONFIANÇA

O resultado da análise das ações econômicas, apenas com base na racionalidade do processo de decisão ou nos interesses particulares, relega a um segundo plano a visualização da instituição como um produto de objetivos implementados por complexas redes de atores. Assim, sem a compreensão do processo histórico pelo qual a instituição surgiu, é possível suscitar a má interpretação de sua formação e de seus objetivos (GRANOVETTER, 1992).

Até aqui foi apresentada a constituição da cooperativa com base em seu contexto histórico: político, econômico e social. A partir desse momento, a análise entra nas relações sociais que foram construídas ao longo desse contexto. Assim, faz-se pertinente relatar a história das relações estabelecidas entre os principais atores no processo de formação da cooperativa.

A influência dessas relações sobre a formação da COOPEROCHA, que afetou a maneira como as ações econômicas são transacionadas na Coleta Seletiva, em Londrina, determina, inclusive, grupos de catadores que não se comunicam por causa de suas lideranças. Será demonstrado que existem 2 (dois) grupos formados em torno de 2 (duas) líderes informais, que emergiram em meio aos catadores.

Num primeiro momento, é importante apresentar a formação dessas redes de contatos e relacionamentos, olhando para os indivíduos (atores) que a compõem para, só então, poder ampliar a visão e verificar como elas detêm tamanha força a ponto de influenciar a estrutura geral da coleta seletiva de Londrina.

Para alcançar esse objetivo, Granovetter (1992) apresenta a categoria "Confiança", com base na qual as pessoas conseguem estabelecer e fixar suas relações concretas, baseadas em obrigações e compromissos que unem os indivíduos. No entanto, esta "Confiança

só pode ser estabelecida a partir do momento em que se verificam algumas categorias específicas as quais emergiram do campo de estudo: história de vida dos fundadores relacionada à temática aqui abordada.

Enfatiza-se que a "Confiança" é mais ampla que a abordagem culturalista, uma vez que propõe a perspectiva das experiências de vida e seu contexto como forças que influenciam o comportamento do indivíduo, e não apenas a cultura. Assim, não coloca os atores, apenas, como consequência do comportamento determinado pela cultura, crença e

símbolos, mas ressalta que a construção das relações sociais é fruto de um contexto maior do que apenas a cultura. Granovetter (2003, p.116) não descarta a história cultural do indivíduo, mas defende que existe uma interdependência entre cultura e relações sociais, ao afirmar que “na verdade todos os fenômenos culturais são também fenômenos de redes sociais, e vice-versa, não podendo separar os dois”.

A “Confiança” é a primeira categoria genérica apresentada por Granovetter (2007) e apresenta como subcategorias: a) identificação/família; b) continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); c) intimidade (mútua confidencialidade); d) serviços recíprocos que caracterizam o laço; e) reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); f) transparência/clareza.

O desmembramento da categoria Confiança, em subcategorias de análise, ocorre como uma forma de compreender como ela pode ser estabelecida. Tendo em vista que Granovetter (1992) afirma que a imersão social envolve a compreensão da capacidade de arquivar detalhes e especialmente o tom emocional de relações passadas, por longos períodos de tempo, de tal maneira que, quando ativados esses contatos, existe uma reativação da relação, a qual não se inicia do "zero", mas com base em relações de entendimentos comuns e sentimentos anteriores (GRANOVETTER, 1992, p. 34).

5.2.1 História de vida E4

"*Embeddedness*" relacional, ou Imersão Relacional, traz uma história de interações com base nas quais os indivíduos determinam suas relações pessoais. A isso Granovetter (1992, p. 34) chama de efeitos da imersão social no indivíduo, não lhe atribuindo um valor econômico.

Em razão dessa Imersão Relacional e das subcategorias aliadas à categoria Confiança, foi necessário apresentar o histórico de vida, e por consequência, das relações sociais de duas entrevistadas, para compreender a influência dessas interações na Constituição da Cooperativa.

Inicia-se pela pessoa que trabalhou ativamente, segundo todos os entrevistados, para aliar as forças entre o poder público e os catadores, fazendo a comunicação entre eles: a Agente (E4). Ela acompanhou todo o processo de formação da cooperativa - citada por todos os catadores ao longo da coleta de dados - inclusive está na Ata de Assembleia Geral de Constituição da cooperativa. A Entrevistada 4 afirma que congregou as forças de instituições diferentes em torno de uma mesma ideia e uma mesma ideologia:

melhorar as condições de vida e trabalho dos catadores de Londrina. Deixa claro, todavia, que não fundou “coisa alguma”, mas admite que foi “[...] uma das facilitadoras pra que isso [a constituição da cooperativa] acontecesse”.

Esse elo entre duas esferas da sociedade, Poder Público e Catadores, representa as conexões estabelecidas por Granovetter (1973) representadas por: laços fortes e laços fracos. Estes últimos caracterizam a ligação entre grupos distintos, por meio de um ator “elo”, no caso seria a E4, que estabeleceria uma ponte de comunicação entre esses grupos.

A visualização da E4 como um elo entre poder público e catadores justifica-se pelo seu histórico de relações sociais, tendo em vista que a E4 transita entre grupos diferentes, formando “laços”, conforme se verifica em seu histórico de interações.

Ela procura justificar sua postura de facilitadora, e até mesmo se vê como uma “ponte” entre os catadores e o Poder Público, com base em seu histórico de militância na juventude. Primeiro como acadêmica da Universidade quando afirma que: "Eu acho que algumas coisas são importantes até para você entender o contexto. Eu entrei na faculdade com 16 anos. Fiz serviço social, e dos 17 para 18 anos eu comecei a participar do movimento estudantil. Ainda era a época do regime militar" (E4, 29 de mar., 2012). Entre as ações políticas e coletivas de organização dos estudantes, das quais participou, está a luta pela gratuidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a participação em favor da eleição direta para reitor. "[...] Então eu fui do Centro Acadêmico, tive uma participação do Diretório do Centro Acadêmico – (DCE). E logo que eu saí da UEL eu participei da Associação Nacional dos Assistentes Sociais. Então eu vinha de uma militância estudantil somada a uma militância da minha categoria profissional" (E4, 29 de mar., 2012).

Outro movimento que atraiu a atenção da entrevistada (E4, 29 de mar., 2012) foi a sindicalização do servidor público,

[...] Então eu comecei a participar desse movimento sindical que estava ressurgindo e estava no momento embrionário do sindicalismo do serviço público porque até 88 isso era proibido. A Constituição é de 5 de Outubro e nós viemos já em Novembro de 88 e nós 3 (três) estivemos entre os fundadores do SINDISERVE em março 89. Então a minha história de organização, de aglutinar, de participar de movimentos primeiro foi uma história de vida pessoal. Eu acredito em lutas, em transformações que são coletivas.

Além disso, a Agente (E4) observa que seu currículo profissional propiciou uma leitura crítica da sociedade, alguns fundamentos filosóficos, econômicos, dentro de uma perspectiva marxista, somado à participação no Núcleo de Educação Popular "13 de maio" e de partido político como membro atuante.

[...] eu estava num movimento sindical, num movimento de formação política e também num movimento partidário. Isso também amplia as relações, você acaba conhecendo pessoas, participando de espaços que te dão uma formação complementar, mas talvez até muito mais ampla que a própria academia (E4, 29 de mar., 2012).

No poder público, a entrevistada (E4) iniciou suas atividades como Assistente Social estatutária, o que lhe garantia estabilidade - enquanto servidora pública - e por conseqüência, contribuiu na luta em movimentos sociais e políticos. Em 1993, quando Luis Eduardo Cheida (1993-1996) foi eleito prefeito em Londrina, filiado ao PT - partido do qual a E4 era militante - ela assumiu o cargo de secretária municipal durante toda a gestão, o que contribuiu para a sua compreensão do funcionamento geral da prefeitura, enquanto órgão público. Depois desta gestão, ela retorna às suas atividades como assistente social, e se confronta com os problemas sociais e econômicos decorrentes da crise econômica e financeira de 1997 - na Ásia. "[...] Hoje a política social fala de trabalhar potencialidades para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento das pessoas. Em 1996, nós não tínhamos nada disso, só se falava de pobreza, desgraça, necessidade, tragédia...um horror" (E4, 29 de mar., 2012). A entrevistada relata que havia um alto índice de abuso sexual, violência doméstica e pobreza na época.

Quando a E4 voltou à sua atividade de assistente social, se defrontou com um estado de calamidade, a pobreza e a miséria haviam tomado conta das classes menos favorecidas. Segundo seu depoimento, foi no período entre 1996 e 1997 que surgiu a primeira evidência do embrião da coleta seletiva em Londrina, como resposta às diversas ações e sua convergência em prol do catador e da população carente - mais atingida pela crise. As pessoas chegam até ela dizendo: "[...] Ah foi você quem começou a coleta seletiva lá na Vila Marísia". Ao que ela responde "Não!! Eu também estava em um dos movimentos embrionários da coleta seletiva" (AGENTE, E4, 29 de mar., 2012) em Londrina. Esse seria, pois, o embrião da COOPEROCHA, que começou no bairro Vila Marísia, com a coleta porta-a-porta, e a troca de resíduos por cesta básica.

Segundo a Entrevistada (E4), tudo começou com a cesta básica. Havia apenas 12 (doze) cestas básicas para serem distribuídas a 120 (cento vinte) famílias. E não existia um critério definido para que estas cestas fossem distribuídas. Com o passar do tempo, as assistentes sociais conseguiram ampliar o número de cestas básicas ao buscar auxílio da prefeitura e de empresas privadas. No entanto, para distribuí-las à comunidade, foram

estabelecidos alguns critérios, como o cadastro em projetos da comunidade: "Assistentes Comunitários", "Horta" e "Quintal 10".

Todos os entrevistados, em seus depoimentos associaram a Agente (E4) à distribuição de cestas básicas. Quando questionados sobre o papel da Agente (E4) na constituição da COOPEROCHA, eles afirmaram que ela desempenhou papel preponderante nesse processo, uma vez que conhecia todos os catadores por causa da crise que os levou a efetuar um cadastro para receberem cestas básicas. A Dirigente (E2), compara a Agente (E4) a uma linha que “costurou” ou uniu os catadores em torno do projeto da constituição da COOPEROCHA.

O fato de buscar auxílio da prefeitura e de empresários, acionando seu conhecimento sobre Gestão Pública, e seus contatos com o Poder Público e Privado, demonstra seu poder e habilidade em articular recursos em benefício da população mais carente, e por consequência, dos catadores.

Esses episódios relatados pela Agente (E4), e os expostos em seguida, lembram a construção da “Reputação”, subcategoria da “Confiança”. Observa-se que há uma construção da reputação de E4 ao longo dos anos, como intermediária entre Poder Público e a população carente de Londrina. Essa reputação, segundo Granovetter (2007), propaga-se entre os contatos da população carente de tal forma, que a E4 passa a ser procurada pelas pessoas para conseguir recursos e benefícios para aqueles que passam por dificuldades.

Porém, a distribuição da cesta básica estava condicionada à participação dos beneficiários nos programas e projetos municipais. Existem, pois, uma partida e uma contrapartida. Além dos programas e projetos de inclusão social, os beneficiários deveriam garantir a frequência das crianças na escola, acompanhamento de pré-natal e participação em reuniões. Havia uma rede de controle estabelecido entre as escolas, a paróquia e a comunidade, que permitia o acompanhamento de todas as famílias em relação ao cumprimento desses requisitos para receber a cesta básica. “[...] lá tinha uma rede bem legal. Uma rede de serviço que a gente foi articulando, articulando.....as coisas foram acontecendo. Chegou uma época em que a gente não resolvia mais nada sozinho. Tudo que tinha que resolver você chamava a rede e daí desenvolvia um trabalho integrado”(E4, 29 de mar., 2012).

A troca da cesta pelo acompanhamento comunitário de projetos e programas de inclusão social, bem como do acompanhamento das crianças na escola, configura a reciprocidade, que se caracteriza pelas trocas de dádivas entre membros da comunidade, reforçando os laços sociais. Ao mesmo tempo, quando a Agente (E4) consegue angariar mais cestas básicas com o Poder Público e distribuir entre as comunidades carentes de Londrina,

caracteriza o princípio da Redistribuição de Polanyi (2002), uma vez que se refere ao poder central que, para Caillé (1998), representa a figura do Estado.

A entrevistada relata que, se o beneficiário da cesta básica deixasse de cumprir os requisitos para receber o benefício, não frequentando as reuniões, ou não participando de projetos, ainda assim, existia a preocupação com a alimentação da família que não poderia receber, a princípio, a cesta básica. Por isso, existia uma segunda chance de recebê-la por meio do que ela chamou de "Uma rede de sustentação [...] com vicentinos, pastoral da criança, algumas igrejas evangélicas [...]" os quais se uniam para oferecer uma cesta básica menor e, assim, as pessoas não passarem fome (E4, 29 de mar., 2012).

Essa rede de contatos estabelecida, na comunidade da Vila Marísia, é reforçada pela E2 (Dirigente da Cooperativa), a qual fazia parte da comunidade e participava do projeto "Assistentes Comunitárias"

Era um trabalho de rede. A assistência social fazia 1 (uma) reunião a cada mês. Era reunião de rede, onde pegava todos os serviços da rede pública daquela região e cruzavam as informações. As professoras que estavam tendo algum problema com algum aluno da escola, então tinham o "Viva a vida" aquele mesmo aluno tinha problema no "Viva a vida", então era feita uma discussão, tinha um psicólogo que acompanhava. E nós participávamos. Enquanto representantes do bairro (E2, 14 de dez., 2011).

De acordo com a E4, essa rede que conectava a assistência social, as escolas, as igrejas e pastorais facilitou a compreensão de alguns comportamentos da comunidade como a ausência das crianças na escola em determinadas épocas do ano. "As crianças na época não passavam do segundo ano em diante, estou falando da Vila Marísia, porque iam catar minhoca no verão e café no inverno em Minas". E, no verão, elas também catavam latinhas "[...] Então nós transformamos o viver de catar latinha que era uma estratégia de sobrevivência, considerado de quinta categoria na época [...] ou seja, a gente começou trocando resíduo por cesta básica e depois pelo ticket do mercadão popular" (E4, 29 de mar., 2012).

Segundo a Agente (E4), o mercado popular era baseado na troca de "ticket" por resíduo sólido. Assim, as pessoas pegavam os "tickets" e deveriam comprar "X" valor em comida, e "X" valor em produtos de limpeza, uma vez que algumas mulheres apresentavam o costume de furtar produtos de limpeza e revender por um valor mais baixo (E4, 29 de mar., 2012).

O incentivo à troca de Resíduos Sólidos por cestas básicas ou "*tickets*" contribuiu para o aumento dessas atividades entre os membros da comunidade. Com isso, a Agente (E4) relata que a comunidade invadiu um terreno irregular da prefeitura, onde começaram a segregar o material reciclável, com o apoio da assistência social. "[...] E a gente [assistentes sociais] éramos o poder público lá, e nós apoiamos a invasão e não deixamos que houvesse nenhum tipo de represália. E também fomos trabalhando o crescimento mesmo, o empoderamento dessa população mesmo [...]" (E4, 29 de mar., 2012).

Essa invasão do terreno, realizada pelos catadores da comunidade, pode caracterizar oportunismo que envolve as subcategorias de força/coerção, ao mesmo tempo em que demonstra confiança na proteção das assistentes sociais que representavam o Poder Público na comunidade. Nesse episódio, relatado pela história de vida da Entrevistada 4 (E4), as categorias de oportunismo e confiança interrelacionam-se, de tal forma, que fica difícil separá-las.

Em vários momentos seguintes, alguns episódios dessas relações estabelecidas, ao longo do tempo, demonstram a dificuldade de uma análise estanque de cada uma delas, já que existe uma interligação entre as categorias, mesmo porque, dependendo do ponto de vista de cada entrevistado, um único episódio pode configurar as categorias Confiança e Oportunismo, simultaneamente. E, segundo Granovetter (2007), a Confiança pode acarretar situações de Oportunismo, ou porque propicia um conhecimento maior entre as pessoas, expondo suas fraquezas, ou porque gera o que ele chama de "Honra entre ladrões". Assim, o autor conclui que cada um dos atributos que caracteriza a força de um laço é um pouco independente do outro, embora haja uma alta inter-correlação entre eles (GRANOVETTER, 1973).

A invasão do terreno² pelos catadores da comunidade, na concepção de Granovetter (2007), seria o reflexo da forma como a rede de relações sociais está estruturada, que acabou afetando a dimensão da desordem, resultante da força e da fraude. Isso quer dizer que os conflitos são relativamente controlados até que os dois lados possam ganhar força, momento em que se igualam em termos de números substanciais de aliados entre as partes interessadas. Os catadores, nesse episódio, tiveram como aliadas as assistentes sociais que protegeram seus interesses perante o Poder Público, permitindo a eles o confronto de seus interesses perante a prefeitura, com base nesse equilíbrio, ou simetria da relação entre catadores e prefeitura.

² Esse terreno foi ocupado pelo "Grupo Mulheres", e elas se mantêm trabalhando nesse mesmo local até hoje, o qual se tornou centro de triagem da COOPEROCHA.

Para Granovetter (1992) a Imersão relacional busca a história das interações entre indivíduos, por isso a importância em resgatar a história de vida da Agente (E4), uma vez que permite levantar suas interações sociais para a constituição da COOPEROCHA. Neste momento, em especial de sua história, a Agente (E4) relata que esse trabalho na Vila Marísia permitiu o primeiro contato com a atual Dirigente da COOPEROCHA (E2), tendo em vista que ela fazia parte da comunidade e participava do projeto "Assistentes comunitárias"; e com o atual Dirigente da Cooperativa (E3) que também teve contato com o trabalho da Agente (E4) na comunidade Nova Conquista. A Agente (E4) declara: "[...] Eu não sei se é constrangedor. Eu não acho constrangedor, mas o **E3** veio de um bairro em que eu fui assistente social e a **E2** veio de um bairro onde eu fui assistente social, e hoje ambos atuam como Dirigentes da COOPEROCHA" (E4, 29 de mar., 2012).

Inclusive a E2 relata como conheceu a E4, por meio de uma discussão, as duas confirmaram a história de como se conheceram, demonstrando a mútua expectativa da relação estabelecida entre elas: ideologia. Quando questionada sobre a relação que mantém com a Agente (E4), e como se conheceram, a Dirigente da COOPEROCHA, afirmou:

Porque eu trabalhava no Viscardi. Trabalhei 5 (cinco) anos de caixa. E eu iria ter o meu primeiro filho. Aí eu e o meu marido decidimos que eu não voltaria a trabalhar depois dos seis meses e iria entrar no acerto. E iria ficar cuidando do meu primeiro filho. Aquele negócio de primeiro filho. Aí, como eu trabalhava e meu esposo também, a gente tinha murado a casa. Por mais que a casa era numa favela. Mas era casa da COHAB, então nós muramos e aumentamos. Mas eu não pegava cesta básica. Eu não tinha cadastro. Aí um dia eu fui perguntar pra...e nesse dia eu já tinha parado de trabalhar. Já tinha ficado sem trabalhar. Aí eu fui procurar ela [E4]. E eu queria saber se só tem direito...eu perguntei pra ela: - Por que eu fiz um muro na minha casa eu não tenho direito à cesta básica? Aí ela disse assim: - Mas você nunca me procurou! Como que você está dizendo que você não tem direito. Então começamos meio assim né. Por esse motivo (E2, 14 de dez., 2011).

Segundo a E4, a coleta seletiva começou na Vila Marísia como uma forma de resolver os problemas econômicos e sociais da comunidade, buscando aliar a necessidade dos integrantes da comunidade à sua capacidade de trabalho. E foi com a criação de um grupo formado por 7 (sete) mulheres, aliadas ao projeto comunitário "Assistentes Comunitárias", em 1999, as quais começaram a desenvolver atividades de qualificação e capacitação para o trabalho e renda, originando uma ONG³ de reciclagem, famosa em Londrina – e que mais tarde se tornou centro de triagem da COOPEROCHA. "[...] Em 1999, [...] a gente chegou à conclusão de que o material era de péssima qualidade, e que não tinha separação do lixo.

³ Para evitar o reconhecimento do Grupo, preferiu-se suprimir o nome da ONG.

Vinha muita coisa misturada [que o caminhão da prefeitura trazia de resíduos]. Aí começou o trabalho porta-a-porta" (E2, 14 de dez., 2011) e a implantação do saco verde para a coleta.

Aliás, a E2 pontua que o vínculo estabelecido, no grupo de mulheres da comunidade "[...] começou mesmo para acrescentar algo àquelas mulheres, que eram usuárias de droga, que eram espancadas pelos maridos, que eram chefes de família. Quando nós nos juntamos para trabalhar, o objetivo era trabalhar a autoestima da mulher" (E2, 14 de dez., 2011), ressaltando que o dinheiro não foi o principal item que as uniu e sim o seu resgate.

É importante observar, no depoimento da Dirigente da COOPEROCHA, a preocupação que havia em relação à qualificação profissional de mulheres que enfrentavam problemas sociais, sendo relegado a um segundo plano o interesse por ganhos econômicos. E o centro de triagem mais produtivo da COOPEROCHA, hoje, é o que se originou deste grupo de mulheres, justamente pelas relações sociais estabelecidas entre elas, conforme será analisado mais adiante nas subcategorias identificação, continuidade das relações e serviços recíprocos, item 5.3.

No período em que a Agente (E4) permaneceu como Assistente Social na Vila Marísia (1997-1999) o “Grupo Mulheres” conseguiu fazer uma parceria com representantes do Japão, os quais deram R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para que instalassem um barracão⁴ - uma cobertura para o local onde os resíduos eram depositados. A forma como eles conseguiram captar recursos do Japão ocorreu da seguinte forma: a Agente (E4) foi a uma reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, momento em que a Secretária Municipal anunciou: “[...] gente uma japonesinha chamada Celina, engenheira da prefeitura, me procurou e ela queria fazer um projeto de trabalho e renda de captação de recursos do Japão. Ela acabou de vir de uma especialização, [...] e ela tem um contato com o Consulado em Curitiba. Alguém tem interesse?” Quando a E4 ouviu esse anúncio demonstrou interesse instantaneamente, pois a estrutura física sob a qual as mulheres do “Grupo Mulheres” trabalhavam, segundo o relato da Agente (E4), “[...] Eram 4 paus⁵, assim, e uma lona. E aquele monte de mulher embaixo. Pensei: - Mas eu não tenho nem coragem de falar que ali é trabalho e renda. Tá certo que elas tão vivendo do trabalho daquela renda” (E4, 29 de mar., 2012). Fizeram o projeto com a ajuda da engenheira e conseguiram os R\$80.000,00 (oitenta mil reais), e a visita dos japoneses que estavam investindo o valor na estrutura física do estabelecimento.

⁴ No terreno invadido pela comunidade, conforme relato anterior.

⁵ A figura 3 apresenta a realidade do “Grupo Mulheres”, conforme relato da E4.

Figura 2 - Realidade dos catadores



Fonte: Bensen (2005).

A E4 inclusive dá detalhes do momento em que as representantes do "Grupo Mulheres" receberam o cheque no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais):

Nós fomos lá buscar o dinheiro. Aí no dia nós pegamos o cheque na mão. E eu falei pra elas: E2 e Maria....[um dia pergunte isso p/ elas]...eu falei pra elas o seguinte: - Olha gente esse dinheiro aqui é do "Grupo Mulheres". Se for desviada uma casca de bala, eu vou mandar matar vocês (risos). Diz que elas têm isso na cabeça até hoje. Uma casca, se descobrir...uma casca de bala. E nós fomos a Curitiba buscar....fomos atendidas pelo consulado. Só no banco eu as deixei irem sozinhas. Mas foi uma coisa muito doída pra mim. Porque elas saíram do banco tão decepcionadas com a alma humana. Porque as duas negras, e a Maria⁶ também não é tão negra, né?! Mas elas foram tão maltratadas, com um cheque de R\$80.000,00 na mão e ninguém acreditava. Foi uma das coisas mais tristes da minha vida. Elas nem sabem.... depois que elas me contaram eu chorei tanto, tanto, tanto....porque que mundo né?! (E4, 29 de mar., 2012).

Esse episódio foi confirmado pelas 2 (duas) entrevistadas: E2 e E4. Houve desconfiança, por parte da Agente (E4), em entregar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para as representantes do "Grupo Mulheres". Ao mesmo tempo em que a Agente (E4) entregou o valor, ela manteve o controle sobre as integrantes do grupo.

⁶ Nome fictício da integrante do "Grupo Mulheres".

Há uma característica que emerge em meio a esse depoimento: a questão da raça, pois as mulheres que atuam nesse grupo são predominantemente afrodescendentes. Essa característica remete à subcategoria da identificação ou semelhança entre os membros do grupo. Aliás, entre os membros cooperados da COOPEROCHA existe a predominância da raça afrodescendente, em todos os níveis hierárquicos da organização: a Dirigente (E2), o Dirigente (E3), e a Cooperada (E7) são afrodescendentes.

Depois desse episódio, em 1999, a E4 saiu da Vila Marísia porque teve problemas em aceitar a postura autoritária da E2, frente ao comando da ONG. Segundo a Agente (E4), tal postura acabou criando uma dependência das pessoas envolvidas no processo em relação à E2, aumentando o seu poder. No entanto, a E4 esclarece que a E2 apresenta uma postura protecionista em relação ao seu grupo, buscando sempre benefícios ao seu centro de triagem de origem, formado com base no “Grupo Mulheres”. Esses episódios serão relatados com maiores detalhes, no item 5.4, sobre "Episódios de Oportunismo".

Em 2000, segundo a Agente (E4), diante da conscientização da população e das mobilizações de movimentos ambientais em Londrina, bem como da interferência da promotoria do meio ambiente, os catadores foram proibidos de permanecer no lixão. Essa proibição fez com que surgissem grupos de catadores: catadores do lixão, catadores avulsos e catadores das assistentes sociais (de comunidades).

Assim, o poder público incentivou a formação de Ong's para facilitar e regularizar o processo de parcerias com a Prefeitura de Londrina. Com base nessa classificação dos tipos de catadores, acreditou-se que se formariam apenas 5 (cinco) Ong's. No entanto, formaram-se 33 (trinta e três) Ong's.

[...] as Ong's eram todas de 6 pessoas (risos). Era ele [catador] e a família, entendeu? Então, se por um lado, essa experiência de Ong, de Estatuto, de Registro, de Documentação, de aluguel de barracão, de convênio, foi algo imprescindível para uma organização muito maior, [...] por outro lado [...], a força que transformou foi a força que cristalizou (E4, 29 de mar., 2012).

De acordo com o depoimento da Agente (E4), observa-se que existia uma classificação dos catadores, ainda que não estivessem regularmente organizados formalmente em organizações hierárquicas. Nesse caso, existiam: catadores do lixão, catadores avulsos e catadores das assistentes sociais referentes às comunidades. O “Grupo Mulheres” pode ser classificado entre os catadores de comunidades que tinham o acompanhamento das Assistentes Sociais. Apesar de os grupos de catadores de comunidades estarem em condições melhores e mais adequadas de trabalho do que os catadores avulsos e os do lixão, a proibição

emanada do Ministério Público, conforme relato da E4, e o consequente fechamento do “Lixão” afetou a todos de maneira positiva. Isso ocorreu porque a CMTU - Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina – comprometeu-se em regularizar as atividades de coleta seletiva de Londrina, e contratar os serviços dos catadores, estabelecendo parcerias com a prefeitura.

Em 2002, depois da cristalização das Ong's, foi constituída a CEPEVE (Centro de Venda e Compra de Materiais Recicláveis) com a finalidade de ajudar os catadores a se organizarem e venderem os materiais coletados e segregados, dentro dos Centros de Triagem das Ong's, em grandes quantidades. Ou seja, foi a primeira proposta de compra e venda coletiva do material reciclável, para aqueles catadores que estavam dispostos a serem filiados à CEPEVE. Porém, a Agente (E4) viu, nessa instituição, um equívoco, pois “[...] era uma organização que tinha como objetivo pensar, pensar e vender junto. Todo mundo junto. Mas sem nenhuma outra unidade, só a venda. [...] O que isso trazia de qualidade no serviço, qualidade de vida, qualidade da organização mesmo? Do protagonismo, da autonomia?” (E4, 29 de mar., 2012).

Apesar do posicionamento da Agente (E4) não ser positiva em relação à CEPEVE, observa-se que o Centro de Venda e Compra de Materiais Recicláveis foi uma primeira organização coletiva dos catadores com a finalidade de aumentar as vendas, e melhorar o seu preço. Além disso, permitia o acesso de todos à prensa do material, o que garantia valor maior de venda do material. A CEPEVE foi, pois, um início da compreensão da possibilidade em desenvolver e organizar o trabalho coletivo dos catadores de Londrina.

Nesse ponto, cabe lembrar a ideia de Granovetter (2007) sobre Ordem, ele enfatiza que as relações estabelecidas no mercado podem apresentar Ordem, enquanto, em alguns casos, a Hierarquia pode apresentar desordem, de acordo com o caráter informal intraorganizacional.

A relação entre os catadores e a Agente (E4), de acordo com a percepção desta, era totalmente transparente e de total confiança. Ela relata que os conscientizava sobre o seu papel de “Gestora Pública”, razão pela qual eles deveriam aprender a defender seus interesses enquanto catadores. “[...] Eu dizia: - Não, gente, eu aqui com vocês sou gestora pública. Eu defendo a Administração Pública Municipal. Aqui nesse momento e nessa negociação”. Mas destacava que “[...] No dia-a-dia, o meu companheirismo, a minha afinidade, a minha espontaneidade, [...] significa que vocês estão conhecendo o meu eu. Mas em todos os momentos, vocês têm que ter uma relação comigo de prestador de serviço à administração pública”. Sempre reforçando que os preparavam para enfrentar o poder público,

em busca de seus interesses coletivos, quando afirmava "[...] eu estou preparando vocês para que um dia, vocês todos lutem com o poder público. Porque é isso mesmo, vai chegar um dia que os interesses vão ser divergentes" (E4, 29 de mar., 2012).

Aliás, essa visão da Agente (E4) é um dos pontos divergentes, segundo seu depoimento, em relação à postura da Dirigente da COOPEROCHA (E2). Enquanto a Agente (E4) luta pela independência do catador e pelo seu desenvolvimento como proteção aos seus direitos, a Dirigente (E2) centraliza o poder administrativo e organizacional em suas mãos, aproveitando-se da comodidade dos membros da cooperativa ao confiarem em seu trabalho, mantendo-se no poder e criando uma relação de dependência. A Agente (E4) discorda da postura centralizadora da E2 em manter uma relação de dependência dos acatadores à sua figura. Isso porque a Dirigente (E2) da cooperativa não descentraliza o poder da direção, mantendo as informações e a administração centrada em suas mãos. Essa postura centralizadora gera a dependência dos catadores à sua administração e, ao longo do tempo, pode ser nociva ao desenvolvimento dos catadores, e até mesmo para o ideal de Economia Solidária citada no Estatuto da cooperativa.

A dependência dos catadores à cúpula da administração da cooperativa não condiz com os preceitos da Economia Solidária que busca a autogestão e a igualdade. Assim, a centralização do poder decisório e administrativo da cooperativa pode comprometer o desenvolvimento dos cooperados em assumirem a organização e a administração da COOPEROCHA, futuramente, disseminando com isso a ideia de igualdade de oportunidades.

Até que, em 2007, segundo a Agente (E4), diante de mais uma crise mundial que resultou na queda da procura pelos materiais recicláveis, ela (E4) foi encaminhada para a comunidade "Nova Conquista" que também tinha uma ONG de catadores. A ONG era presidida pelo atual Dirigente da COOPEROCHA (E3). Desde 1999, a E4 não manteve mais contato com a E2, porém, por causa da crise foi procurada pela Dirigente da Cooperativa (E2), a qual alegou que precisava de cestas básicas, também, para a sua ONG. E foi nesse momento de reencontro das 3 (três) principais figuras da história da cooperativa que se deu, efetivamente, início à ideia de constituir a COOPEROCHA.

A E4 relata que existiu uma comissão pré-constituição da cooperativa formada por 9 (nove) membros, todos Presidentes de Ong's. Desses 9 (nove) membros, foram entrevistados 7 (sete): E1, E2, E3, E7, E9, E11 e E13. Os 9 (nove) líderes de ONG's participaram de 6 (seis) encontros nos quais foram trabalhados os seguintes temas: formação de identidade, compreensão das questões ambientais, tipos de resíduos, legislação, diferença entre ONG e Cooperativa e o último encontro tratava de Economia Solidária. A E4 ressalta

que o "Programa Municipal de Economia Solidária" teve papel preponderante na formação da cooperativa, pois, além de apoiar a forma jurídica de cooperativa, ofereceu subsídios e ainda acompanha as atividades da cooperativa. Inclusive a E4 teve contato direto de apoio da Assistente Social coordenadora do PMES - Programa Municipal de Economia Solidária - durante todo o processo, a qual esteve presente na Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa.

Segundo o depoimento da Agente (E4), os 9 (nove) líderes terminaram o processo de formação, em agosto de 2009, sendo que a Cooperativa foi fundada em seguida. No entanto, para a sua constituição, eram necessários 20 (vinte) membros na Ata de Assembleia Geral de Constituição. Então, os 9 (nove) líderes poderiam levar mais 1 (uma) pessoa de sua escolha para constituir a Cooperativa.

A história das relações sociais referentes à pessoa da Agente (E4) permitiu compreender como surgiram interações entre ela e outros atores importantes na Constituição da COOPEROCHA. Essas interações, no decorrer da história, podem ser classificadas como episódios de confiança, oportunismo e ordem – separadamente, ou simultaneamente.

Portanto, observou-se que a categoria “Confiança” aparece com maior frequência no discurso dos entrevistados, uma vez que fundamenta o processo de construção de interações entre eles. Nas subcategorias da “Confiança”, destaca-se a “Reputação ou honestidade na forma como negocia”, pois que todos os entrevistados – sem exceção – declararam sua confiança na Agente (E4), com base na sua honestidade e reputação na época em que ela distribuía cestas básicas, bem como sua transparência ao tratar com eles, passando informações verdadeiras e cumprindo com sua palavra.

5.2.2 História de vida da E2

O histórico de interações, ao longo da vida da Dirigente da COOPEROCHA (E2), em relação à constituição da cooperativa, encontra conexões com o histórico de interações com a E4, apresentado anteriormente.

Quando questionada sobre como conheceu a E4, a Dirigente da Cooperativa (E2) declarou que esteve desempregada em 1998, porque resolveu cuidar de seu primeiro filho. Foi nesse momento que ela resolveu pedir auxílio para receber cestas básicas da assistência social da comunidade da Vila Marísia, vindo a conhecer a Agente (E4), porque foi efetuar o seu cadastro para receber o benefício social.

Depois desse primeiro contato com a E4, a Dirigente da COOPEROCHA (E2) efetuou seu cadastro como beneficiária da cesta básica, e como consequência, se inscreveu no projeto "Assistentes Comunitárias", mulheres da comunidade que - em troca da cesta básica - ajudavam as Assistentes Sociais a coletar informações e acompanhar as atividades desenvolvidas em outros projetos pela comunidade como: "Quintal Nota 10", "Horta Comunitária", projetos que eram geridos pela E4 na comunidade da Vila Marísia, na época.

As atribuições das Assistentes Comunitárias eram: acompanhar as famílias da comunidade, com um relatório; verificar se as crianças estavam frequentando a escola regularmente; acompanhar a alimentação das crianças; verificar se os quintais das casas estavam limpos, referente ao projeto "Quinta Nota 10" – uma forma de evitar a dengue; e, o acompanhamento da horta da comunidade (E2, 14 de dez., 2011).

Entre os projetos desenvolvidos pela Ação Comunitária, conforme o depoimento da Agente (E4) apresentado anteriormente, destaca-se a coleta seletiva, pois, segundo o relato da E4, o acompanhamento das Assistentes Comunitárias levou ao diagnóstico de que muitas famílias tiravam sua renda por meio da coleta e venda de materiais recicláveis. Entre as famílias beneficiárias da venda de materiais recicláveis, estava a da Dirigente da Cooperativa (E2), juntamente com um grupo de membros da comunidade (E2, 14 de dez., 2011).

Na época, 1998, a coleta seletiva do grupo da comunidade resolveu contatar a prefeitura para averiguar a possibilidade de coletar os resíduos sólidos do centro, próximo à comunidade. A prefeitura, na época, havia assumido a coleta seletiva da região, retirando o ponto da comunidade, por isso foram reivindicar a possibilidade de voltar a ter acesso a esse material.

[...] Aí eles se mobilizaram e conversaram comigo [E2] pra orientar no que eles poderiam fazer. Aí a gente marcou uma reunião na CMTU, e fomos conversar com o presidente da CMTU [...] Aí ele orientou: - Vocês querem esse material para vocês, então vocês se organizem, quando vocês tiverem organizados, a gente manda esse material para vocês (E2, 14 de dez., 2011).

Observa-se, no trecho acima, que existia uma distribuição de área de coleta seletiva, conforme a classificação dos catadores: avulsos, comunidades e lixão. Lembrando que o depoimento da Dirigente da cooperativa (E2) refere –se ao ano de 1998, época em que o "Lixão" era vigente. A organização pela CMTU - Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina – na época, restringia-se a efetuar a coleta de uma determinada área, sem qualquer

organização mais elaborada em termos de trabalho coletivo, e sem receber qualquer contribuição da prefeitura pela prestação de serviços.

Apesar de não terem uma organização formal e hierárquica pré-estabelecida, é possível detectar pelo depoimento da E2 que existia uma “Organização Comunitária”, em especial na Vila Marísia, fruto da assistência social que os organizavam desde 1996, promovendo educação, alimentação e trabalho – inclusão social. Essa “Organização Comunitária” emerge em meio aos problemas sociais, como uma maneira de sobrevivência diante da crise, podendo se encaixar entre os preceitos de Granovetter (2007) como uma Organização fruto do mercado, sem hierarquia ou coordenação previamente determinada, mas como uma reação às crises do mercado, dentro de uma perspectiva neoliberal e de autorregulação do mercado.

Em 2000, a Lei nº 33, promulgada em 27 de dezembro de 2000, alterou a Lei Orgânica Municipal de Londrina (LOM), seguindo os dispositivos da Constituição Federal, ao estabelecer como competência do Município de Londrina a limpeza das vias e logradouros públicos, a remoção e o destino final do lixo domiciliar, hospitalar e industrial, e de outros resíduos de qualquer natureza (Art. 5º, inc. XX, LOM). A partir desse momento, com a definição da competência do município pela legislação, a prefeitura passa a ser encarregada pela prestação de serviço de coleta seletiva em Londrina.

Depois da reunião com o Diretor da CMTU, de acordo com o relato da E2, os catadores mobilizaram-se a fim de conseguir melhores condições de trabalho, momento em que foram para a Fazenda Refúgio. Para esclarecer melhor, a Fazenda Refúgio foi o lugar para onde a prefeitura encaminhou os catadores do “Lixão”, depois do fechamento pela Promotoria do Meio Ambiente em 2001 (E2, 14 de dez., 2011).

Assim, a Dirigente da cooperativa (E2) afirma que todo o material coletado pelo caminhão da prefeitura era enviado para a Fazenda Refúgio para que os catadores separassem o material. Os catadores permaneceram na Fazenda Refúgio por 40 (quarenta) dias numa espécie de estágio. “[...] Depois desses 40 dias de estágio, cada pessoa voltou para sua origem, para seu bairro com a função de formar um grupo de catadores, mapear o setor que iriam fazer a coleta e a prefeitura iria dar suporte. Assim, que se formou o grupo da “ONG Reciclar”⁷ (E2,14 de dez., 2011).

Verifica-se aqui as categorias “Ordem” e “Oportunismo” ao mesmo tempo. Primeiro, a Ordem proposta pela CMTU, ao oferecer um estágio de aprendizagem sobre a

⁷ Nome fictício dado à ONG, fruto do “Grupo Mulheres”.

segregação do material reciclável na Fazenda Refúgio, e a propagação do ensino do estágio por meio daqueles que participaram, encarregados de disseminar a separação correta do Resíduo Sólido por meio de lideranças informais. Entre essas lideranças, verifica-se a E2, hoje Dirigente da COOPEROCHA. Essas lideranças acabaram criando ONG's individuais com base em suas estruturas familiares, conforme depoimento da Agente (E4).

O Oportunismo está na postura da Prefeitura de Londrina que demorou, pelo menos, 8 (oito) anos, para regularizar o pagamento aos catadores por um serviço prestado à sociedade, sendo, no entanto, de sua competência. Efetivamente, o Poder Público atribuiu a responsabilidade das mazelas da sociedade aos catadores, sem qualquer preocupação em lhes oferecer um suporte financeiro efetivo. Isso demonstra a Assimetria na relação entre catadores e Poder Público.

A ONG "Reciclar" foi fruto da organização do "Grupo Mulheres", constituído pelas mulheres da comunidade Vila Marísia. A E2 foi uma das 7 (sete) mulheres que formou o grupo comunitário. Segundo seu depoimento, esse grupo era composto essencialmente por mulheres que catavam papel e se reuniram para poder criar grupos de geração de renda diante da queda do preço do papel - perceberam que o material coletado pela prefeitura era de péssima qualidade, uma vez que vinha misturado com o lixo orgânico, razão pela qual resolveram dar início à coleta porta-a-porta. "[...] a gente fez um teste passando a deixar os saquinhos, e depois de uma semana voltar e passar recolhendo. [...] Então ela [a ONG "Reciclar"] começou a existir dentro da Associação de Mulheres, com a necessidade [...] de gerar outras fontes de renda como: sabão, horta." (E2,14 de dez., 2011).

O vínculo entre essas mulheres, de acordo com a Dirigente da cooperativa (E2), foi estabelecido com base em situações de sofrimento e ajuda mútua, envolvendo muitas conquistas, como o projeto aprovado pelo Japão (conforme depoimento da E4), mulheres usuárias de drogas que superaram o vício, mulheres que furtavam e conseguiram superar as dificuldades financeiras. Questionada sobre o diferencial do "Grupo Mulheres", a Dirigente da cooperativa relata "[...] Então, assim, é um diferencial. E isso reflete em tudo, na harmonia do grupo, nos ganhos do centro de triagem, na comercialização. Eles sempre, graças a Deus, estão à frente desse trabalho" (E2,14 de dez., 2011).

Essa relação de ajuda mútua, bem como o fato de se unirem por problemas semelhantes – com a família, violência, e exclusão social – fez com que essas mulheres constituíssem um grupo coeso. A coesão permite a intensificação dos contatos mútuos entre díades, conectados com outras díades, o que facilita a disseminação de informações de uma maneira mais eficiente para os membros do grupo, ampliando a sua capacidade de moldar

comportamentos. Por isso, Granovetter (2007) afirma que os grupos coesos apresentam facilidade para disseminar informações entre as redes de relações, gerando normas, estruturas simbólicas e culturais que afetam o comportamento dos indivíduos.

Essa coesão vem garantindo ao grupo “Reciclar” o título de maior produtividade, pois essas mulheres, além de ter uma identificação ou grau de afinidade maior em relação aos outros grupos, trabalham juntas há pelo menos 14 (quatorze) anos. E isso ganha força diante da subcategoria “Continuidade” que permite verificar o tempo dispendido juntas. Esse tempo, que poderia ser ainda classificado como “frequência”, segundo Granovetter (1973), pode trazer ao longo dos anos a intimidade e a confidencialidade que estreitam os laços entre os indivíduos, tornando-os mais fortes e, conseqüentemente, mais coesos.

Deve-se ater também para as dificuldades que um grupo coeso pode apresentar ao longo do tempo, como o fechamento do grupo. Isso ocorre porque um grande número de relacionamentos com um baixo grau de Imersão relacional facilita a disseminação de novo conhecimento no grupo, ao passo que um alto grau de integração entre o grupo e seus homólogos, absorve melhor o novo conhecimento. Assim, existem estruturas abertas e fechadas. A esse fato conclui-se que a configuração de redes e relações influencia na possibilidade do grupo encontrar e explorar oportunidades, determinando a sua capacidade ou restrição em termos de captação de recursos (GRANOVETTER, 1973; ANDERSSON; JOHANSON; HOLM, 2006).

Existe, no entanto, um fato que intriga a afirmação dos autores citados acima. O “Grupo Mulheres” apresenta evidências de coesão, podendo-se afirmar que se trata de um grupo fechado em termos de relações sociais, diante da identificação e semelhança entre os membros do grupo. Mas a coesão não impediu o grupo de inovar, pelo contrário, ele detém o maior nível de captação de recursos e benefícios. Inclusive, foi esse grupo que conseguiu recursos com o projeto enviado aos japoneses, angariando um fundo de investimento no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em 1998. Logo, o presente trabalho traz o seguinte questionamento: “se realmente a coesão seria um fator limitador à captação de recursos e ao processo de inovação?”, contrário à ideia de Granovetter (1973).

Inclusive a E0, membro do grupo "Recilar", hoje, centro de triagem da cooperativa, relatou os fatos em torno do projeto enviado ao Japão, reforçando os relatos da E4, item 5.2.1.

Me lembro até hoje a E4 dentro do banco falou pra mim e a E2: - Oh esse dinheiro é 74 mil se sumir um centavo vocês vão ver o que vai acontecer com vocês - dentro do banco! Você acredita que ela falou isso pra nós?! Acho que ela pensou que a gente ia roubar né. Você acha?! O que é dos outros é dos outros, o que é da gente é da gente. Ela falo isso pra gente. Mas graças à Deus durante 10 (dez) anos o japonês ficou vindo aqui e bateu toda a conta não faltou um centavo tudo certinho . (E0, 19 de jun. 2011).

Então esse acompanhamento de perto e a vivência entre essas mulheres do antigo "Grupo Mulheres" marcou a trajetória de vida da E2, a qual relata que o marco do grupo foi a "[...] a questão da dignidade". A recuperação da dignidade foi um fato marcante nesse processo de desenvolvimento e crescimento profissional das integrantes do grupo. "[...] Elas próprias relatam isso, de entrarem no supermercado e já serem conhecidas porque faziam pequenos furtos. Então elas entravam e as pessoas já entravam atrás. Então já anunciavam a entrada delas. Ainda mais nos mercados de vila" (E2, 14 de dez., 2011).

Depois desse trabalho realizado em grupo, "[...] elas passaram a entrar de cabeça erguida. Então o teu cartão de crédito, o teu cheque tem valor. Ela poder comprar o seu alimento, a sua roupa. Essa dignidade, elas falam com muito orgulho dela", concluindo que "[...] Vale a pena a gente acreditar que o ser humano é capaz de se transformar, e que ele só precisa de um espaço. Isso para mim é muito marcante" (E2, 14 de dez., 2011).

A dignidade é uma das características do “Grupo Mulheres”. O depoimento da E0 demonstra a configuração da ética do grupo “[...] O que é dos outros é dos outros” (E0, 19 de jun., 2011), ou seja, a preocupação com a questão do furto leva à construção de valores entre os membros do grupo. Segundo a Dirigente da COOPEROCHA (E2), o “Grupo Mulheres” até hoje mantém um sistema rígido de normas, regras, ética e valores. Inclusive ela relata que existe cobrança entre os membros do grupo, um fica controlando a produtividade do outro, e se está separando o material de forma correta, caso contrário, chamam a atenção do membro desatento.

Esse controle entre os membros do grupo, relatado pela E2, caracteriza mais uma vez a Coesão, levantada por Granovetter (2007), em que os membros do grupo se concentram nas relações do grupo e no desenvolvimento do seu trabalho, absorvendo melhor o conhecimento, no entanto, sem laços fracos que tragam a inovação.

Em seguida, a E2 foi diretora da CEPEVE (Centro de Vendas e Compras de Material Reciclável), segundo seu relato, durante os anos de 2001 e 2002. Na verdade, ela e as mulheres do "Grupo Mulheres" constituíram a ONG chamada "Reciclar" e se filiaram à

CEPEVE. No Centro de Vendas e Compras de Material Reciclável eles faziam a pesagem, compra e venda de materiais recicláveis com os grupos de outras ONG's da época.

No decorrer do seu trabalho, a E2 teve um conflito com outra integrante da CEPEVE, a qual também fazia parte da diretoria. E a partir daí ocorreu uma divisão entre os grupos de coleta seletiva em Londrina. Aqueles que confiam e mantêm contato com a E2 foram direcionados para a atual COOPEROCHA. Os outros entraram em Cooperativas do mesmo setor de atividade, ou então se aliaram à atual cooperativa comandada pela “Samanta”⁸.

Essa separação da coleta seletiva de Londrina entre duas líderes foi a evidência mais relevante do presente estudo, em se tratando das influências das relações sociais na estrutura e organização do setor de coleta de materiais recicláveis, que, por sinal, vem ao encontro do pressuposto de Granovetter (2007): a Ação Econômica sofre influência das redes de contatos dos negociantes, e pode determinar as circunstâncias em que os negócios serão transacionados.

É evidente a separação entre elas, e há uma “Guerra fria”⁹ estabelecida entre as duas líderes: E2 e Samanta¹⁰. Segundo depoimento da E4, no momento em que as negociações sobre a constituição da cooperativa estavam em andamento, foi preciso conversar com a E2 e a Samanta sobre doações realizadas pela Promotora de Justiça da época. Para conversar com as duas, a E4 relata que precisou marcar um horário em um Hipermercado de Londrina, estabelecido pelas duas líderes como território neutro, uma vez que não haveria invasão do território de uma pela outra. O Hipermercado fica justamente entre a divisão de território de coleta entre as duas líderes.

Essa disputa por território e recursos entre E2 e Samanta deve-se a um conflito do passado, enquanto eram gestoras da CEPEVE. Apesar de questionar todos os entrevistados sobre o conflito, indagando qual seria o motivo da contenda, os entrevistados calavam-se diante dessa pergunta e preferiram não expressar sua opinião sobre o fato, inclusive a Agente (E4). Apesar de se calarem sobre o conflito, eles se posicionavam quanto à escolha de uma entre as duas líderes, atribuindo características positivas e negativas a ambas.

Esse conflito do passado retoma a ideia de Granovetter (1992) quando afirma que um elo baseado em experiências passadas, não volta ao "Zero" na sua construção,

⁸ Nome fictício da ex-dirigente da CEPEVE.

⁹ Utilizou-se metaforicamente o nome “Guerra Fria” por considerar uma guerra sem derramamento de sangue.

¹⁰ Samanta não foi entrevistada, pois não se encaixou nos critérios de escolha dos “Sujeitos da Pesquisa”, item 4.2.

mas dá continuidade ao que foi construído, anteriormente, e pode afetar relações futuras – como foi o caso entre E2 e Samanta.

Verifica-se também que há uma similaridade de forças entre os grupos das duas líderes, mantendo igualitária a disputa por território de coleta seletiva de Londrina, de recursos financeiros da Prefeitura e doadores do setor. Entre aqueles que não se encontram em condições igualitárias de disputa, existe uma subserviência em relação às duas líderes do setor de coleta seletiva. Assim, os catadores, avulsos ou cooperados de outras cooperativas, assumem um lado quando entram no setor de coleta seletiva. O posicionamento dos catadores, em geral em relação às duas lideranças, pauta-se na reputação das líderes no ramo de coleta e segregação de materiais recicláveis.

Por enquanto, existe uma igualdade de forças entre as líderes, mas, caso ocorra um desequilíbrio futuramente, esse conflito pode determinar a estrutura da Coleta Seletiva de Londrina, ao estabelecer um novo domínio sobre o setor.

A E4, quando questionada sobre o conflito entre as líderes, respondeu que “[...] Cada um fala uma coisa. E eu também essas conversas, assim, de muita conversa, não gosto [...] foi um problema entre as 2 (duas) que persiste até hoje” (E4, 29 de mar., 2012).

Quando a E2 saiu da CEPEVE, o E3 estava entrando na sua direção. Até aquele momento eles se comunicavam, por meio das reuniões realizadas na CEPEVE, como seus filiados. Segundo relato do E3, ele conhecia muito pouco a E2, nessa época, “[...] porque logo que eu passei a ser presidente da [Ong] foi bem na época que a E2 estava saindo da CEPEVE. Ela era presidenta da CEPEVE. E houve lá um...alguma coisa entre ela e a Samanta e ela estava saindo. Então eu tive pouco conhecimento com ela” (E3, 20 de mar., 2012).

Dando continuidade ao relato de sua história com a coleta seletiva, a Dirigente da COOPEROCHA (E2) afirma que, depois de sua saída da CEPEVE, ficou trabalhando apenas na ONG “Reciclar”. Entre 2007 e 2008, mais uma vez os catadores são surpreendidos com uma crise mundial¹¹. E esse fato, segundo a E2, os levou a buscar auxílio da prefeitura. Nesse momento, começa a discussão em torno da possibilidade de formar uma cooperativa de catadores, com base na promulgação da Lei n. 11.445/2007, que prevê a dispensa de licitação de serviços públicos em caso de cooperativas de catadores.

Para E2, a COOPEROCHA foi fruto da crise de 2008, ao afirmar que “[...] a dificuldade bateu à porta e a gente se mobilizou, né. E primeiro fomos procurar a forma legal [para formar uma cooperativa] qual seria” (E2, 14 de dez., 2011). O poder público estava

¹¹ Lembrando que a Agente (E4) havia se afastado da Dirigente da cooperativa (E2), desde 1999, por divergência de ideias.

propondo a contratação de Cooperativas "[...] e aí a gente começou a fazer reuniões e discutir o que era uma Cooperativa, como poderia ser o contrato e começar as discussões. Mas assim, não houve uma reunião pra isso. Foi somente o boca-a-boca [divulgação entre os catadores] mesmo e se mobilizando" (E2, 14 de dez., 2011).

Segundo a Dirigente (E2), a divulgação da ideia de constituição entre os catadores ocorreu em praças no centro de Londrina, nos momentos de descanso dos catadores. Isso ocorreu por meio de “boca-a-boca”, um ouvia e passava para os demais a possibilidade de formar uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos.

[...] Fizemos algumas reuniões na praça mesmo, porque não tinha local. O pessoal estava coletando e eles paravam tal hora ali no centro. Vinham com o carrinho e a gente conversava e foi dessa forma que aconteceu. Não teve nada assim marcado dia, horário, e nem lugar. A gente começou as discussões de maneira informal (E2, 14 de dez., 2011).

Quando questionada sobre os motivos que levaram à constituição da COOPEROCHA, a Dirigente (E2) afirmou que foi a dificuldade financeira. Inclusive, relata que foi a dificuldade financeira que trouxe a Agente (E4) novamente a atuar com coleta seletiva, mais uma vez, "[...] Porque eu [E2], enquanto eu sempre trabalhei, sempre estive inserida nesse trabalho dentro de Londrina. E a Agente (E4) porque como o preço estava caindo e não estava vendendo material, esse público ia bater na porta dela. Então ela também estava sentindo isso lá" (E2, 14 de dez., 2011).

Esse relato das circunstâncias, em torno da coleta seletiva em 2007 e 2008, apresenta o contexto econômico, político e social vivido pelos catadores naquele momento de crise. Esse contexto determinou a constituição da cooperativa, uma vez que foi reflexo da legislação que entrava em vigor naquele momento, exigindo a valorização de cooperativas de catadores, como um incentivo à inclusão social dessa classe de trabalhadores, e refletindo sobre a mobilização social em prol da classe. Isso remete à compreensão de Granovetter (1992) em não restringir as influências das relações sociais na ação econômica apenas à cultura, mas ampliar os reflexos das relações sociais sobre a economia, a partir do contexto histórico político, econômico e social que a circundam.

Além da influência das relações sociais sobre a constituição da cooperativa à época, observa-se nos relatos da Dirigente da COOPEROCHA (E2), a admiração em relação à atividade desempenhada e desenvolvida pela Agente (E4). Em muitos momentos ao longo de seu depoimento, E2 fala da relação que mantém com a E4. Como começou essa relação na Vila Marísia, as divergências e a ideologia. Aliás, quando a E2 fala em ideologia, refere-se a

uma sociedade melhor, mais justa e educada. E, segundo ela, as duas comungam dessa mesma ideologia, a ponto de a Dirigente (E2) estar cursando Graduação em Serviço Social, seguindo os passos da Agente (E4).

Portanto, o que chama a atenção, na história de vida da Dirigente da COOPEROCHA, foi a sua relação com o “Grupo Mulheres” e a permanência do grupo até hoje, como referência, inclusive de produtividade, diante da harmonia e coesão do grupo. Outro fator importante foi o conflito com Samanta, o qual determinou a divisão dos catadores no setor de coleta seletiva de Londrina. Esses dois episódios relatam, respectivamente, a confiança e o oportunismo, porém ambos caracterizam-se pela continuidade das relações sociais no tempo, e a permanência do conflito até hoje. A primeira proposição que resulta das relações, para Granovetter (1973), é a tendência (por definição) de dedicar mais tempo aos compromissos que envolvem laços fortes.

5.3 O CATADOR E A CONFIANÇA

A confiança para Granovetter (1992), é estabelecida com base no histórico das relações sociais e na formação do laço que as une. Há, pois, segundo o autor, um elo que determina as relações futuras com base em experiências passadas, não se podendo voltar ao "Zero" na sua construção, e sim dar continuidade ao que foi construído anteriormente.

Para construir uma relação de confiança, principalmente, em transações econômicas, existem subcategorias que, segundo Granovetter (2007, 1992, 1973), podem auxiliar e que muitas vezes a determinam: a) identificação/família; b) continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); c) intimidade (mútua confidencialidade); d) serviços recíprocos que caracterizam o laço; e) reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); f) transparência/clareza.

A geração da confiança, ainda pode ser caracterizada e definida de acordo com as experiências vividas ao longo da vida, marcadas por episódios que podem influenciar a percepção das pessoas. Por isso, o tratamento da definição de confiança teve como base, nesta pesquisa, a percepção dos entrevistados e suas experiências vividas.

Num primeiro momento, Granovetter (2007) cita dois exemplos que envolvem confiança, determinados por episódios: o incêndio em um teatro e o dilema dos prisioneiros (item 3.1.4). Seguindo essa mesma lógica, fez-se necessário relembrar, junto aos entrevistados, os episódios de suas vidas em torno da formação da cooperativa e sua atual Administração que os remetesse às situações de “Confiança”.

Segundo a Agente (E4), a confiança entre os catadores é uma das relações mais truncadas que ela conhece. "[...] Eles não conhecem a palavra confiança. [...] eles vêm com dizeres bíblicos [...] Por que coitado do homem que confia no homem!! Eu não sei onde que tá escrito isso na bíblia? Acho que essa bíblia deve estar com algum problema, né?!" (E4, 29 de mar., 2012).

Com esse depoimento, a Agente (E4) observa que os catadores são indivíduos desconfiados por causa da natureza de sua atividade. Os seguintes subtítulos tratam especificamente das subcategorias da “Confiança”, e apresentam a forma como os catadores trabalham e os motivos que os levam a desconfiar das pessoas, sejam elas catadores ou não, mas envolvidas com a sua atividade econômica.

5.3.1 Família e Identificação

Quando se fala em “Família”, a primeira ideia que vem é de semelhante. Isso leva Carvalho (2002) a afirmar que a família, além do afeto, pode produzir a construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento. A autora ressalta a palavra “pode”, uma vez que a família também pode esfacelar a construção dessa identidade.

Para E4, a “catação” é uma herança, fruto da família. Essa afirmação é importante, pois, segundo seu depoimento, determina a essência e a alma do catador, e a construção de suas relações de confiança em torno de seu trabalho. Ela enumerou 2 (dois) motivos que levam os catadores a herdar e manter seus negócios em família: talento e relação de confiança. O talento, segundo a Agente (E4), refere-se à herança do ato de catar “[...] se seu avô, pai, tio já é catador, facilita a sua entrada nesse mercado” (E4, 29 de mar., 2012). É um negócio de relação de confiança, porque envolve a compra e venda de material, por meio de intermediários. E o depoimento afirma: “[...] Então é melhor você comprar e vender material com o teu pai e com a tua mãe a vender com outra pessoa. Por isso, toda essa resistência e essa desconfiança” (E4, 29 de mar., 2012).

O procedimento ilustrado por Granovetter (1973) aborda as interações de pequena escala (nível micro), segundo o qual trazem implicações ao aspecto macro de interações. Essa postura de desconfiança dos catadores, perante a atividade de coleta e segregação de material reciclável, traz consequências para os resultados e instituições econômicas. A primeira seria a formação de preços estáveis para uma mercadoria ou diferenças salariais entre certas classes de trabalhadores; a segunda envolve as organizações particulares, mais complexas na medida em que se refere a um conjunto de ações.

Diante dessa postura desconfiada, e com um histórico de interações limitadas pelo círculo familiar, questiona-se: como esses catadores de Londrina conseguiram reunir-se em um trabalho coletivo com base numa cooperativa? Como chegaram à formação de uma cooperativa? Enfim, como confiaram seu trabalho autônomo de anos de experiência, em muitos casos com clientela cativa, à organização coletiva de catadores?

Para chegar a essas respostas, foi preciso entrar no nível micro de relações diádicas estabelecidas entre os catadores que fundaram a COOPEROCHA, conforme expôs Granovetter (2007), para só então compreender como elas influenciaram a sua constituição em termos de Resultados e Instituições econômicas.

A primeira possível resposta a essas questões leva direto à crise de 2008, conforme apresentado anteriormente, com base no histórico político, econômico e social da constituição da COOPEROCHA. No entanto, seria uma resposta simplista e limitada acreditar tão somente na constituição da cooperativa como consequência da crise. Há muitas forças que circundam em torno dos catadores, atreladas à sua cultura, suas experiências de vida e de suas relações sociais, que acabaram levando-os à organização do trabalho coletivo. Nesse tópico, o foco gira em torno dessas relações sociais, com base na “Confiança” que esses catadores depositaram em outras pessoas de seu convívio social, além da família, para a formação de uma cooperativa.

Por isso, num primeiro momento, será apresentada, brevemente, a cultura das relações de trabalho com a família dos catadores, e as consequências dessas interações em torno do negócio de “Catação”.

Assim, a Herança, a que E4 se refere, trata da profissão ou ocupação herdada pelos filhos dos pais, seria uma ocupação transmitida de geração em geração. Isso se comprova por meio do depoimento da família de catadores: E12 (pai); E16 (esposa); e, E17 (filho). Observou-se que o avô do E17 também é catador, transmitindo seu ofício aos demais membros de sua família, aliás, toda a família atua como catador de material reciclável, estando já na 3ª geração desta ocupação (E16, 19 de maio, 2012).

A afirmação da Agente (E4), de que existe uma relação de confiança entre os familiares em meio à ocupação de catador, chama a atenção pelo fato de que os entrevistados (cooperados ou não) têm parentes próximos auxiliando-os no processo da coleta seletiva. Todos os entrevistados apresentam esses laços familiares em seu ambiente de trabalho.

Essa afirmação comprova-se com as seguintes informações: os entrevistados E13 e E14, hoje vinculados à outra Cooperativa de Coleta Seletiva, são marido e mulher, que

começaram na ocupação de catadores¹² sozinhos, e permanecem trabalhando juntos atualmente; a Dirigente (E2) tem a sua irmã trabalhando dentro da cooperativa; e o Dirigente possui sobrinhos, entre outros parentes, vinculados à COOPEROCHA; a E10 relata que trabalhava no quintal com seus pais; o E11 trabalhava com o sogro; E5 é sobrinha de um ex-cooperado que fez parte do conselho fiscal da cooperativa¹³; E7 trabalhava com o esposo; E1 trabalha com o esposo e a sogra na cooperativa.

Esses são alguns dos exemplos que comprovam essa relação de confiança determinada pelos laços de família. E por que os catadores mantêm essas relações de parentesco no ambiente de trabalho? A resposta a esse questionamento baseia-se na relação de “Confiança”.

Segundo depoimento da Agente (E4), o mundo dos resíduos é baseado em troca de mercadorias, sendo que “[...] as pessoas pobres elas não têm essa experiência no comércio de troca de mercadoria. Ou eles só compram, ou eles só ganham. E é uma primeira experiência que eu vejo entre as pessoas pobres de administração. De compra, de venda, de acúmulo. E eles vêm de histórias de algumas decepções¹⁴” (E4, 29 de mar., 2012).

Por exemplo, das 33 (trinta e três) ONG's - programa "Mil ONG's"- todas foram constituídas por famílias, razão pela qual as “[...] ONG's eram todas de 6 pessoas. Era ele e a família, entendeu? Então se por um lado essa experiência de ONG, de Estatuto, de Registro, de Documentação, de aluguel de barracão, de convênio, foi algo imprescindível para uma organização muito maior”, por outro lado, cristalizou o processo de transformação para Cooperativa, com um atraso de 8 (oito) anos (E4, 29 de mar., 2012).

Essa cristalização do processo ocorreu porque os catadores trabalhavam nas ONG's em família, apresentando resistência à alteração de sua organização em núcleos familiares. E, conforme histórico, não houve incentivo, por parte das autoridades e do Poder Público para a criação de uma cooperativa à época da formação do programa “Mil ONG's”. Naquele momento, pareceu cômodo aos catadores e ao Poder Público criar e manter as ONG's constituídas por pequenas famílias de catadores. No entanto, essa organização dos catadores em ONG's contribuiu para o início de um trabalho coletivo, ainda que restrito aos

¹² Hoje já existe a ocupação do catador pelo Código Brasileiro de Ocupações - disponível no CAGED (2012) sob Títulos 5192 – 05 é o código da CBO para definir as atribuições do **“Catador de material reciclável- Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa) Catadores de material reciclável”**.

¹³ Sofreu um derrame, por isso não pode ser entrevistado, e se desligou das atividades da cooperativa.

¹⁴ Essas decepções, algumas relatadas no item 5.4 “Episódios de Oportunismo”, são marcadas pela quebra da confiança, pela ausência de transparência e clareza, e ausência de mútua confidencialidade e reciprocidade entre as relações.

núcleos familiares, conforme a cultura dos catadores em manter relações de confiança no âmbito familiar.

A busca pelas relações de confiança com parentes lembra os laços fortes que, segundo Granovetter (1983), unem indivíduos que estão envolvidos socialmente uns aos outros, como as relações entre amigos próximos e parentes, e caracterizam-se por interações frequentes, ao contrário dos laços fracos que ocorrem com menor frequência, fundados em relacionamentos com conhecidos, o que torna mais provável a união de membros de diferentes grupos, fazendo com que a informação recebida por seus membros seja nova. A diferença entre os laços fortes e fracos está na troca de informações, os laços fortes propiciam maior troca de informação redundante, ou seja, os indivíduos com poucos laços fracos tornam-se privados de informação, sendo levados a obter informações apenas sob o ponto de vista de seus amigos ou parentes próximos (GRANOVETTER, 1983).

Entre as decepções apontadas pela Agente (E4), relacionado à troca de materiais, está o depoimento da cooperada do centro de triagem (E12) que demonstra a dificuldade que os catadores tinham em efetivar transações econômicas antes da cooperativa. Ela conta que não tinha automóvel para o transporte de Resíduos Sólidos para o processo de triagem, por isso ela e seus pais, na época fizeram um acordo com o esposo da entrevistada E1, o qual tinha caminhão, para que eles deixassem o material reciclável em sua casa para a segregação.¹⁵ No transcurso do caminho até a sua casa, o dono do caminhão retirava o material de maior valor econômico, e por isso, melhor para ele e sua família, depositando no quintal da E12 o material restante de baixo valor econômico e com maior grau de dificuldade na segregação. Essas experiências de má-fé, vividas pelos entrevistados, incutiu em sua percepção cognitiva a desconfiança em relações que não fossem de parentesco. (E12, 25 de maio, 2012).

Mesmo nas Ong's, a E4 aponta que muitas pessoas responsáveis pelo transbordo (transporte dos resíduos sólidos) apoderavam-se de latinhas e outros materiais de maior valor econômico, e no próprio trajeto até a localização da ONG acabavam trocando ou vendendo o material, e o grupo não chegava, ao menos, a saber da existência desse Resíduo coletado.

A declaração fundamental de que a ação econômica está imersa nas relações sociais em curso não traz apenas os aspectos positivos da Imersão Social, considerando que

¹⁵ Inclusive, ao entrevistar a E12, em sua residência, foi possível observar que havia um quintal onde o material, anteriormente, era depositado, corroborando os problemas apontados pelos ambientalistas à época da formação da cooperativa.

podem facilitar ou atrapalhar as trocas (UZZI, 1997), esse entendimento corrobora com a compreensão de Granovetter (2007), o qual aborda o oportunismo, muitas vezes, gerado pela confiança.

A relação de dependência estabelecida entre a E12 e o esposo da E1 configura-se, segundo Burt (1992), como laços pautados em uma conexão, que podem apresentar confiança, obrigação ou dependência entre os atores envolvidos. A E12 dependia dos recursos (materiais recicláveis) transportados pelo esposo da E1, pois ele detinha acesso aos resíduos sólidos e transportava-os ao destino de segregação. Logo, o esposo da E1 era o intermediário, nesta relação, entre E12 e o seu acesso aos recursos, detendo maiores informações e contatos que garantiam, a ele, o poder de escolha dos melhores resíduos a serem comercializados no mercado. Burt (1992) caracteriza essa relação de “Buraco estrutural”, quando um dos atores detém mais informações e maior acesso aos recursos.

No estudo das relações sociais, verifica-se a importância em conhecer o conteúdo dos laços e também a estrutura formada por esses laços (POWELL; SMITH-DOERR, 1994). Só a partir do conhecimento desse conteúdo transmitido por meio dos laços, pode-se verificar quem decide quais interesses transmitir e o que a ação coletiva ou corporativa transmite da organização, para que as relações tenham sentido (STINCHCOMBE, 1990).

A relação entre E12 e o esposo da E1 demonstra a posição dos atores na rede de relações sociais. Essa posição pode ser determinante para o privilégio de acesso a recursos e informações e sua influência em relação aos outros atores (BURT, 1992). A posição do ator, referente às relações sociais e sua estrutura, pode influenciar o seu acesso a diferentes maneiras de pensar e se comportar, significando que possuem mais opções para selecionar o que lhes interessam.

Considerando que os atores apenas confiam em pessoas que conhecem, pressupõe-se a maneira como a estrutura social afeta os resultados da economia, discutida por Granovetter (1992), sendo uma de suas principais discussões a compreensão da forma como as relações sociais afetam o fluxo e a qualidade da informação.

No entanto, é preciso compreender que a confiança pressupõe a sua antítese, a desconfiança. Granovetter (1992) aponta que a confiança pode gerar e possibilitar episódios de má-fé, justamente pelo fato de propiciar elevado conhecimento e envolver maior expectativa em torno da relação. Conseqüentemente, uma relação de confiança permite ao oportunista absorver elevado conhecimento sobre a vítima e sobre o processo.

Na tentativa de evitar esses acontecimentos de má-fé, os catadores apresentam o padrão de negociarem em família. "[...] Por isso existem muitas famílias nesse ramo de atividade. Pra você ter uma ideia eu cheguei a trabalhar com catador de 30, 35 anos, que ele levava a mãe e explorava a mãe. Muitos têm filhos jovens, em que o pai explora" (E4, 29 de mar., 2012). Mas, ainda assim, eles preferem confiar "[...] no pai explorador e filho da puta, a confiar numa pessoa estranha para eles. **E também eles não aceitam pessoas muito diferenciadas**" (Grifo da autora, E4, 29 de mar., 2012).

Quando a E4 afirma que os catadores não confiam em pessoas diferentes da classe de catadores, são pessoas com uma formação superior ou inferior a deles. Observa-se essa diferenciação, em alguns depoimentos, e está relacionada à seguinte expressão: "não confia no igual, porque é igual. E não confia no diferente, porque é diferente" (E4, 29 de mar., 2012).

Em outras palavras, essa afirmação da Agente (E4) significa que o catador vê em seu semelhante a sua incapacidade, e no diferente a superioridade. "[...] Então o que muitos deles diziam: que eles não confiavam na administração dos próprios catadores parecidos com eles, que não têm escolaridade, porque eles pensavam assim: - Se eu não sei, como é que o fulano sabe?" (E4, 29 de mar., 2012). Em contrapartida, a liderança da E2 - hoje Dirigente da cooperativa - incomoda alguns cooperados que, segundo a E4, "Eles falavam assim: - Ah, mas a E2 é muito inteligente, ela é muito esperta", e por essa razão não confiam em seu trabalho.

Com base nisso, verifica-se um mecanismo em torno do comportamento individual e sua influência social pautado nas classes sociais e seu segmento de mercado de trabalho. Isso permite a Granovetter (2007) concluir que as influências sociais são compreendidas como uma força exterior que coloca as coisas em movimento sem causar, no entanto, qualquer outro efeito posterior. A cultura, portanto, "não constitui uma influência completa e definitiva, mas um processo continuado, sendo permanentemente construído e reconstruído durante as interações" (p. 08).

Há também um processo de identificação detectado entre os catadores fundadores e seus respectivos centros de triagem (antigas ONG's). A E2 iniciou suas atividades com parentes e vizinhos do mesmo bairro. Era um grupo de mulheres que tinha problemas com violência doméstica, arrimo de família e tráfico da região. E2 (14 de dez., 2012) relata que muitas perderam seus filhos para o tráfico, e que essa semelhança as unia ainda mais

[...] Houve semanas.....houve meses que a gente tinha 1 velório por semana. E todos tinham o entendimento de que tinham que parar e prestar solidariedade mesmo. Por causa do tráfico. E muitos filhos das mulheres que trabalham ali com a gente é envolvidos no tráfico né. **Então havia uma compreensão de que tínhamos que parar e prestar solidariedade pra pessoa que estava com a gente trabalhando durante muitos anos, e teve essa perda.** Não existia isso, de ela está velando o filho, vamos embora pra casa....não, a gente parava e ia mesmo. E ficava lá presente. Então isso é muito forte. Então hoje isso entre as pessoas não tem mais. É muito pouco assim. Por maior que seja o problema, a gente ainda se encontra entre as mulheres (Grifo da autora, E2, 14 de dez., 2012).

Para França e Dzimira (1999), os preceitos sobre a Dívida, apontados por Mauss, opõem-se ao reducionismo economicista mercantil, submetendo as relações sociais às relações mercantis. As relações sociais fundadas na dívida não exigem a obrigação de devolver imediatamente, mas ao longo do tempo, existindo, inclusive, a possibilidade de não devolver. Ao passo que a relação mercantil pressupõe a troca estabelecida entre indivíduos, sendo bilateral. A gênese do “Grupo Mulheres” (centro de triagem da COOPEROCHA) encontra-se arraigada de evidentes semelhanças entre as mulheres que o compõem, seja por dificuldades financeiras ou falta de segurança, elas se uniram para combater problemas que enfrentavam em seu cotidiano, corroborando a ideia de Mauss de que a gênese da economia não está na escassez, mas na dívida: dar, receber, retribuir.

Neste centro de triagem, antiga Ong "Reciclar", as mulheres, antes de iniciar suas atividades de triagem e coleta, todos os dias, se reúnem às 8:00 horas da manhã para realizar um momento de concentração. Todas se colocaram em pé de mãos dadas, em um círculo, momento em que realizam uma oração, juntamente com a Dirigente da cooperativa (E2). Essa observação ocorreu no dia 21 de maio de 2012, enquanto era realizada a entrevista com o E9.

Em observações realizadas em julho de 2011, verificou-se que as mulheres que compõem o centro de triagem, fruto da Ong “Reciclar” e antigo “Grupo Mulheres”, não frequentam a mesma religião, não havendo, conseqüentemente, homogeneidade religiosa, há católicas e evangélicas. No entanto, todas estavam orando, em meio ao círculo que formaram pela manhã, sem qualquer tipo de restrição às orações realizadas. Apesar de não frequentarem a mesma religião, observa-se que possuem identidade religiosa, dentro dos valores pregados no centro de triagem ao longo de 15 (quinze) anos.

Aliás, separar episódios de confiança e oportunismo para compreender o objeto de estudo envolveu certa dificuldade, considerando que a confiança pode se estabelecer com base em experiências de má-fé. Para verificar as relações sociais que apresentavam a categoria confiança entre os catadores, foi preciso, primeiro, verificar os episódios de

oportunismo, para só então compreender as causas que levaram à desconfiança, e influenciaram diretamente a percepção do catador em relação à confiança.

5.3.2 Continuidade/Permanência das Relações (Tempo Despendido Junto)

Os fundadores da cooperativa foram, na verdade, 9 (nove) catadores contatados pela Agente (E4), dos quais 7 (sete) foram entrevistados: E1, E2, E3, E7, E9, E10. Cada um destes era presidente de uma ONG, e mantinha uma relação de confiança com as pessoas que integravam os centros de triagem (grupos).

Foram relações construídas ao longo do tempo. Os depoimentos apontam para uma média de 10 (dez) anos de trabalho junto aos seus respectivos grupos. Por exemplo, a E2 trabalha junto ao seu grupo e conhece a Agente (E4) há aproximadamente, 15 anos. "[...] hoje a 'Reciclar' é um dos suportes da cooperativa (nome suprimido). Então é um processo, que eu estive lá com eles, quase todos os dias da minha vida desde 97, né" (E4, 29 de mar., 2012). Da mesma forma, o E10 trabalha, desde a década de 1980, mantendo relação de amizade com o E9 por aproximadamente 15 anos, mais outro integrante que foi desligado. A E7 trabalhou com coleta seletiva por 8 (oito) anos, enquanto coordenava uma ONG, e também conheceu a E2 por causa de uma discussão sobre o setor, ou região de coleta. Hoje, as 2 (duas) atuam juntas na diretoria da cooperativa e mantêm relação de amizade e confiança.

A quantidade de tempo despendida em uma interação, segundo Granovetter (1973), depende do tipo de relação ou laço social envolvido. Assim, a primeira proposição que resulta das relações é a tendência (por definição) de dedicar mais tempo aos compromissos que envolvem laços fortes. Observa-se que os fundadores, após a constituição da COOPEROCHA, ainda mantêm laços fortes com as ONG's das quais saíram, e que hoje compõem o quadro de centros de triagem da cooperativa. Eles dedicam mais tempo e preocupam-se com os centros de triagem de sua origem, pois construíram relações sociais ao longo do tempo e geraram laços fortes imbuídos de Confiança.

O processo de identificação, segundo a E4, do "Grupo Mulheres", "[...] foi um processo de **muitos anos**. Eu fiquei 2 (dois) anos e meio lá e as reuniões eram semanais. Porque as pessoas pobres vinham de uma outra relação, que é a relação da disputa. Eu tenho que disputar a vaga na creche, a cesta básica, a casinha.....é sempre uma disputa" (Grifo da autora, E4, 29 de mar., 2012). Então a identificação e a compreensão do trabalho coletivo, para alcançar maiores resultados econômicos, foi desenvolvido junto com as assistentes

sociais na época. O “Grupo Mulheres” foi a síntese de um trabalho de 2 (dois) anos e meio, que depois veio a se transformar na Ong ‘Reciclar’ (E4, 29 de mar., 2012).

Segundo Gaiger (2008), a Confiança nos acordos mútuos prolonga-se no tempo, correspondendo à lógica do interesse próprio, uma vez que permite a consecução congruente e racional dos objetivos particulares. Os indivíduos acabam se conscientizando de que a força coletiva é o meio adequado para alcançar seus objetivos particulares, razão pela qual passam a aceitar e a se moldar às regras e preceitos coletivos. O dilema, dentro da Economia Solidária, é justamente conciliar os interesses próprios aos interesses coletivos, não se podendo afirmar categoricamente que exista uma Solidariedade ou Dádiva que determine a abnegação total dos interesses individuais, mas crie condições coletivas que se aproximem da igualdade e democracia, originando uma relação híbrida entre o particular e o coletivo.

5.3.3 Mútua Confidencialidade e Reciprocidade

A intimidade ou mútua confidencialidade permite a aproximação maior entre as pessoas, determinando a estrutura das relações. Nesse sentido, Granovetter (2007) fala sobre essas relações como um aspecto informal dentro das organizações e de difícil captação. No entanto, essas relações são responsáveis, muitas vezes, pela formação das estruturas sociais, sendo ingenuidade relegá-las a um papel periférico e menos importante. Isso porque as relações informais de amizade e compreensão podem interferir no processo de construção das redes de relações sociais, e a sua influência sobre a estrutura social.

Essas relações de mútua confidencialidade podem ser perceptíveis, ao longo da construção da estrutura social da cooperativa, pois foi constituída com base em relações pré-existentes que vinham de uma “Gênese” dos catadores e sua forma de pensar e transacionar, conforme se verifica no item 5.3.1. A tendência é justamente se aliar às pessoas com reputação conhecida, como meio de salvaguardar-se do oportunismo.

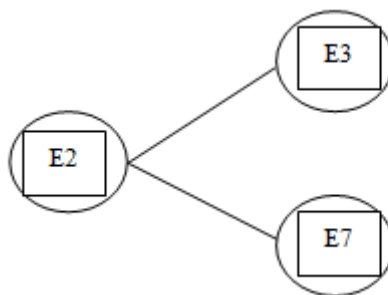
Seguindo a linha de raciocínio de Granovetter (2007, 1992, 1973), a relação estabelecida entre a E2 e a E4, ao longo de 15 (quinze) anos, envolve confidencialidade mútua, reciprocidade, tempo e identidade/semelhança, tanto que a E2 afirma, em seu depoimento, que a sua relação com a E4 vai além da amizade, envolvendo uma identidade ideológica. Essa afirmação comprova-se em uma de suas declarações “[...] eu não posso dizer que sou amiga, porque eu acho que vai muito além de amizade” (E2, 14 de dez., 2011). Ela declara que a Agente (E4) foi companheira de profissão e professora, ao longo desses anos, por isso argumenta que a E4 mostrou

[...] que não é só porque a gente nasceu e viveu numa favela que a gente tem que ser igual a todos. A gente pode ser diferente. Ter uma perspectiva de vida diferente. Então eu acho que amiga qualquer diferença, qualquer envolvimento nessa amizade ela se rompe muito fácil. Então o meu elo com a **E4** (nome suprimido) é muito mais que uma simples amizade. Porque como nós temos o mesmo ideal, mas pensamentos muito diferente, embora o objetivo seja o mesmo, mas muito divergente. Divergente mesmo!!! Por isso que eu digo que não é uma amizade, porque amizade dependendo do conflito você rompe e acabou. Então por mais que tenha discussão, as diferenças, a gente consegue superar, pelo ideal de uma sociedade mais justa e mais educada" (E2, 14 de dez., 2011).

A reciprocidade entre os elos que unem as díades baseia-se na expectativa dos indivíduos envolvidos na relação. As expectativas devem ser supridas em ambos os lados do elo que une as duas extremidades de uma mesma relação (GRANOVETTER, 1973). Essa característica encontra-se presente, na relação entre E2 e E4, a partir do momento em que E2 também fala sobre as divergências, mas pontua a ideologia.

Foi possível, inclusive, detectar elos de amizade entre os integrantes da diretoria da cooperativa: E2 (Dirigente), E3 (Dirigente) e E7 (Cooperada). A relação dos 3 (três) vem se transformando ao longo de anos envolvidos na coleta seletiva, sempre cercada por divergências e desencontros.

Figura 3 – Vínculos das Relações



Fonte: Elaborado pelo autor.

A E2 é o elo forte entre E3 e E7, hoje, pois ela encontra-se entre as suas relações do passado, imbuídas de divergências, mas sanadas ao longo do tempo. E3 afirma:

É, a gente trabalha junto, porque eu sou [Dirigente] e ela é [Dirigente] então a gente tem que trabalhar junto. E isso aproximou bastante. Se houve no passado, que a gente não conseguiu trabalhar junto por muito tempo. Se houve falha ou contrário de um lado ou de outro meu ou dela, hoje a gente vê que tudo que falou não é verdade. Hoje nós temos oportunidade de trabalhar junto (E3, 20 de mar., 2012).

O trecho da entrevista com E3 (20 de mar., 2012), citado acima, lembra a afirmação de Granovetter (1992) sobre as relações sociais não poderem iniciar do “zero”, mantendo resquícios do passado dessas interações entre os indivíduos e propagando-se na manutenção dessa relação social. Leva também à reputação que o indivíduo constrói, ao longo de suas relações sociais, que se perpetua como base de análise das interações futuras. A reputação que Granovetter (2007) apresenta está relacionada não só a aspectos positivos, mas também aos aspectos negativos da relação social. Pode-se afirmar, portanto, que a reputação compreende a possível previsibilidade do comportamento do indivíduo com base em episódios do passado vivenciados na relação social. Esses episódios de experiências passadas não são esquecidos, ao contrário, eivam a relação social para sempre.

Da mesma forma, o E10 conecta-se ao E9 e a outro membro desligado da cooperativa, o qual não pode fazer declarações porque sofreu um derrame. Segundo as declarações do E10 e do E9, e também com base no Estatuto, eles formaram o conselho fiscal na constituição da cooperativa. E houve uma dissolução dos 3 (três) e do conselho fiscal, diante de algumas divergências com o núcleo da direção da cooperativa - E2, E3 e E7. Inclusive, o E10 estava se desligando da cooperativa quando foi entrevistado, por razões administrativas e divergências em relação ao seu trabalho.

Apesar desses agrupamentos informais, ao longo do processo da constituição da COOPEROCHA, observa-se que os elos considerados mais fortes entre os catadores são aqueles oriundos dos centros de triagem - os quais eram as antigas ONG's. Isso se comprova, no decorrer das declarações dos entrevistados, que afirmaram possuir um vínculo de "família", mesmo entre aqueles que não possuem parentesco algum, em relação aos catadores que compunham as ONG's.

Tal fato ocorre porque cada fundador, principalmente, os primeiros 9 (nove) integrantes das reuniões pró-constituição da cooperativa, eram presidentes de ONG's específicas.

Os vínculos de amizade apontados pelos entrevistados estão relacionados aos membros que integravam as ONG's, com laços que foram construídos ao longo do tempo. Por isso, todos afirmam em suas entrevistas que "[...] A gente tem vínculo com o nosso centro

de triagem. Tem um vínculo muito grande. [...] Lá é de família. De dentro de casa. De família não só a minha, nós nos transformamos numa família" (E2, 14 de dez., 2011). Segundo a Dirigente (E2), o centro de triagem "A", quando iniciou suas atividades, tinha um ideal, que não era apenas pelo dinheiro, mas sim, recuperar a autoestima das integrantes do antigo "Grupo Mulheres".

Essa relação dos fundadores com suas respectivas ONG's determina a Confiança com os membros de cada centro de triagem, que mantiveram a mesma distribuição e organização das Associações. Observa-se que existe um esforço extra, voluntário e recíproco de cada antigo presidente das ONG's em buscar benefícios para seus centros de triagem. Esses esforços, segundo Uzzi (1997), muitas vezes chamado de "favores" pode implicar no tratamento preferencial ao parceiro de troca, oferecendo horas extras em um trabalho urgente de última hora, ou destinando benefícios para ajudar um parceiro em um determinado período. "Estas trocas são dignas de nota porque não existem dispositivos formais utilizados para aplicar reciprocidade (por exemplo, contratos, multas, sanções evidentes), e não houve métrica clara de conversão para a haste de medição em dinheiro" (UZZI, 1997, p.43).

O grau de intimidade e confidencialidade mútua presente entre os membros do centro de triagem "A" está diretamente ligada ao objetivo de sua origem que era resgatar mulheres de vícios, problemas conjugais e com a violência da região, visando recuperar a sua autoestima. Esse ideal tem relação com o estilo de vida que elas levavam, considerando que eram vítimas do tráfico na região, e se uniam para superar a dor da perda de entes queridos da família. Esse sofrimento mútuo as uniu de tal maneira que algumas assumiam os cuidados com a casa da outra, pela sua ausência, cuidando de seus filhos (E2, 14 de dez., 2011).

Há também relatos de foro íntimo que revelam a cumplicidade existente entre a Dirigente e alguns membros do centro de triagem "A": "[...] Eu tive um rompimento no meu casamento, uma separação. E foi um momento que me marcou. Ela era a tesoureira (E0) da época. Assim, me ajudou, me apoiou, porque quando você faz uma separação a sociedade é hipócrita, né. Fala que aceita, mas não aceita" (E2, 14 de dez., 2011). Esse depoimento refere-se a uma das mulheres que compõem o centro de triagem "A", e a E2 a conhece desde criança por conviverem no mesmo bairro.

A reciprocidade da relação entre E2 e E0 é evidenciada no depoimento da antiga tesoureira da ONG "Reciclar" a qual afirma que tem um carinho muito grande pela Dirigente da Cooperativa (E2), tendo em vista que se conhecem desde criança, e mantêm uma relação de confiança mútua. Foi importante verificar que ambas classificaram a relação que

possuem como vínculo de amizade e confiança, e relataram os mesmos fatos vivenciados ao longo de suas carreiras como catadoras.

O E3 afirma que possui uma "amizade de coração com a E4" quando declara

A E4 (nome suprimido) não nos agradava. A E4 ela dava serviço pra nós. Não é que ela vinha mostrando o dente e agradando nós. A E4 quis que a COOPERROCHA desenvolvesse o seu trabalho, e que os catadores desenvolvessem o seu trabalho por eles mesmos. Só apoiava. Ela demonstrava o caminho certo, mas não que ela tinha aquela cobertura de ela vir fazer, isso não fazia. Então a gente achamos mais firmeza na E4 sobre essa questão. Que ela não vinha dando dinheiro pra nós e bancando nós não. Ela sempre procurava trabalho pra nós. Até pra nós ela era muito rigorosa. **Eu com ela cansamos de discutir de desligar o telefone um no outro. Mas a amizade nossa é de coração. Não era de eu olhar pra cara dela e simpatizar com ela, não. A amizade era de dentro do coração.** A nossa desavença era profissional. Ela como poder público e eu como COOPERROCHA, como catador. Então a nossa demanda era grande, porque ela pegava duro no nosso pé. E tinha vez que eu não aceitava, assim, o pulso dela. Mas assim só terminava aquilo ali a gente se encontrava, dava risada e brincava porque era um amor, uma amizade de coração. Era um amor de dentro do coração, não era de boca (GRIFO DA AUTORA, E3, 20 de mar., 2012).

O depoimento de E3 é fortalecido pela Agente (E4) quando ela afirma que representava o poder público, durante o período que atuou como Gestora da coleta seletiva de Londrina, e por isso precisava instruir os catadores a lutar por seus direitos, uma vez que atuavam em linhas de frentes diferentes em relação à coleta seletiva, e por consequência, poderiam apresentar interesses divergentes.

O E10 também relata que trabalhou desde 1980 ao lado do E9, dizendo: "[...] Nós, a gente sempre trabalhou com eles. Desde o começo. De 80 pra cá sempre trabalhamos juntos. Sempre!! Entendeu?" (E9, Entrevista realizada em 19/05/2012). Inclusive o E10 precisava apaziguar as brigas entre o E9 e o outro membro, em relação ao setor de coleta, considerando que existiam disputas por área no ramo de atividade. As divergências intensificaram-se porque algumas ONG's tinham poucos membros, como 6 (seis) ou 8 (oito) pessoas, razão pela qual a entrada na cooperativa traria a junção de algumas ONG'S, e isso gerou insegurança para muitos catadores em trabalhar com pessoas estranhas ao seu convívio.

Portanto, a confidencialidade e a reciprocidade estão presentes nas relações que antecederam a constituição da Cooperativa. Porém a intensidade de tempo despendido, das relações de mútua confidencialidade e reciprocidade foram detectados, com maior profundidade, entre os membros dos centros de triagem e seus fundadores, que muitas vezes angariam recursos e benefícios aos interesses dos membros de seus respectivos centros de triagem que se originaram das antigas ONG's, mantendo a ideia de "Famílias" estanques.

5.3.4 Reputação, Transparência e Clareza

A reputação é fruto de uma construção com base nas relações sociais, e ela tende a se propagar por entre as relações, a que Granovetter (2007) chama de "sobreposição" das relações. Inclusive, ele fala sobre os "boatos" que podem atravessar fronteiras, dependendo da densidade de uma rede de relações. Quanto mais densa for a rede de relações sociais, maior será a propagação do "boato" (GRANOVETTER, 1973). Lembrando que a densidade é verificada com base na quantidade de conexões existentes na prática, em relação à quantidade máxima de relações possíveis entre os atores (GRANOVETTER, 1992, COLEMAN, 1994, GRANOVETTER, 1992, BURT, 1992; KILDUFF; TSAI, 2008).

Visando chegar à reputação dos fundadores e à sua repercussão sobre as interações sociais, os entrevistados foram questionados, sobre a definição de confiança. Questionou-se: "O que você entende por Confiança?" Uma vez que a definição de Confiança é baseada em expectativas individuais, de relações interpessoais ou interorganizacionais, como consequência de certa probabilidade específica. Apesar de abordar as expectativas individuais dos entrevistados, obteve-se um padrão geral de respostas nas entrevistas que se refere à transparência e à clareza.

A E2 afirmou, em sua entrevista, que a confiança é uma construção ao longo do tempo. Para ela, a continuidade da relação social permite conhecer o comportamento das pessoas e, a partir daí, pode-se falar em "Confiança". Não seria necessariamente "Confiança", mas a previsibilidade de possíveis condutas das pessoas.

[...] Eu acho que confiança a gente constrói no dia- a- dia, é na ação da pessoa, hum (silêncio) no comportamento da pessoa. Na reação da pessoa no dia-a-dia e nas situações. Então hoje, a relação que eu tenho com o Dirigente (E3), com a Cooperada (E7) ou com a diretoria que assina junto comigo é uma relação de confiança que nós construímos nesses dois anos. Nós construímos!! São pessoas que eu não tinha relação, que eu não convivia no dia-a-dia. Era um convívio esporádico em reuniões. Então eu acredito que a confiança ela se faz necessária, mas ela não é imediata. A gente vai construindo ela com o caminhar (E2, 14 de dez., 2012).

Quando questionada sobre a reputação e sua influência na construção da confiança, a E2 afirmou que a reputação de algumas pessoas gerou resistência nesse processo da construção da confiança (E2, 14 de dez., 2012).

Quando feita a mesma pergunta ao Dirigente (E3), ele afirmou que a transparência da postura e das atitudes da pessoa, determina a sua confiança. Sobre a sua relação com a E4 (Agente), ele respondeu que confia nela "[...] porque quando eu a conheci,

ela como assistente social, eu nunca a vi fazer nada de errado. E sinto na E4 certa firmeza nas palavras dela. Pelo menos no nosso trabalho quando ela era gestora, ela nunca foi uma pessoa que a gente ficou com o pé atrás" (E3, 20 de mar., 2012).

Segundo o Dirigente da Cooperativa (E3), "[...] O que define essa confiança? O que define essa confiança é a clareza que a gente sente na pessoa" (E3, 20 de mar., 2012). Ao lhe pedir um exemplo de transparência e clareza apontada por ele em algumas declarações, o Dirigente (E3) afirmou que a Agente (E4) nunca mandou recado, dizendo o que tinha que dizer na cara da pessoa. "[...] A E4 é uma pessoa que não manda recado. Ela chega e fala. Entendeu? Ela não é o tipo de pessoa que quando tem que falar com você ela fica mandando recado. Ela é daquela pessoa séria. A E4 vai e fala pra você o que tem que falar. Se gosta ou não, ela é a pessoa que vai te falar" (E3, 20 de mar., 2012). Ele complementa seu depoimento afirmando que confia na Dirigente (E2) e na Agente (E4), justamente por que elas não "mandam recado" (E3, 20 de mar., 2012).

A clareza na comunicação, apontada por todos os entrevistados, refere-se à ausência de intermediários na transmissão de informações sobre o processo administrativo que envolve uma cooperativa, envolvendo-os nas técnicas e análises do cotidiano organizacional. A Agente (E4) transmite sua opinião, de forma clara e precisa, de acordo com as declarações dos catadores, facilitando a compreensão e permitindo estabelecer uma relação de segurança referente ao sistema organizacional.

A E7 apontou essa mesma confiança na E4, afirmando que "[...] Ela mostrava pra gente confiança. Ela mostrava que ia dar certo, tudo ia dar certo. Ela falava que se não desse certo ela arrancava o nome dela. Então a gente foi confiando né?! Ela foi muito importante no processo de constituição da cooperativa" (E7, 14 de maio, 2012).

Todos também afirmaram que a E4 cumpria com a sua palavra, o que lhes transmitia confiança maior, e segundo a Cooperada (E7), "[...] Tudo que ela falava, ela falava assim: - Pode escrever a data de hoje. Porque ela brigava com a gente que tinha que ter o caderninho pra gente anotar tudo o que ela falava. E tudo o que ela falou mesmo tinha se cumprido, estava se cumprindo" (E7, 14 de maio, 2012). Esse depoimento é fortalecido pela declaração do E10, quando ele afirma também que a E4 pedia para eles anotarem tudo no papel, para poderem cobrar das pessoas depois.

Observa-se que a Confiança, quando definida pelos catadores, remete-os a uma relação de segurança e comprometimento com a palavra empenhada pela Agente (E4) que, segundo o discurso deles, representa uma pessoa diferente de seu convívio social, por não ser uma catadora.

A Cooperada de um dos centros de triagem (E8) declarou, em sua entrevista, que a Agente (E4) ajudou muito os catadores, principalmente, durante os períodos de maiores dificuldades financeiras. Então "[...] não tinha como desconfiar de alguém que sempre nos ajudou" (E8, 17 de maio, 2012).

Ao longo das declarações colhidas, foi possível acessar a reputação da Agente (E4), uma vez que, em momento algum, os depoentes, sejam cooperados ou ex-cooperados, apontaram qualquer dificuldade ou sentimento de desconfiança em relação à sua postura. Logo, a interação humana está presente em toda a organização, influenciando o rumo das atividades e os seus resultados (GRANOVETTER, 2007).

A Agente (E4) afirma que utilizava a transparência para se comunicar com os catadores, "[...] Porque eu tinha uma relação totalmente transparente com eles. Eu dizia: - Não, gente, eu aqui com vocês eu sou a gestora pública. Eu defendo a administração pública municipal. Aqui nesse momento e nessa negociação" (E4, 29 de mar., 2012).

É possível observar que a Agente (E4) enfatiza o tempo todo o papel intermediário que desempenhava entre os catadores e o poder público, buscando sempre conscientizá-los de suas funções como gestora pública e a divergência de interesses envolvidos, o que lhe garantiu a reputação de "Transparência".

Há passagens nas entrevistas que demonstram que essa relação entre os catadores e a Agente (E4) baseia-se na busca pelo crescimento e desenvolvimento deles. Seria o que eles chamam de "pulso firme" e que os leva a acreditar em seu próprio potencial, conforme se verifica nos seguintes depoimentos:

Tem [amizade com a E4], pelo menos a primeira vez que a gente foi viajar pra Foz do Iguaçu que eu tinha muito medo de água, de muita água né?! E quando a gente foi para as Cataratas ela falava assim: " - Você vai vencer seu medo" e me levou até lá na Garganta do... lá numa passarela que tem lá né?! E eu fui chorando e daí ela falou assim: " - Você vai perder seu medo. Hoje que você vai perde seu medo!" que eu sempre fui muito medrosa e depois daquele dia eu perdi mesmo. Hoje eu passo em ponte, passo num rio e não tenho mais medo né? Porque ela falava assim que eu tinha que passar por aquilo ali, pra mim poder aprender mais coisa. Se eu não passasse por aquela ponte eu não ia consegui. Então foi uma coisa que me marcou bastante e pra sempre... Ela fazia as coisas sempre dando uma lição pra gente aprender. A outra coisa que marcou também e foi meio ruim, pra escrever por que eu escrevi uma palavra errada. Objetivo errado. Aí ela falou assim: " - Você não vai ficar brava comigo, mas você vai escrever dez vezes 'objetivo' ". Então ela sempre procurava alguma coisa pra gente aprender. Então por isso que a gente... Eu admiro bastante (E7, 19 de maio, 2012).

Quando questionado se já tinha ouvido falar da Agente (E4), o Dirigente da COOPEROCHA (E3) afirma que "[...] Já. Já ouvia falar dela [E4]. E falar bem dela. Porque

ela já prestava o serviço pra comunidade da periferia. Para pessoa de baixa renda ela já prestava serviço. Não é porque formou a COOPEROCHA que a E4 (nome suprimido) foi fazer amizade com os catadores" (E3, 20 de mar., 2012).

Existe uma continuidade nas relações que permite a verificação da reputação em torno da Agente (E4). O trabalho que ela executava com pessoas de baixa renda propagou-se por entre os contatos estabelecidos pelos diferentes bairros em que trabalhou, conferindo uma reputação positiva.

Existe um momento, nas entrevistas de E2, E3 e E7, que demonstra a dificuldade em confiar em pessoas estranhas ao convívio. Eles afirmaram que a Promotora de Justiça propôs a constituição da cooperativa na época em que ideia começava a ser disseminada entre os catadores. E os catadores reclamaram, em suas entrevistas, da abordagem adotada pela Promotora de Justiça, afirmando que ela tentou impor a constituição de uma cooperativa à época dos fatos. No entanto, a ideia não foi acatada por causa da desconfiança dos catadores em transacionar com a Promotora de Justiça de Londrina.

A reputação da Dirigente (E2) também foi questionada nas entrevistas, mas as repostas foram variadas, desde a afirmação de "confio muito" a "não confio nada". Existe um fato antigo que envolveu a direção do Centro de Vendas e Compras de Material Reciclável (CEPEVE), que não foi elucidado durante a realização das entrevistas. Os entrevistados se negaram a responder sobre esse fato. Tanto que o Dirigente (E3) afirmou: "[...] Eu tenho pouco conhecimento. Mas se falaram, não lembro quem falou, não foi avante, porque hoje a gente conhece um ao outro, trabalhamos juntos. Desenvolvemos um trabalho junto e tentamos juntos conseguir o que no passado nós não conseguimos" (E3, 20 de mar., 2012).

Diante do exposto, observa-se que as pessoas estão inseridas em um conjunto de grupos: família, igreja, clubes de serviços, entre outras. Estas organizações envolvem interesses pessoais e coletivos. Segundo Granovetter (2007), a dificuldade em trabalhar com pessoas é conciliar os interesses individuais aos coletivos. Assim, os anseios individuais acabam se transferindo para o interesse comum do grupo, contribuindo para a construção de um conceito próprio de confiança individual.

A Confiança é fruto de valores morais ou de arranjos institucionais? O que efetivamente define Confiança? Existem especulações profundas sobre a definição de Confiança. Ao tentar responder a essa questão, tem que se verificar a Confiança como elemento da Imersão Social proposta por Granovetter (2007), não a definindo como uma resposta às convenções morais e nem mesmo aos arranjos institucionais, mas como

obrigações derivadas da reciprocidade, apontada por autores como Polanyi (2002), Uzzi (1997), França Filho e Laville (2004).

Verifica-se que a Confiança, na percepção dos catadores fundadores da cooperativa, baseia-se na familiaridade dos costumes e do comportamento dos contatos mais próximos, que ao longo do tempo, permite desenvolver um sentimento de confiança, envolvendo a sensação de que ninguém tirará proveito do outro.

A provável definição de Confiança, pelos catadores, leva aos elementos de Imersão Social como a identificação de costumes e comportamentos dos contatos mais próximos que envolvem a confidencialidade mútua e a reciprocidade que se desenvolveu, ao longo do tempo, e permitiu a continuidade dessas relações sociais, com base na reputação, transparência e clareza na transmissão de informações.

5.4 EPISÓDIOS DE OPORTUNISMO

Para Granovetter (2007, 1992), episódios de oportunismo estão diretamente ligados à confiança, uma vez que ela pode gerar terreno fértil para a propagação da má-fé. Separar confiança e má-fé seria propor uma visão funcionalista otimista. Para evitar a queda nesse viés, o autor demonstra, em sua obra, que existe uma linha tênue entre confiança e má-fé, a partir do momento em que se estabelece uma relação social com base na identificação, no tempo despendido ou continuidade, na confidencialidade mútua, na reciprocidade e na transparência.

Em muitos momentos durante a análise dos dados, verificou-se a dificuldade, efetiva em separar episódios de Confiança e Oportunismo, porque, em muitos momentos, observou-se que a má-fé de alguns contatos dos catadores levou-os a construir sua percepção sobre Confiança. Em especial, o momento em que a Cooperada (E12) relatou como os responsáveis pelo transporte do material reciclável se apoderavam dos melhores resíduos no transcurso entre o local da coleta e o local da segregação do material que, na época, era o quintal de casa. Para evitar esses episódios de acesso aos melhores recursos no transporte do material, criou-se um padrão de identificação em que os catadores passaram a se organizar em pequenos núcleos familiares para combater situações de má-fé.

Há um momento, na obra de Granovetter (1992), em que ele fala sobre a necessidade de se aliar interesses próprios aos interesses do grupo. Mas a que grupo os catadores buscam beneficiar, a cooperativa ou seus centros de triagem em particular? Apesar de se mostrarem capazes de gerir uma cooperativa, ainda há resquícios de relações passadas

que interferem na organização, administração e estrutura da COOPEROCHA, distorcendo a visão de gestão do catador nesse processo de cooperativismo.

O primeiro ponto que apresenta um terreno fértil para o oportunismo, nas relações sociais estabelecidas entre os catadores, é a desconfiança. A Agente (E4) deixa claro em suas declarações que o catador não confia. Argumentam que desconfiança, inclusive, está fundamentada em passagens bíblicas, quando afirmam que “tolo é o homem que confia no homem” (E4, 29 de mar., 2012).

A desconfiança entre catadores, entre catadores e o poder público, entre catadores e terceiros, influenciou na demora da constituição da cooperativa. Os cooperados e ex-cooperados relatam a sua desconfiança em relação à constituição da cooperativa, relacionada à insegurança em juntar os membros das ONG's de famílias diferentes para compor os centros de triagem da COOPEROCHA e a falta de compreensão dos cálculos que definiriam sua remuneração.

Em entrevista, E10 declara que “[...] Tinham algumas ONG's menores que seriam engolidas pelas maiores” (E10, 19 de maio, 2012). Tratava-se da junção das ONG's, e muitos catadores eram rivais na luta por setor de coleta dentro da cidade de Londrina, apresentando rixas de anos. Essa postura dos catadores está relacionada à disputa por benefícios individuais, não se organizando para angariar benefícios coletivos. Daí a dificuldade em incutir nos catadores a necessidade e os benefícios do trabalho coletivo e cooperativo.

Considerando que a cooperativa foi constituída sobre os preceitos da Economia Solidária, conforme regula o seu Estatuto Social, como a incorporação da solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, invertendo a lógica capitalista – uma vez que a lógica mercantil e os valores que a acompanham ocupam espaços cada vez maiores na vida das pessoas, extrapolando a esfera econômica e invadindo dimensões mais substantivas da vida humana associada (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A economia invadiu de maneira tão substantiva a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda, que disputam benefícios sociais buscando o autointeresse, na luta para prover a subsistência dos seus. Essa disputa por recursos, conforme depoimento da Agente (E4), arraigou as relações sociais estabelecidas entre membros de comunidades pobres, disseminando a ideia de desconfiança.

A Economia Solidária busca configurar os vínculos sociais com base na Solidariedade como uma construção social, fundada nas seguintes características que

conduzem ao reconhecimento do estreito entrelaçamento entre vida econômica e vida social: sociedade democrática; associação livre e voluntária para alcançar direitos individuais e democráticos; busca da “reciprocidade social”, primando pela justiça e igualdade entre os cidadãos (GAIGER, 2008). A lógica da Economia Solidária é a ideia de que um dos pressupostos para o sucesso das comunidades ou cooperativas solidárias é a educação e, muitas vezes, até a mudança das relações sociais que envolvem o processo de produção (SANTOS; RODRÍGUES, 2002).

A Solidariedade, para Lechat (2002a), permite a concepção de dever moral de assistência, como já o preconizava o solidarismo de Charles Gide, no fim do século XIX, entretanto, a solidariedade como um laço recíproco opõe-se à caridade, e não pode ser concebida como um dever unilateral, mas sim como uma relação em que se dá, se recebe e se retribui.

No entanto, verificou-se uma contradição na postura nas relações entre os catadores, por exemplo, a E2 fala sobre o centro de triagem “A”- Antiga ONG “Reciclar”, da qual foi fundadora e gestora por 10 (dez) anos - afirmando que era um grupo de mulheres vítimas da violência doméstica, pobreza e drogas. Declara que é preciso "acreditar no ser humano", aqueles que necessitam de ajuda, e conta sobre a transformação daquelas mulheres, durante os anos que acompanhou o trabalho delas. Ela deixa claro que confia nessas mulheres que compõem o centro de triagem “A”, mas quando se fala na cooperativa e sua direção, ela posiciona-se de forma arredia e, em momento algum, afirma que confia. Em vários trechos de sua entrevista, ela afirma que "ainda está em processo de construção dessa confiança" com os membros da direção da cooperativa (E2, 14 de dez., 2011).

A contradição do depoimento da Dirigente (E2) está em ver o "seu" antigo centro de triagem como refúgio, como sua família, mas não visualizar a cooperativa como a sua nova família. A Cooperada do centro de triagem “A” (E8) afirma que a relação com a Dirigente (E2) é realmente de confiança e "família". Em suas declarações, a Cooperada (E8) relata que a demora da Dirigente (E2) em visitar o centro de triagem “A”, deixa os membros do grupo preocupados, tanto que acabam ligando para ter notícias da Dirigente (E2). A própria Dirigente (E2) demonstra a harmonia que existe no grupo, facilitando o alcance do melhor desempenho econômico da cooperativa hoje. A Agente (E4) reforçou essa afirmação de que o centro de triagem “A” é o suporte produtivo e financeiro da COOPERROCHA.

Essas declarações, no entanto, reforçam que as categorias específicas de identificação/família e continuidade na relação dos catadores exercem influência sobre a atual administração, criando obstáculos à compreensão de toda a cooperativa como uma família, e

prejudicando o processo de construção da confiança entre os associados da COOPEROCHA. Há, portanto, resquícios da “gênese” das relações sociais estabelecidas entre catadores, em um momento anterior à constituição da cooperativa, que os impede de visualizar e vivenciar um ambiente de cooperação.

5.4.1 Episódio 1 - Perda da Autonomia

Muitos catadores demonstravam desconfiança em relação à constituição de uma cooperativa, por causa da possibilidade de perder sua autonomia para vender e receber os valores referentes ao material comercializado. Além disso, ao se associarem à cooperativa, seria necessário apresentar a "prestação de contas" de cada centro de triagem.

A partir da constituição da cooperativa, haveria maior controle sobre as atitudes dos catadores que passariam a ser supervisionados pelos demais. Esse controle permitiria aos catadores compreender o processo de coleta, segregação e venda dos Resíduos Sólidos, e traria a possibilidade de efetuar o rateio justo dos valores adquiridos pelos centros de triagem, entre os cooperados.

No entanto, muitos catadores mantinham uma posição de poder em relação aos demais, no sistema autônomo de coleta e segregação dos materiais coletados. Em outras palavras, algumas ONG's trabalhavam, no sistema “Patrão e Empregado”, razão pela qual os valores adquiridos com venda dos materiais não eram divididos entre os catadores, mas se mantinham nas mãos daqueles que detinham maior conhecimento e controle sobre o processo de coleta seletiva.

Havia alienação dos catadores ao processo de coleta seletiva, diante da concentração de recursos e informações sob o poder de alguns atores, tornando a administração das ONG's obscura e escravizadora. A Agente (E4) chegou a afirmar que a relação entre patrão e empregado escravizava os demais catadores dentro das ONG's, por causa da falta de esclarecimento e conhecimento do processo de coleta seletiva.

A ausência de controle sobre o trabalho dos catadores os assustava quando se falava em cooperativa. Essa ausência de controle está atrelada à falta de rotina no trabalho, de cobrança e desvio de material.

Esses donos de caminhões assim, não ache que eu estou com dó deles, porque eles perderam. **Mas assim, eles eram donos do setor. As pessoas eram escravas deles.** Um trabalhava com a mãe, outro trabalhava com irmã, trabalhava com a mulher, trabalhava com a enteada. Eles pegavam o resíduo do jeito que eles queriam e vendiam para quem eles queriam, e pegava de grande gerador, eles pegavam assim, de 3 ou 4 grandes geradores de papelão, o grupo não ficava nem sabendo da quantidade de papelão, porque eles já vendiam e ganhavam o dinheiro e já trocavam o pneu do automóvel. Eles diziam que todo mundo iria usar, trocando o pneu do caminhão (GRIFO DA AUTORA, E4, 29 de mar., 2012).

A relação marcada pelos papéis de patrão e empregado adotada por algumas ONG's, antes da cooperativa, evidencia as características do sistema capitalista que se resumem em três contradições fundamentais: **o capitalismo produz desigualdades de recursos e poder;** as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecida com base no benefício pessoal e não na solidariedade; e a exploração crescente dos recursos naturais (GRIFO DA AUTORA, SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; CATTANI, 2003). As crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, não sendo um processo natural, “entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza”, tendo como consequência as desigualdades de recursos e poder (MOTA, 2009, p.3).

O E10 (ex-cooperado) ressalta a afirmação da E2 quando relata que “[...] Uns aceitavam outros não, porque a cooperativa, era assim, tinha pessoa que era patrão do seu próprio negócio, então quer dizer assim, da sua ONG. Então ele pagando por dia, o resto que ele fizer é dele, ele é o patrão. [...] quando você mete a mão no bolso do patrão, aí você arruma briga” (E10, 25 de maio, 2012). A questão do patrão também foi levantada pelo E3, E6, E7, e E8.

Essa posição de poder de alguns catadores, à época que antecede a constituição da COOPEROCHA, determinava o privilégio de acesso a recursos e informações e sua influência em relação aos outros catadores (BURT, 1992). Além disso, a posição do ator, numa estrutura social, pode influenciar o seu acesso a diferentes maneiras de pensar e se comportar, aumentando a possibilidade de opções para selecionar o que lhes interessa. A esses atores que se colocam como intermediários de outros, possuindo acesso à informações e recursos privilegiados, pelo conhecimento que detém, Granovetter (1973) classifica-os como detentores de “laços fracos”, colocando-se como ponto de acesso da inovação entre grupos diferentes.

Quando questionada sobre o receio de se aliar a uma cooperativa, a Dirigente (E2) relata a seguinte apreensão que teve em constituí-la

Foi porque eu era a coordenadora do **meu centro de triagem**. Eu cuidava do dinheiro, eu cuidava da venda, eu fazia tudo. E a partir do momento que eu fosse para Cooperativa você não fazia mais nada. O dinheiro, a contratação passaria tudo para o administrativo. Perderia o controle. Então isso assustou bastante. Por isso que no começo muitos saíram. Mas depois do fortalecimento, do dia-a-dia que foi....o passo-a- passo da Cooperativa que ela foi se fortalecendo assinando contrato e aprovando projetos, isso foi fazendo com que o próprio catador que saiu visse que ou ele entrava ou ele iria **ser engolido pelo processo**, né. Daí houve a retirada do pessoal dos fundos de vale. Então houve por parte da prefeitura também que ela teria que fazer a parte dela. As ações teria que partir dela, pra que as pessoas fossem pra Cooperativa, porque enquanto ela não fizesse essas ações as pessoas se manteriam lá no fundo de vale. **Então não seria interessante ela vir pra Cooperativa e perder o domínio da situação do centro de triagem dela, ou da casa, do quintal dela, entendeu?!** (GRIFO DA AUTORA, E2, 14 de dez., 2011).

Realmente, alguns catadores chegaram a ingressar na cooperativa, fazendo parte do seu quadro de cooperados, e logo em seguida saíram porque não conseguiram se adaptar ao processo de cooperação e rateio de valores de forma igualitária e justa. Assim, a produtividade de todos deveria aumentar para que o valor adquirido pelos cooperados fosse expressivo, e nem todos estavam dispostos a sair de sua posição de patrão para trabalhar na segregação do material como os demais. A Cooperada (E12, 25 de maio., 2012) declarou que, após a constituição da cooperativa, ainda há problemas referentes à produtividade dos cooperados. Segundo ela, alguns catadores que integram a função de segregação estipulam um determinado valor de produtividade do mês, como, por exemplo, R\$ 400,00 (quatrocentos) reais e, quando alcançam o valor almejado, não produzem mais, reduzindo, por consequência, a produtividade geral do centro de triagem.

A Economia Solidária pode ser vista como um processo de construção de vínculos sociais àqueles que se encontravam fora da esfera formal e tradicional de trabalho. Assim, os indivíduos podem reconstruir os vínculos sociais com o restante da sociedade – restaurando a sua identidade social (CAILLÉ, 2004; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2008). No entanto, conforme o depoimento da E12, é uma relação híbrida que transita entre os interesses individuais e coletivos (GAIGER, 2008).

Esse receio em constituir a cooperativa também está associado à "Falta de disciplina" na vida do catador, segundo pontuou a Assistente Social (E4). Ela afirma que o catador não tem uma vida regrada em relação ao trabalho e isso dificultou na compreensão de sua rotina. "[...] A organização da vida deles, uma certa rotina, uma certa disciplina que eles não tinham"(E4, 29 de mar., 2012).

Além do controle sobre a rotina dos catadores, a cooperativa instituiria determinado perímetro ou região para a coleta de resíduos sólidos, aumentando a cobrança da

prefeitura sobre a cobertura da demanda de material da área instituída. Esse controle assustava os catadores acostumados com a falta de rotina no seu trabalho.

Apesar do receio em constituir a cooperativa, em muitos relatos, não chega a ser uma postura oportunista, e sim de desconfiança, de insegurança em mudar o padrão de vida desses catadores. Em outros momentos, a postura oportunista e individualista do sistema pregado, torna nítido o poder daqueles que detinham mais recursos e acesso às informações privilegiadas.

5.4.2 Episódio 2 - Nota fiscal e Vale

A ausência de nota fiscal para o material vendido, no mercado de materiais recicláveis, permitia aos catadores a venda no mercado negro. E que tipo de material pode ser utilizado no mercado negro? Frascos de perfume, embalagens de produtos de limpeza, litros de bebida alcoólica em sua forma original permitem a pirataria no mundo reciclável.

Por isso, a Agente (E4, 29 de mar., 2012) afirmou, em seu depoimento, que o problema da prefeitura em relação à coleta de Resíduos Sólidos estava na segregação, e não na coleta do material em si, pois os fundos de vale são imensos e suportam uma quantidade grande de resíduos sólidos coletados, gerando o problema na segregação do material e o seu depósito em condições irregulares de saúde e higiene.

Outro fator atrelado à clandestinidade era a ausência de nota fiscal, abrindo as portas para "[...] um mundo totalmente obscuro.

É R\$0,06 centavos o vidro moído e R\$2,00 reais o litro de Whisky inteiro pra você vender para o mercado negro da falsificação. Se você é contratada pela CMTU você tem que apresentar a nota fiscal, essa foi uma das grandes conquistas. Você vai apresentar nota fiscal de falsificador? [...] Tem um segmento que alimenta o banditismo mesmo. [...] Ou eles teriam que ser eliminados do processo. Eles não aceitavam outros tipos de rigidez, de controle que a COOPEROCHA tem (E4, 29 de mar., 2012).

A preocupação com a reputação pode desencorajar o comportamento oportunista. A repercussão em relação à reputação, no entanto, não impede o comportamento oportunista e desonesto por parte dos atores em uma rede, podendo proporcionar, inclusive, ocasiões para que a confiança gere possibilidade para comportamento oportunista de atores desprovidos de boa fé (GRANOVETTER, 2007).

Além do mercado negro que ronda as negociações em meio à coleta seletiva, existia também a venda combinada. O centro de triagem não escolhia o melhor preço

entre os compradores do material, mas aquele que oferecesse benefícios particulares ao presidente da ONG. Assim, existia a venda combinada, em que o comprador oferecia benefícios aos presidentes das ONG's (benefício particular) em troca da venda de seu material. Normalmente, vendia para aqueles que ofereciam vale gás. A Agente (E4) fala dessa "venda combinada": "[...] De grandes benefícios [se beneficiavam de negociações]. Eles [compradores] falam cada coisa dos presidentes, que é horrível. Eles fazem o seguinte: - Haaaa eu vendo pra você sim, então você me dá vale gás por 6 (seis) meses, pra ela, pra presidente. Entende?" (E4, 29 de mar., 2012).

Portanto, a influencia das relações sociais na estrutura social e nos resultados econômicos está vinculado a 3 (três) fatores: primeiro, ao fluxo das redes de relações sociais que afetam a qualidade da informação, pois muitas informações são sutis e de difícil verificação, por isso, os atores não acreditam em fontes impessoais, mas em pessoas em quem confiam; em segundo lugar, as redes sociais são uma importante fonte de recompensa e punição, uma vez que elas ampliam o impacto do controle de uns sobre os outros; em terceiro lugar, a confiança de que os outros vão fazer a coisa "certa".

5.4.3 Episódio 3 - Autoritarismo e Protecionismo

Segundo a Agente (E4), a atual diretoria da Cooperativa está apresentando características de autoritarismo e protecionismo. Para comprovar essa afirmação, a Agente (E4) apresentou 2 (dois) episódios que vivenciou dentro da cooperativa. O primeiro foi a distribuição dos setores, ou regiões entre os centros de triagem, e o segundo foi a contratação pela prefeitura dos caminhões da COOPEROCHA para que efetuasse o transbordo (transporte) do material reciclável.

Caberia a cada centro de triagem coletar o material reciclável no seu entorno dentro de um determinado raio de compreensão e delimitação de área. No entanto, o centro de triagem "A", com a ajuda e o protecionismo da Dirigente (E2), anteriormente coordenadora do grupo, foram privilegiados com um bairro chamado "Hernane", aqui de Londrina, o qual fica a 14 km do centro de triagem. "[...] Porque eles falam o seguinte quem consertou o bairro fui eu é cultural. E o que é consertar o bairro? É passar de casa em casa, é o resíduo vir limpo, é o grau de adesão, é o grau inclusive de empatia. Por exemplo, lá no Hernane tem uma mulher que faz almoço pra eles" (E4, 29 de mar., 2012).

Esse protecionismo está nas declarações dos entrevistados E6, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, e E17. São comentários que atestam o autoritarismo que se

manifesta na mudança de membros, dentro da cooperativa, em casos de questionamento, escolha de vendedores, até mesmo dificuldade de formação de uma nova diretoria que possa concorrer com a atual, que está no segundo mandato.

A má-fé pode ser vista quando os grupos buscam seus interesses privados à custa de algum interesse maior e geral (GRANOVETTER, 1992). Seria a oportunidade da Dirigente (E2) em beneficiar o centro de triagem de sua origem, de sua gênese, por meio do cargo que executa dentro da cooperativa.

Em outro depoimento, a Agente (E4) contou que houve conflito entre a cooperativa e o poder público (Prefeitura) referente à contratação dos caminhões da COOPEROCHA para efetuar o transbordo, que é o transporte do material coletado e depositado nas bandeiras até o Centro de Triagem, onde ocorre a segregação desse material.

A prefeitura de Londrina começou a negociar a possibilidade de efetuar contrato de prestação de serviço público, adicionando o transbordo, até então de responsabilidade da VISATEC (Construções e Empreendimentos), "[...] Então eu tinha dado minha palavra para todos os donos de caminhão que a gente iria fazer o transbordo, que eles iam ficar no lugar da VISATEC, porque pensa eu convencer o Barbosa Neto a tirar a VISATEC daqueles turcos que a vida inteira fizeram negócio com a CMTU. O prefeito foi muito corajoso" (E4, 29 de mar., 2012).

No entanto, a Dirigente (E2) impôs obstáculos ao contrato, pois não saiu no valor que ela queria. A previsão era de R\$60.000,00 (sessenta) mil reais, e na hora da negociação, os representantes da COOPEROCHA (E2 e E3) pediram R\$75.000,00 (setenta e cinco) mil reais. Sendo que a VISATEC prestava o mesmo serviço de transbordo por R\$70.000, 00 (setenta) mil reais para a cidade de Londrina inteira. E a cooperativa corresponderia a uma cobertura da prestação de serviço de apenas 30% de Londrina.

Questionada sobre a pretensão da Dirigente (E2) em oferecer obstáculos à contratação do transbordo, propondo um péssimo negócio ao prefeito de Londrina, a Agente (E4) afirmou que "[...] ela (E2) queria colocar a Kombi dela do centro de triagem “A”. Tanto que ela colocou e eu não aceitei e quando eu estava ela não colocou. Ela sabia que não era para colocar. Eu rompi mesmo com ela e avisei para todo mundo que eu estava saindo por causa dela e por causa do Dirigente (E3)" (E4, 29 de mar., 2012).

O Barbosa aprovou o contrato no preço que eu sugeri. E depois eu fui brigar com o (nome suprimido) porque eles estavam pagando muito para os catadores. Eu estou saindo porque você abriu as pernas. Por que não era. Então assim, eu briguei para fazer um preço excelente. E eu me senti muito traída por ela e pelo E3 (nome suprimido). **Por que na hora que eu consegui o melhor preço do contrato, no outro dia eles falaram que não iriam fechar o contrato de caminhão.** E eu só consegui o melhor preço do contrato, porque eu estava contando com o preço do transbordo mais barato. Então eu fui traída por eles (E4, 29 de mar., 2012).

Esse episódio determinou a saída da Agente (E4) da Gestão da Coleta Seletiva de Londrina, e envolveu um escândalo, na cidade, em torno dos motivos que levaram ao seu desligamento do cargo na prefeitura.

A estrutura das relações sociais acaba afetando a dimensão da desordem resultante da força e da fraude. Isso quer dizer que, no mundo dos negócios, os conflitos são relativamente controlados até que os dois lados possam ganhar força, chamando números substanciais de aliados em outras empresas, como, por exemplo, a tentativa de implementar ou evitar aquisições indesejadas (*takeovers*) (GRANOVETTER, 2007).

No episódio relatado acima, fica evidente que a relação entre a cooperativa e o poder público encontrou simetria no poder de negociação, refletindo sobre o conflito descrito em torno do contrato de transbordo do material reciclável. As pessoas envolvidas, Dirigente (E2) e Agente (E4), construíram um relacionamento de confiança que proporcionou uma oportunidade para modificar as contas, caso em que, sem relação de confiança, não existiria possibilidade de acessá-las. Esse fato fundamenta-se em um nível de confiança interna do grupo, obedecendo a lógicas preexistentes de relacionamento (GRANOVETTER, 2007).

O E10 também afirmou que o autoritarismo da Dirigente (E2) está atrapalhando o desenvolvimento dos cooperados que precisam ser estimulados a desenvolver suas capacidades de gestão. Quando questionado sobre o autoritarismo da Dirigente (E2) dentro da cooperativa, o E10 respondeu: "[...] Às vezes não dá para notar, mas se você presta bem atenção, ele está usando muito esse sistema da cooperativa para ficar apertando, mandando, puxando pra lá, puxando pra cá..." (E10, 19 de maio, 2012).

Esse autoritarismo da Dirigente (E2) também encontra fundamento, no depoimento das cooperadas (E5) e (E12), segundo as quais existe a mudança de cooperados entre os centros de triagem da COOPEROCHA em casos de questionamento do sistema. Se algum cooperado começa a criticar o sistema da COOPEROCHA, ou pretende criar uma nova frente administrativa acaba recebendo retaliações e obstáculos no propósito de questionar a administração, sendo transferidos para o centro de triagem "A", onde se encontra a "família"

da Dirigente (E2). Da mesma forma, relatou o casal E16 e E17 que, por causa de várias transferências entre centros de triagem diferentes, e ao demonstrar interesse em constituir uma chapa administrativa para concorrer às eleições que se realizou em outubro de 2011, o casal saiu da cooperativa.

Portanto, verifica-se que existe autoritarismo e protecionismo, dentro da cooperativa, que se fundamenta nas relações construídas ao longo dos anos que antecederam a constituição da COOPEROCHA, demonstrando a sua influência na estrutura social e na ação econômica da cooperativa.

5.5 Ordem

A Categoria “Ordem”, apresentada no texto de Granovetter (2007), refere-se à questão do desempenho das funções econômicas, dentro das fronteiras de empresas hierarquizadas ou por processos de mercados que cruzam essas fronteiras. Essa categoria permite ampliar a análise de nível micro para o meso, uma vez que o autor mostra que as relações pessoais sociais também podem formar redes de empresas.

O autor chama isso de *Business Group* apontando para a existência de grupos econômicos, partindo do pressuposto de que o mercado é resultado de uma “estrutura social mais ou menos coerente” (GRANOVETTER, 1994, p. 454), onde as empresas não estão e não agem de forma isolada, e sim, em aglomerados de empresas inter-relacionadas.

Nos itens anteriores, verificou-se a construção e a influência das relações sociais dos catadores em torno da constituição do empreendimento. Há evidências, conforme depoimentos coletados com os catadores, de que as relações sociais moldaram a estrutura da cooperativa e da coleta seletiva de Londrina como um todo. As evidências foram verificadas, ao longo da pesquisa, com base nos elementos da Imersão Social: Confiança, Oportunismo e Ordem.

O elemento “Ordem”, segundo a suposição deste estudo, caracteriza-se pelo desenvolvimento das atividades dos catadores, ao longo do período que antecede a constituição da cooperativa, ou seja, a forma como se organizavam as ONG’s e como desenvolviam o trabalho de coleta seletiva em relação à nova organização baseada no cooperativismo.

Assim, como se pode observar do histórico da coleta seletiva em Londrina, por uma série de fatores, os catadores, em 2001, foram incentivados pelo Programa “Mil

ONG's" a se organizarem em ONG's. Entre as organizações constituídas, naquele momento, verificou-se a manifestação de um padrão em todas elas: a família como base.

As ONG's, portanto, foram organizadas e criadas por pequenos núcleos familiares de até 8 (oito) membros cada, correspondendo a 33 (trinta e três) organizações no todo em Londrina. Apesar de não se caracterizarem como organizações com fins lucrativos, observam-se ao longo de seu histórico de interações que os catadores começaram a desenvolver mecanismos e técnicas de trabalho coletivo, ao se unirem em 2002 para formar um Centro de Vendas e Compras de Materiais Recicláveis (CEPEVE).

A "Ordem" proposta por Granovetter (2007) trata justamente sobre a questão da organização enquanto hierarquia, ou da organização de grupos que estão interligados pelo mercado, mas não seguem uma hierarquia.

Portanto, a "Ordem" analisada, neste tópico, passou pelos grupos de catadores, desde a sua classificação – como catadores avulsos, do lixão e das assistentes sociais – no mercado, passando pelas ONG's e pela CEPEVE, até chegar à estrutura da cooperativa. Todos esses aspectos remontam à ideia de "Ordem", razão pela qual, após essa breve introdução do item, passa-se a apresentar a organização da COOPEROCHA, a fim de esclarecer sua organização, comparando-a com o período que antecedeu a sua constituição.

5.6 COOPEROCHA: SUA ORIGEM JURÍDICA E ORGANIZAÇÃO

A CMTU/LD – Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina e a COOPEROCHA assinaram um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva. Como permite a lei federal 8.666/93, o contrato entre e COOPEROCHA foi firmado através de um processo de dispensa de licitação nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 11.445/2007, com inclusão social dos catadores (COOPEROCHA, 2012).

A COOPEROCHA é fruto de um processo entre os catadores organizados nas ONG's de Reciclagem e a Promotora do Meio Ambiente, o Conselho Municipal do Meio Ambiente, Associação Comercial e Industrial de Londrina, Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE), membros de movimentos ambientalistas da cidade e representantes do órgão gestor responsável pela limpeza urbana do Município, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) (COOPEROCHA, 2011).

A COOPEROCHA constituiu-se com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho para os catadores, mais dignidade, inclusão social, melhores possibilidades de lutar pelos seus direitos e contribuir para um desenvolvimento sustentável

preservando o meio ambiente. Além disso, um grande incentivo para a construção da cooperativa foi a busca pela equidade de oportunidades de ganho e desenvolvimento pessoal.

Assim, como no caso das outras cooperativas de coleta de resíduos sólidos, em Londrina, atualmente, a COOPEROCHA integra, no seu quadro de cooperados, além de autônomos da reciclagem, 19 (dezenove) das antigas ONGs. Além disso, já é responsável pela coleta seletiva de 88.000 (oitenta e oito mil) domicílios e de todos os órgãos públicos municipais, atingindo cerca de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes no município.

A COOPEROCHA apresenta uma estrutura organizacional definida pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral (Ordinária e/ou Extraordinária); Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Administração Executiva.

A Assembleia Geral dos cooperados, Ordinária e/ou Extraordinária, é considerado o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Antecedendo a realização das Assembleias Gerais, a cooperativa realiza Micro Assembleias, tratadas como reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperados, de todos os assuntos a serem votados (COOPEROCHA, 2011).

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se obrigatoriamente uma vez por ano e as Assembleias Gerais Extraordinárias realizam-se sempre que necessário, deliberando sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa.

Junto à Assembleia Geral encontra-se o Conselho de Administração que é o órgão superior, na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa, de seus cooperados, do estatuto e das recomendações das Assembleias. É composto pelo Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Secretário e mais 4 (quatro) Diretores Suplentes.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes que possuem como responsabilidade primordial a fiscalização dos negócios e atividades da cooperativa. Estão no mesmo nível hierárquico a Assembleia Geral, o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, existindo a fiscalização entre eles.

Em um nível inferior está a Administração Executiva que é exercida por técnicos contratados para auxiliar na execução das decisões do Conselho Administrativo, acatando as regulamentações do estatuto, visando garantir a gestão executiva da Cooperativa.

A Administração Executiva é responsável por gerir setores como: Operacional/Produção; Administrativo; Financeiro; e, Projetos. Estes se encontram em um mesmo nível hierárquico, submetidos à fiscalização dos demais órgãos superiores.

De acordo com a atual organização dos catadores por meio da cooperativa, verifica-se que há uma hierarquia de cargos, com atribuições específicas, que visam controlar as atividades dos cooperados e sua administração. Essa hierarquia foi instituída a partir da formação da COOPEROCHA. Antes da cooperativa, as ONG's eram constituídas pelas famílias dos catadores e por isso não demandavam uma estrutura detalhada de cargos e funções.

As ONG's trabalhavam de maneira autônoma, tanto em relação ao Poder Público, como em relação à inexistência de uma hierarquia de organização e controle de suas atividades.

A COOPEROCHA era composta por 9 (nove) centros de triagem do lixo reciclável distribuídos pela cidade de Londrina. Estes centros de triagem são caracterizados de acordo com a região pela qual são responsabilizados.

Eram 9 (nove) centros de triagem em 2011, hoje são 7 (sete), conforme o site da cooperativa (COOPEROCHA, 2012), e os cooperados dos 2 (dois) centros de triagem fechados foram remanejados para outros centros de triagem. E, um deles em especial, precisou fechar, pois apresentava muitos problemas com o barracão, o qual era fechado totalmente, colocando em risco a segurança dos cooperados, bem como apresentava conflitos entre seus membros. Inclusive este centro de triagem foi objeto de estudo em julho de 2011, justamente porque apresentava a menor renda da Cooperativa, e conflitos entre famílias opostas que compunham o quadro de cooperados.

5.6.1 Logística Operacional

O “Programa Londrina Recicla” deu início à logística da coleta seletiva utilizada em Londrina, mantendo seu método até os dias atuais. Cada centro de triagem tem uma região pela qual é responsável, realizando a coleta dos Resíduos Sólidos todos os dias da semana. Existe uma divisão das áreas de coleta por centro de triagem, podendo-se concluir que são 7 (sete) setores de coleta, considerando o número total de centros de triagem (COOPEROCHA, 2011).

A COOPEROCHA é responsável pela coleta de material reciclável em 88.000 (oitenta e oito mil) domicílios em Londrina, conforme informações levantadas com a Gestora Pública da Coleta Seletiva de Londrina (AGENTE, E15, 15 de abr., 2012). Então esses 88.000 (oitenta e oito mil) domicílios são divididos em setores entre os 7 (sete) centros de triagem que compõem a cooperativa.

O primeiro passo da logística é a “Entrega de sacos verdes” para os moradores, porta-a-porta, para que os sacos sejam preenchidos com o material reciclável, previamente separado pelos moradores. O segundo passo é o “Recolhimento” dos sacos verdes, nas residências do material previamente segregado, ou seja, recebem nestes recipientes específicos o alumínio, vidros, papéis e plásticos (COOPEROCHA, 2011). Além dos domicílios, existem os grandes geradores (Shoppings, Mercados) e os órgãos Públicos que também devem receber os sacos verdes e separar o material reciclável.

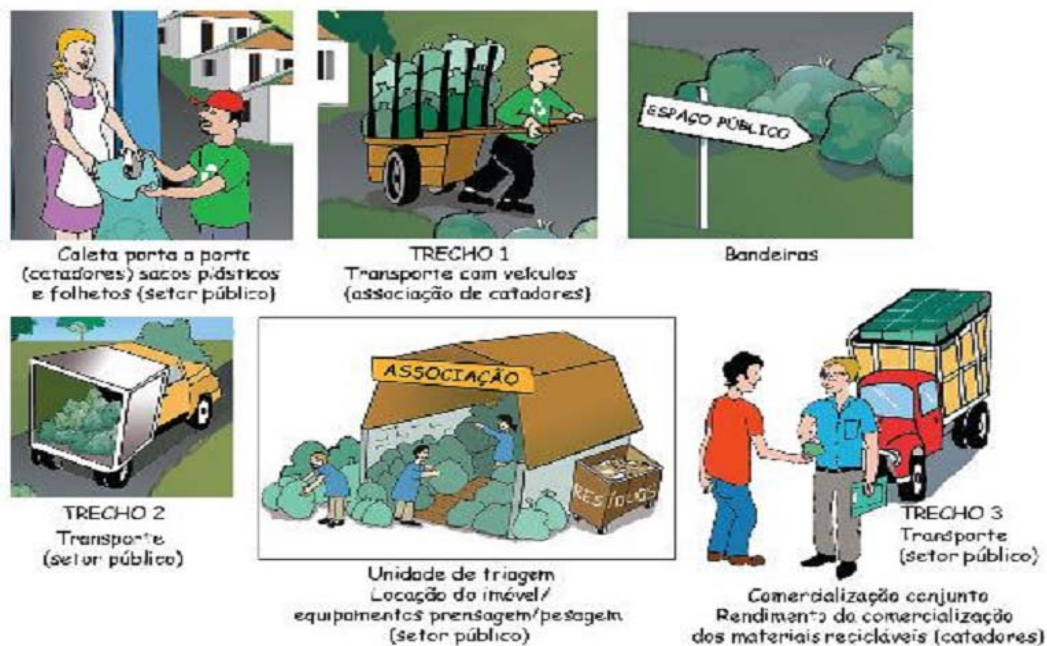
O terceiro passo é “Depositar nas Bandeiras¹⁶” grandes quantidades de sacos verdes, consideradas tecnicamente como áreas de transbordo intermediárias. As “Bandeiras” são locais específicos onde o material reciclável coletado fica estocado por até 4 horas, quando são levados por caminhões até os galpões, o que se denomina transbordo. O transporte dos sacos verdes das “Bandeiras” até os galpões, ao ser realizado por caminhões, chamado de “transbordo”, permite maior agilidade e menor esforço físico. Anteriormente o transbordo era realizado por empresa privada contratada pelo município via licitação, mas em 2011 este transporte passou a ser realizado pela COOPEROCHA.

O quarto passo é “Segregar” o material reciclável nos Centros de Triagem. Após a separação do material reciclável - de acordo com a classificação em plástico, vidro, alumínio e papel - o resíduo é vendido pelos “Centros de triagem”, diretamente, aos compradores que se encontram enumerados em uma lista fornecida pelo escritório da cooperativa, que escolhe entre os possíveis compradores do material apenas aqueles que emitem nota fiscal referente ao material adquirido. Assim, o escritório faz uma lista dos possíveis compradores, já cadastrados pela cooperativa, que irão realizar compras regulares e dentro dos procedimentos legais exigidos pelo contrato¹⁷ estabelecido com a prefeitura (COOPEROCHA, 2011).

¹⁶ Locais estratégicos dentro de cada setor no qual os recipientes contendo materiais recicláveis, já coletados pelos catadores, são armazenados provisoriamente até o transporte para os centros de triagem.

¹⁷ A CMTU - Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina - efetuou contrato com a COOPEROCHA, no qual estabelece as condições de contratação dos serviços de coleta seletiva, bem como paga por tonelada produzida por catador.

Figura 4 - Fluxograma do Sistema Operacional da Coleta Seletiva da COOPEROCHA



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (2007).

Após cumprir as 4 (quatro) etapas da coleta e segregação do material reciclável realiza-se a venda do mês de cada centro de triagem. Em dias previamente agendados, os catadores fazem sua prestação de contas no escritório central, acompanhados por técnicos e pelo(a) coordenador(a) do centro de triagem.

5.6.2 Funções dos Centros de Triagem

As atividades desenvolvidas dentro dos centros de triagem pelos cooperados dividem-se por funções, de dois tipos: equipe externa e equipe interna do centro de triagem.

Assim, de acordo com as informações coletadas da COOPEROCHA (2011), tem-se que a equipe externa do centro de triagem desenvolve as seguintes funções:

- a) **Equipe de Rua** – é responsável pela orientação sobre segregação de resíduos, realização da entrega dos sacos verdes (vazios) e do recolhimento (com o reciclável) porta-a-porta; disposição do material coletado em bandeiras, organização, segurança e limpeza de cada bandeira;

- b) **Coordenador de Rua** – organiza a coleta de material reciclável domiciliar das áreas de responsabilidade do seu centro de triagem, durante a coleta seletiva realizada na rua.

As equipes internas, aquelas que, em regra, permanecem nos centros de triagem, desempenham as seguintes funções:

- a) **Coordenador Geral** – é responsável pela gestão de todo o processo interno e externo da central de triagem, como: organização, negociações de vendas, pagamento;
- b) **Equipe de Pátio** – é responsável pela disposição e organização do material entregue pelos caminhões do transbordo; carrega os sacos até as mesas, distribuindo entre as pessoas que irão segregar; otimiza de forma igualitária, o abastecimento de sacos verdes nas mesas para triagem; verifica o material já separado encaminhando os “bags” (grandes sacos onde é depositado um único tipo de material) para o responsável pela prensa; recolhe os materiais soltos (papelão, ferro, sucata, etc) para as caçambas ou para os respectivos locais de acondicionamento antes da venda; limpa o pátio.
- c) **Equipe de Triagem** – atividade utilizada como base de cálculo para o pagamento de todas as funções exercidas no processo (este processo será detalhado no item 5.6.3). O cooperado responsável por essa função possui uma planilha de controle diário da sua produção, com base no número de sacos verdes triados, ou seja, ao final do dia são contados quantos sacos o cooperado segregou para efetuar o cálculo de sua produtividade.
- d) **Responsável pela Prensa** – é responsável por prensar o “bag” com os materiais, destinado pela equipe de pátio, organizar a produção em fardos diários. Fiscaliza a qualidade da segregação e, quando necessário, solicita, ou até realiza, uma segregação mais fina. Amarra e guarda os fardos de acordo com o peso e tamanho. Limpa a prensa e seu entorno.

Essas funções já existiam em algumas ONG’s, como no caso da “Reciclar” antes mesmo da constituição da COOPEROCHA. Outras ONG’s mantinham o sistema de

padrão e empregado. Nesse último caso, o pagamento era realizado por dia de trabalho, e o valor fixo era estipulado com antecedência.

5.6.3 Rateio do Valor da Venda por Produção

A COOPEROCHA adotou o sistema de rateio com base no valor de venda dos materiais recicláveis. A base dos cálculos, portanto, é o valor total adquirido na venda de todo o material que o centro de triagem produziu no mês.

A partir dessa base de cálculo, os cooperados conseguem chegar ao valor unitário por saco verde, mais o valor de R\$70,78 (setenta reais e setenta e oito centavos) por tonelada produzida.

O quadro 10 apresenta, de forma sucinta, os principais cálculos realizados para chegar ao rateio de todos os valores adquiridos pelo centro de triagem.

Quadro 10 – Rateio do valor de venda por produção

Etapas	Procedimento	Cálculo	Valores
Planilhas de controle individual de produção	Verificar a produção mensal de sacos verdes triados	Valor de vendas total/soma total de sacos verdes do centro de triagem	Valor unitário do saco verde
Tonelada	Contrato estabelecido com a CMTU	Total de toneladas produzidas pelo centro de triagem x 70,78 reais	Valor total por tonelada produzida pelo centro de triagem
Cálculo por função	Funções: - Rua: 5 a 10% - Coordenador do centro de triagem: 30% - Coordenador de rua: 20%	Média das 3 (três) maiores produções do centro de triagem	Produção + percentual
Valor Bruto	Produção Individual	“R\$ saco” x Produção individual	Valor por produção individual
		Valor unitário por tonelada x Produção individual	Valor por tonelada produzida individual
Valor Líquido	Descontos	7% contribuição administrativa	Valor Líquido
		5% Poupança Natalina	

Fonte: Cooperocha (2012)

No entanto, existem regras que devem ser seguidas ao longo do mês para que os cooperados possam receber o valor da tonelada estabelecido em contrato com a CMTU. Por isso, as seguintes etapas do processo de rateio adotado são detalhadas pela COOPEROCHA (2012):

- ✓ **1º Passo:** a Coordenadora Geral do centro de triagem faz um levantamento do controle individual de produção da equipe de triagem, lançando em uma planilha de Excel a produção mensal de sacos verdes triados e a frequência dos cooperados;
- ✓ **2º Passo:** converte-se o valor “R\$” total de vendas em valor unitário por saco verde, dividindo o total de venda pela produção total de sacos verdes produzidos pelo centro de triagem;
- ✓ **3º Passo:** multiplicar R\$70,78 (setenta reais e setenta e oito centavos) pelo total de toneladas produzidas pelo centro de triagem, obtendo-se o valor unitário por tonelada. Depois divide esse valor pelo total de sacos produzidos pelo centro de triagem, apenas daqueles cooperados que não tiveram mais que 3 (três) faltas no mês;
- ✓ **4º Passo:** multiplicar o valor unitário por saco verde pela produção individual de cada cooperado, obtendo-se o valor que ele deve receber por produção;
- ✓ **5º Passo:** multiplicar o valor unitário por tonelada pela produção individual de cada cooperado, obtendo-se o valor que ele deve receber por tonelada;
- ✓ **6º Passo:** somar os valores obtidos nos passos 5 e 6, obtendo-se o valor bruto por produção individual de cada cooperado;
- ✓ **7º Passo:** abater do valor bruto 7% a título de contribuição de Assistência Administrativa, e 5% para a Poupança natalina, obtendo-se o Valor Líquido que o cooperado irá receber ao final do mês;

As funções desempenhadas pelos Coordenadores Gerais dos centros de triagem, Equipe de Rua, Coordenador de rua, Equipe de Pátio e Responsável pela Prensa ganham um percentual pela dificuldade e responsabilidade de suas atividades.

A base do pagamento dessas funções é a produção dos cooperados que desempenham a atividade de triagem, ou como são chamados: equipe de mesa ou triagem. Há os seguintes passos para o pagamento das funções especiais:

- ✓ **1º Passo:** identificar as três maiores produções de triagem, calculando-se a média das maiores produções;
- ✓ **2º Passo:** após obter a média das 3 (três) maiores produções, acrescenta-se um percentual adicional para o cálculo das outras equipes pertencentes ao processo. Este percentual refere-se ao desgaste físico e à força de trabalho empenhada na função, por isso entende-se que para a equipe de rua, pátio e prensa o desgaste físico é superior ao da equipe de triagem. A Coordenação Geral e de Rua recebem um adicional pela responsabilidade do funcionamento de todo o processo que envolve desde a coleta até a venda do material;
- ✓ **3º Passo:** calcular o percentual de acréscimo por função e somar à média das 3 (três) maiores produções.

A Coordenação Geral, responsável pela gestão do centro de triagem, deverá apresentar relatórios da seguinte forma:

1 – Frequência do Coordenador(a) no centro de triagem e nas reuniões externas de caráter extraordinário e ordinário corresponde a 10% de adicional;

2 – Apresentação dos relatórios de produção individual do mês da equipe de mesa/triagem e a frequência da equipe de rua, pessoal de pátio, prensa e motorista, apresentação deste relatório equivale a mais 10%;

3 – Relatório de Vendas – prestação de contas de toda a venda realizada pelo centro de triagem, devendo constar nome dos compradores, data da venda, material vendido, quilos, valor por quilo, valor total de cada item comercializado e valor total da venda, este relatório também equivale a 10%.

Assim, ao apresentar estes relatórios, o Coordenador (a) Geral receberá 30% de adicional pela função que executa no centro de triagem.

Os Coordenadores de rua e motoristas recebem um adicional correspondente a 20%. Para as Equipes de rua, pátio e prensa os valores variam entre 5% a 10%. A variação é determinada de acordo com cada centro de triagem, pois cada um possui áreas de coleta e pátio diferenciados um do outro. Cabe aos coordenadores dos centros de triagem, juntamente, com os cooperados analisarem e aplicarem o percentual em algumas categorias para uma divisão justa da renda do grupo.

Por fim, após a realização dos cálculos de ganho do centro de triagem, são impressas três cópias do fechamento mensal do grupo, destinada a: arquivo no escritório central; encaminhamento ao escritório de contabilidade responsável pela folha de pagamento e recolhimento do INSS; local visível no centro de triagem para apresentação aos cooperados.

5.6.4 Ordem ou Desordem

A “Ordem” para Granovetter (2007) tem peso irônico em seu sentido, tendo em vista que pode ser encontrada de forma mais estruturada entre relações interorganizacionais do mercado, do que efetivamente em organizações hierárquicas. A “Ordem” pode transcender as fronteiras organizacionais e encontrar refúgio nas regras do mercado.

A estrutura da coleta seletiva de Londrina passou por fases de desenvolvimento, incluindo a fase do lixão, das ONG’s e das cooperativas. Durante essas etapas, observa-se a construção da relação entre catadores e o poder público. Essa relação passou por fases de imposição do poder público quando propôs a constituição da cooperativa, mediante pressões da população e movimentos sociais e ambientais da época. Após a constituição da cooperativa, verifica-se o seu desenvolvimento, alcançando um mesmo nível de negociação com o poder público.

Assim, apesar de a hierarquia construída dentro da cooperativa demonstrar indícios de poder por parte daqueles que gerem o empreendimento, por meio do autoritarismo e protecionismo em relação aos centros de triagem de sua origem, ocorreu o desenvolvimento da luta pelos direitos dos catadores e alguns cooperados destacaram-se na linha de frente da cooperativa, permitindo angariar benefícios aos cooperados.

Questiona-se, no entanto, se a hierarquia visualizada na organização dos cargos e funções desempenhadas dentro da cooperativa destoa da previsão estatutária de constituição de um empreendimento, fruto do Programa Municipal de Economia Solidária? Enquanto exemplo de Economia Solidária o empreendimento deveria mostrar-se mais democrático frente aos associados, e mais solidário frente aos problemas econômicos, sociais e ambientais.

Assim, para Saxenian (1996), as hierarquias corporativas garantem que a autoridade permaneça centralizada, e as informações fluam verticalmente. As redes sociais e técnicas são visualizadas como uma das partes internas da empresa, e as fronteiras entre as

empresas e as instituições locais permanecem muito mais diferenciadas e independentes neste sistema baseado na empresa.

A administração das ONG's transcende a distinção teórica entre o que está dentro e fora da organização, esta abordagem oferece importantes *insights* sobre a estrutura e a dinâmica das organizações de coleta seletiva (SAXENIAN, 1996). No entanto, a constituição da cooperativa manteve as relações sociais dos gestores ligadas aos seus centros de triagem de origem, antigas ONG's as quais presidiam à época dos fatos. Em outras palavras, a constituição da cooperativa não incutiu entre os catadores a ideia de cooperação, mas, ao contrário, manteve sua rede de recursos, benefícios e privilégios conectados às antigas ONG's que poderia caracterizar a desordem.

E é esse ponto que chama a atenção de Granovetter (2007) quando critica as hierarquias organizacionais, exemplificando com os casos obscuros de auditorias internas dentro das organizações, em que os funcionários acionam suas relações sociais informais de proteção. Existem, pois, relações sociais dentro e fora das organizações que influenciam estruturas sociais por meio dos elementos: Confiança, Oportunismo e Ordem.

Apesar dos benefícios coletivos que a cooperativa trouxe aos catadores, a desordem das relações sociais permanece viva entre os centros de triagem, gerando um clima de disputas por poder e mantendo a desordem. A Agente (E15) relatou em seu depoimento que apesar de constituírem uma cooperativa os centros de triagem disputam recursos e poder dentro da ceara administrativa, mantendo a estrutura social das ONG's. Logo, manteve-se as relações sociais que foram construídas ao longo do tempo, a identidade familiar, a reputação dos catadores e do poder público, sob o clima da desconfiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pressuposto de que a construção das relações sociais exerce influência sobre a existência e os resultados econômicos de organizações sociais econômicas, neste trabalho procurou-se compreender a influência dos elementos da Imersão Social, sob a perspectiva de Granovetter (2007, 1992), na gênese da COOPEROCHA, entre os anos de 1996 e 2012, com base no conceito de Imersão Social, e seus elementos: Confiança, Oportunismo e Ordem.

Com vistas a alcançar a resposta sobre as possíveis influências dos elementos de Imersão Social na constituição da cooperativa, num primeiro momento, foi preciso levantar o histórico social, político e econômico da trajetória da COOPEROCHA, e, concluiu-se que existem três fases, relevantes, na história da coleta seletiva do município de Londrina. A primeira marcada pelo lixão, que se tornou alvo de críticas por movimentos sociais e ambientais, tanto da esfera privada quanto da esfera pública (órgãos ambientais). A segunda fase, em 2001, marca a transição dos catadores do lixão para a Fazenda Refúgio e depois compelidos pela prefeitura à formação de Organizações Não Governamentais (ONG's). E, a terceira fase, envolveu o incentivo do poder público municipal à constituição de cooperativas de catadores.

Ressalta-se que as três fases são marcadas por movimentos sociais e ambientais, seja por meio da sociedade civil ou por órgãos de regulamentação. No entanto, a trajetória histórica da coleta seletiva de Londrina permitiu compreender os principais momentos que levaram à constituição dessa cooperativa, e apontaram os principais atores envolvidos no seu processo de constituição.

Para chegar à Confiança, elemento da Imersão Social, foi preciso retroceder na história das relações sociais entre os catadores buscando compreender as categorias específicas: a) Identificação/família; b) Continuidade/permanência das relações; c) Intimidade/mútua confidencialidade e reciprocidade; d) Serviços recíprocos que caracterizam o laço de relação social; e) Reputação, transparência e clareza (GRANOVETTER, 1973, 2007, 1995).

A dificuldade do estudo fez-se presente a todo o momento, desde a configuração das relações sociais que deveriam estabelecer conexões entre os atores, seguindo uma linha condutora dos laços, até a compreensão da Confiança, o levantamento de episódios de Oportunismo e a verificação da ordem antes e depois da constituição da cooperativa. A

pergunta que transitava em torno da pesquisa era “Como levantar esses dados? Como medir as relações de Confiança? O que é Confiança? O que é Oportunismo?”. Assim, para medir e identificar relações de Confiança utilizou-se de autores que focavam na natureza das ligações estabelecidas entre indivíduos (TICHY; TUSCHMAN; FOMBRUM, 1979; SURRA, 1988).

A Confiança, de acordo com a percepção dos catadores, conseqüentemente, leva aos elementos de Imersão Social como a identificação de costumes e comportamentos dos contatos mais próximos que envolvem a confidencialidade mútua e a reciprocidade que se desenvolveu ao longo do tempo e permitiu a continuidade dessas relações sociais, com base na reputação, transparência e clareza na transmissão de informações.

Entre os achados verifica-se que a categoria específica Família/Identificação determinou o desenho da atual cooperativa, marcada pelos centros de triagem que ainda mantém a estrutura familiar peculiar à cultura dos catadores, marcada por episódios de trapaça e desconfiança. O primeiro ponto relevante que emergiu do campo de coleta de dados foi a identificação entre os catadores que mantêm relações de confiança restritos a pequenos grupos familiares. A Família foi a principal categoria específica de compreensão da construção das relações de confiança dos catadores. A construção da Confiança entre os catadores, e entre catadores e instituições públicas, vem ao longo do histórico de decepções como: trapaça no processo de coleta e venda de materiais negociados entre eles; dificuldade em se relacionar com pessoas diferenciadas, restringindo suas relações ao âmbito de coleta seletiva; histórico de disputas por benefícios sociais.

Por sua vez, essa estrutura social das relações estabelecidas entre os indivíduos, constituída ao longo de anos de convívio, trouxe à cooperativa relações de confiança entre os centros de triagem e seus antigos líderes, unidos em uma mesma organização, mas separados por relações imbuídas de privilégios no acesso a informações e recursos. Os privilégios são fruto de relações com alta confidencialidade e mútua reciprocidade entre os líderes e seus respectivos núcleos familiares (Centros de triagem).

Os episódios de Oportunismo, levantados perante os catadores sobre a constituição da cooperativa, remetem a decepções ao longo de suas histórias. Entre essas decepções, encontra-se a escravidão imposta por aqueles que detinham maior acesso a informações e recursos em detrimento de outros catadores, gerando assimetrias nas transações, decepções com os privilégios concedidos a alguns centros de triagem, restritos a outros, e as negociações que levam ao mercado negro da coleta seletiva.

A ordem ou desordem é a consequência da forma como as relações sociais foram estabelecidas entre os catadores enquanto membros das ONG's e a sua manutenção

após a constituição da cooperativa. Neste tópico foi apresentado o antes e o depois da organização da cooperativa, apontando sua estrutura administrativa e o rateio dos valores adquiridos com a venda dos materiais, pressupondo ser uma cooperativa que segue os preceitos da Economia Solidária.

Antes da cooperativa, os catadores enfrentavam conflitos no que diz respeito às regiões de coleta, à apropriação dos materiais coletados no transcurso de seu transporte, e à relação, estabelecida entre aqueles que detinham maior acesso a recursos e informações, e os outros desprovidos. O cooperativismo alterou o processo de coleta seletiva, estabelecendo regras e normas para o grupo, no entanto, criou novos conflitos de poder entre os cooperados com base no autoritarismo e no protecionismo.

Apesar de ser criticada, por não explicar algumas formas de ação econômica melhor do que fazendo contas puramente econômicas, a concepção de Imersão Social foi difundida no meio organizacional trazendo o problema aqui proposto “Qual a influência dos elementos da imersão social (confiança, oportunismo e ordem) na constituição da COOPEROCHA – cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos no município de Londrina – entre os anos 1996-2012?” Suas implicações são indeterminadas por causa do desequilíbrio entre as proposições relativamente específicas de teorias econômicas e as declarações gerais sobre como teorias sociais moldam a ação econômica e coletiva (UZZI, 1997; KRIPPNER, 2004).

O presente estudo baseou-se em autores que criticam e complementam as ideias de Granovetter (2007, 1992), no entanto, manteve-se fiel ao entendimento precursor do autor, utilizando algumas compreensões que ampliassem a visão sobre as influências das relações sociais e auxiliassem na categorização dos elementos propostos: Confiança, Oportunismo e Ordem.

Observa-se que primeiro foi apresentada a formação dessas redes de contatos, e relacionamentos, com olhar voltados para os indivíduos (atores) que a compõem para, só então, ampliar a visão e verificar como elas detêm força a ponto de influenciar a estrutura geral da coleta seletiva de Londrina. Isso remeteu à compreensão de Granovetter (2007) de que os padrões de micro relações se expandem gerando padrões em alta escala alcançando o nível macro das estruturas sociais.

Essa visão do micro que se amplia para uma visualização do macro permitiu concluir que existem dois pólos de catadores em Londrina. Aqueles adeptos à COOPEROCHA, e os adeptos de outras cooperativas, tendo em vista a disputa por recursos e privilégios entre duas líderes que no passado trabalhavam juntas, mas por causa de um

conflito romperam relações e passaram a dominar a coleta seletiva. Ficou evidente a divisão da coleta seletiva entre as duas líderes informais, e a forma como angariam adeptos aos seus respectivos grupos de cooperados.

Entre as contribuições teóricas destaca-se a visualização da Imersão Social sob o princípio de reciprocidade da Economia Solidária (FRANÇA-FILHO; LAVILLE, 2004), e o questionamento prático da coesão dos laços fortes de Granovetter (1973) em relação à captação de recursos e benefícios para o grupo, considerando que o “Grupo Mulheres” é o centro de triagem com evidências de alto grau de coesão e também o maior receptor de recursos e benefícios.

Há, pois, evidências de que as relações sociais influenciam as estruturas sociais, e por consequência, as organizações. Entre os resultados obtidos destaca-se a manutenção das relações sociais que foram construídas ao longo do tempo, antes mesmo da constituição da cooperativa, com base em uma identidade familiar, a reputação dos catadores e do poder público, sob o clima da desconfiança.

Assim, fica como sugestão para futuras pesquisas, com base nos dados previamente coletados e analisados, a compreensão da influência dos elementos de Imersão Social sob a estruturação da Coleta Seletiva de Londrina, abordando as 3 (três) Cooperativas hoje existentes no ramo.

A necessidade de pesquisas longitudinais emergiu após a análise de dados. Especificamente a realização de estudos posteriores com períodos de tempo maiores, a fim de observar as mudanças nas relações sociais, como elas se formam, quais laços são descartados ou adicionados com o tempo, como evoluem e quais os resultados dessa dinâmica na coleta seletiva.

Também, sugere-se um estudo de natureza quantitativa, para verificar a formação da estrutura das redes sociais e mapear sua evolução por meio de suas características estruturais, que possam avaliar melhor o impacto das redes sociais na Ação e Resultados Econômicos, trazendo resultados mais completos. A possibilidade de replicar este estudo em outras cooperativas de catadores, com o intuito de comparar as evidências encontradas. Por fim, a continuidade do acompanhamento das cooperativas, e o desenvolvimento de novos estudos, podem revelar novos desdobramentos da dinâmica das redes no país.

O estudo realizado contribui, sobremaneira, para o desenvolvimento da autora, pois permitiu compreender que as organizações envolvem mais que recursos materiais e econômicos, mas estão envoltos em uma teia de relações sociais que permite, ou não, o

acesso aos melhores recursos conforme a configuração estrutural do indivíduo ou da organização. O levantamento dos dados permitiu a abstração das formas como poderiam ser coletados na prática, para que enfim pudesse ser analisado qualitativamente, o que também trouxe crescimento à compreensão da profundidade do presente estudo à autora. Portanto, permitiu à autora, enquanto pesquisadora, o enriquecimento das possibilidades metodológicas para alcançar os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ANDERSSON, U.; HOLM, D.; JOHANSON, M. Opportunities, relational embeddedness and network structure. In: *Opportunities in Business Markets*, Ghauri, Pervez N, Hadjikhani, Amjad & Johanson, Jan (red.) Palgrave MacMillan, pp. 27-48, 2006.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE / SENAES, 2006.
- BAJOIT, G. **Pour une sociologie relationnelle**. Paris: PUF, 1992.
- BALDI, M.; VIEIRA, M. M. F. Calçado do Vale: Imersão Social e Redes Interorganizacionais. **RAE** (Impresso), v. 46, p. 16-27, 2006.
- BARBA, F. G. **Impactos da crise de 2007/2008 nos mercados de capitais latino-americanos**. Dissertação (Mestrado em Administração), Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011.
- BARBER, B. All economies are “embedded”: the career of a concept, and beyond. **Social Research**, v. 62, n. 2, p. 387-413, 1995.
- BARBOSA, R. **A economia solidária como política pública**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **RAC: Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 4, p. 458-477, maio/jun. 2010.
- BESEN, G. R. **Reciclando vidas**. p. 142-152, 2005. Disponível em: <http://www.easp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%Aancias/2004/014programa_de_coleta_seletiva_de_londrina-reciclando_vidas.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- BORDIGNON, L. P.; BORDIGNON, S. M. S.; SOUZA, M. A. de; SILVA, C. A. da. Coleta de Resíduos Sólidos como fator de Gestão Ambiental e fonte de geração de renda para catadores: um estudo de caso na associação de catadores de medianeira – paraná. **Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal**, v. 8, n. 4, p. 91-099, out. /dez. 2011.
- BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. dos. Economia Solidária: proposta e perspectivas. In: BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: Eduel, 2010.
- BURT, R. S. The Social Structure of Competition. IN: NOHRIA, Nitin e ECCLES, Robert G. (Eds). **Networks and organizations: Structure, Form, and Action**. Boston: Harvard Business School Press, 1992.
- CAILLÉ, A. Nem Holismo nem individualismo metodológicos: marcel mauss e o paradigma da dádiva. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13 n. 38, p.5-38, Oct., 1998.
- _____. A sociedade mundial no horizonte. In: NUNES, Brasilmar; MARTINS, P. H. **A nova ordem social: perspectivas da Solidariedade Contemporanea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

CARVALHO, M. C. B. de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2002.

CASTILLA, E. J.; HWANG, H.; GRANOVETTER, M.; GRANOVETTER, E. Social Networks in Silicon Valley. In: LEE, C.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; ROWEN, H. S. (Ed.). **The silicon valley edge**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. Prêmios socioambientais. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas_praticas/exibir/198>. Acesso em: 24 maio 2012.

COLEMAN, J. Social Capital. In: **Foundation of social theory**. Harvard University Press. 1994.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative and quantitative approaches**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

DACIN, M. Tina; VENTRESCA, Marc J.; BEAL, Brent D. The Embeddedness of Organizations: Dialogue & Directions. **Journal of Management**, v. 25, n. 3, p. 317–356, 1999.

ECCLES, R. The quasifirm in the construction industry. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 2, n. 3, p. 335-357, 1981.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **A Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade Estado**, v.16, n.1-2, Brasília Jun/Dez. 2001.

FRANÇA, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organização e Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 141-183, jan./abr., 1999.

GAIGER, L. I. A Economia solidária diante do modo de produção Capitalista. **CRH**, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003a.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p.135-143, 2003b.

_____. In: II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa Sobre Movimentos Sociais. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2008.

GIGLIO, E. M. ; HERNANDES, J. L. G. . Discussões sobre a metodologia de pesquisa sobre redes de negócios presentes numa amostra de produção científica brasileira e proposta de um modelo orientador. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios** (São Paulo. Impresso), v. 14, p. 78-101, 2012.

GODOI, C. K. ; MELLO, R. B. de; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, maio/jun. 1995.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. The Strength of Weak Ties: a Network Theory Revisited. **Sociological Theory**, v.1, p. 201-233, 1983.

_____. Ação Econômica e estrutura social: problema da imersão. tradução economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510, 2007. **RAE, Revista de Administração Eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 5, jan/jun. 2007.

_____. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. (Orgs.). **Networks and organizations: Structure, Form, and Action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.

_____. Business groups. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press; New York: Russel Sage Foundation, 1994.

GISLAIN, J; STEINER, P. **La sociologie économique: 1890-1920**. Paris, PUF, 1995.

GUÉLIN, A. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Econômica, 1988.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARTLEY, J. A Case Study Research. In: CASSELL, C.; SYMON, G. **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. London: Sage Publications, 2004.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KILDUFF, M.; TSAI, W. **Social networks and organizations**. Sage Publications: London, 2008.

KRACKHARDT, D. The Strenght of Strong Ties: The importance of philos in organizations. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R.G. **Networks and Organizations: structure, form, and action**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 1992.

KRIPPNER, Greta et al. Polanyi Symposium: A Conversation on Embeddedness. **Socio-Economic Review**, v.2, n.1, p. 109, jan. 2004.

LAVILLE, J. Com Mauss e Polanyi rumo a uma economia plural. In: NUNES, B.; MARTINS, P. H. **A nova ordem social: perspectivas da Solidariedade Contemporanea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 2002a.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. **Civitas** (Porto Alegre), Porto Alegre Brasil, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002b.

LIMA, J. C. **Desconcentração industrial e precarização do trabalho: Cooperativas de Produção do Vestuário no Brasil**. Comunicação apresentada na seção de Labor 02: Associação Latino Americana de estudos sobre associativismo. XXI Congresso Internacional, 1998.

_____. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tania. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

LISBOA, A. M. Economia Solidária e autogestão: imprecisão e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LONDRINA. Prefeitura De Londrina. **Histórico de prefeitos**. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=867>. Acesso em: 29 mar. 2012.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 9, n. 2, p. 81-101, abr./jun. 2005.

MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S. NASCIMENTO, M. R.; GONÇALVES, S.; AUGUSTO, P. M. **Apresentação**: Revista de Administração de Empresas. v.46, n. 3, 2006.

MAURO, B. G. S. **Tramas e tessituras na economia solidária**: uma análise das influências das relações de pessoalidades na interinstitucionalidade da economia solidária. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UNB, Brasília, 2009.

MEIHY, J.C.S.B. **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice**: examples for discussion and analysis. New York: Harper & Row, 2002.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MOTA, A. E. . Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais, v. 1, p. 51-681. Editora Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTCHANE, Jean-Loup. Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo? Ecosol: 2003. Disponível em: <www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc>. Acesso em: 26 fev. 2012.

NELSON, R. O uso da análise de redes sociais no estudo das estruturas organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, p. 150-157, 1984.

OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. **Quem Somos?** Disponível em: <http://www.ano2012.coop.br/default.php?p=texto.php&c=cooperativismo_no_mundo>. Acesso em: 05 jun. 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

POCHMAN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Notas Técnicas. **Mercado de Trabalho**: Conjuntura e Análise. Rio de Janeiro: IPEA, n. 24, ago. 2004.

_____. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES n. 271, março, 2007.

POWELL, W.; SMITH-DOERR, L. Network and Economic Life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Org.). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1994.

- PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **RAP** (Revista de Administração Pública), Rio de Janeiro, v. 43, n.5, p. 1117-1146, set./out. 2009.
- SALE, J. E. M.; LOHFELD, L. H.; BRAZIL, K. Revisiting the quantitative-qualitative debate: implications for mixed-methods research. **Quality & quantity**, v.36, p.43-53, 2002.
- SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, L. M. L.; LIMA, J.; FERREIRA, T. Parceria entre economia solidária e poder público: avanços e limites da COOPEROCHA. In: SANTOS, L. M. L.; BORINELLI, B.; PITAGUÁRI, S. O. (org.). **Economia solidária: numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL, 2010.
- SAXENIAN, A. Inside-Out: regional networks and industrial adaptation in silicon valley and Route 128. University of California, Berkeley. **Journal of Policy Development and Research**. v. 2, n. 2, May, 1996.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMA. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Rio de Janeiro: E.P.U, 1967.
- SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico Florianópolis: Udesc, 2002.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SOUZA, J. B. M. A coleta seletiva em Londrina: Ponto de Vista. **Jornal de Londrina**, edição de 22 de janeiro, 2009.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. **The handbook of Economic Sociology**. New York: Princeton University Press; Russel Sage, 1994.
- STAKE, R. E. Case Sdudies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, U. S. (Ed). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks (CA): Sage, 1994.
- STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- STINCHCOMBE, A. L. Weak Structural Data. **Contemporary Sociology**, v. 19, n. 3, p.380-382, maio 1990.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TICHY, N.; TUSCHMAN, M.; FOMBRUM, C. Social network analysis for organization. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, 1979.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1994.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly, Ann Harbor**, v. 4, p. 35-67. 1997.

VERARDO, L. Transformações no mundo do trabalho e economia solidária. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.** IPEA, v. 24, ago. 2004.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis.** Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **Economy and society: an outline of interpretive sociology.** Berkeley: University of California Press, 1978.

WILLIAMSON, O. E. **Market and hierarchies.** New York: Free Press, 1975.

_____. **The mechanism of governance.** New York: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O. E.; OUCHI, W. G. The Markets and Hierarchies Program of Research: Origins, Implications, Prospect's. In: VAN DE VEN, A. H.; JOYCE, W. F. (eds.), **Perspective on organization design and behavior.** New York: John Wiley and Sons, 1981.


WOODWORTH, W. P; NELSON, R. Information in Latin American organizations: some cautions. **Manegement Intemacional Review**, 20, 1984.

ZANCAN, C. **As contribuições teóricas da Análise de Redes Sociais aos Estudos Organizacionais.** XXXII Encontro da Ampad- EnANPAD, Rio de Janeiro/RJ- 6 a 10 de setembro, 2008.

ZUKIN, S. ; DIMAGGIO, P. **Structures of capital: The social organization of theeconomy.** Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1990.

APÊNDICE

APÊNDICE
ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA	
	MESTRADO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

REFERÊNCIA

- | | |
|-----|--|
| 01. | Com base em: GRANOVETTER, Mark. Ação Econômica e Estrutura Social: Problema da Imersão. RAE, Revista de Administração Eletrônica , v. 6, n. 1, Art. 5, jan/jun. 2007. |
|-----|--|

ROTEIRO DE ENTREVISTA

CATEGORIAS GENÉRICAS	CATEGORIAS ESPECÍFICAS	AUTORES
Histórico	a) Político; b) Econômico; c) Social.	(BESEN, 2005); (SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2007); Jornal de Londrina.
Confiança	a) Identificação/família; b) Continuidade/permanência das relações (tempo despendido junto); c) Intimidade (mútua confidencialidade); d) Serviços recíprocos que caracterizam o laço; e) Reputação ou honestidade na forma como negocia (antiguidade da relação); f) Transparência/clareza.	GRANOVETTER (1973) GRANOVETTER (2007, 1992); TICHY, TUSCHMAN e FOMBRUM (1979); CAILLÉ (2004), FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004); GAIGER (2008)
Oportunismo	a) Experiências vividas; b) Episódios de desconfiança; c) Força/Coerção e fraude.	GRANOVETTER (2007, 1992)
Ordem	a) Mercado (Associações autônomas) b) Hierarquia (Cooperativa) - relação de autoridade	GRANOVETTER (2007, 1992)

Perguntas:

- 1) Como ocorreu a formação da Cooperativa sob o seu ponto de vista? Quem teve a ideia de formar a Cooperativa?

- 2) As 20 pessoas que estão na Ata de Constituição da Cooperativa se conheciam a quanto tempo? Por que resolveram criar a Cooperativa? Como era a relação entre essas 20 pessoas?
- 3) Quais eram as circunstâncias da Reciclagem no momento da formação da Cooperativa?
- 4) Os centros de triagem foram formados com base em que critério?
- 5) Como ocorreu a Constituição da diretoria e do Conselho fiscal?
- 6) Quais as instituições participaram ou contribuíram na constituição da Cooperativa? E por quê?
- 7) A Cooperativa melhorou a qualidade de vida dos catadores e melhorou os resultados financeiros?
- 8) Quais foram as dificuldades encontradas para constituir a Cooperativa?
- 9) Houve conflito entre os catadores no momento da escolha da direção da Cooperativa? Houve outro tipo de conflito entre os catadores, entre os catadores e as instituições envolvidas na formação na Cooperativa?
- 10) Houve conflito, pessoas que agiram de má-fé ou viram na Constituição da Cooperativa questões de oportunismo?
- 11) Existe relação entre os centros de triagem?
- 12) Qual centro de triagem hoje é mais produtivo?